



Departamento de Educação e Ensino a Distância

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

**O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste
na Comunidade Educativa do Concelho de
Caldas da Rainha**

Mariana Soares da Bernarda

Lisboa, 2013

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

**O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste
na Comunidade Educativa do Concelho de
Caldas da Rainha**

Mariana Soares da Bernarda

Dissertação apresentada para obtenção de Grau de Mestre em
Administração e Gestão Educacional

Orientadora: Professora Doutora Darlinda Moreira

Lisboa, dezembro de 2013

Resumo

A educação é um pilar fundamental da nossa sociedade, é o motor do futuro. Compreender como se desenvolve uma área específica do sistema educativo e o contributo que dá ao desenvolvimento de uma determinada região, é importantíssimo para aproveitar o que está bem e retificar e corrigir o que está mal. Neste sentido, o presente estudo visa analisar a educação, como uma das diversas vertentes da sociedade em geral e da cidade de Caldas da Rainha em particular, fundamental para o desenvolvimento humano. No entanto, não se trata de investigar a educação no seu todo, mas apenas debruçar-se sobre o ensino profissional, nomeadamente compreender o papel que a Escola Técnica Empresarial do Oeste desempenha no quotidiano dos caldenses, ou seja, analisar o impacto que a escola objeto de estudo tem na comunidade, sobretudo ao nível do desenvolvimento local.

Para levar a cabo um trabalho desta natureza em que se pretende desenvolver uma análise de um ou vários aspetos da complexa realidade da Escola Técnica Empresarial do Oeste, recorreu-se, em termos metodológicos, ao método qualitativo, nomeadamente, ao estudo de caso, pois o que se ambiciona é explorar e compreender situações concretas da vida social dos indivíduos, e este método possibilita observar o fenómeno no seu ambiente natural e recolher os dados que permitem tirar conclusões de variadíssimas formas. Na recolha de dados, ou seja, relativamente às técnicas, a escolha recaiu nas documentais e não documentais, sendo que dentro das não documentais seguiu-se o caminho da observação não participante, nomeadamente através da utilização da entrevista (foram realizadas cinco entrevistas).

Neste sentido, foram utilizados os métodos e técnicas que tornaram possível a recolha de dados e informações que possibilitaram explicar um complexo fenómeno social, que é o da compreensão do contributo de uma escola profissional específica (a Escola Técnica Empresarial do Oeste) no desenvolvimento regional, bem como o impacto que tem na comunidade, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Palavras-chave: educação, ensino profissional e desenvolvimento local

Abstract

Education is an essential foundation of our society. It is a driving force of the future. It is very important to understanding how a specific area of the educational system evolves and how it contributes to a certain geographical region, in order to take advantage of what works, but also to rectify and correct what doesn't. This dissertation's general aim is to study education as one of the aspects of society, which is essential to human development, by concentrating on the city of Caldas da Rainha. The objective is not to investigate the entire educational system but to focus in particular on vocational education by understanding the role that Escola Técnica Empresarial do Oeste plays in the daily lives of its inhabitants, that is to analyse the impact this school has on the community and mostly on local development.

To undertake a study of this nature that analyses one or more aspects of the complex reality of Escola Técnica Empresarial do Oeste, the qualitative method was used because it focuses on a case study which aims to explore and understand the specific situation of the social lives of the local people and this method also allows us to observe the phenomenon in its natural environment and collect data that enables us to reach conclusions in several ways. The method used to collect data was documental and non-documental. For the latter, we resorted to non-participant observation, mainly the interview technique (five interviews were carried out).

To sum up, the methods and techniques used in this case study made it possible to collect data and information that could explain a complex social phenomenon: understanding the contribution of a vocational school (Escola Técnica Empresarial do Oeste) to the regional development as well as its impact on the community, mainly in the municipality of Caldas da Rainha.

Key-words: education, vocational education and local development.

Dedico este trabalho à minha família,
em especial aos meus filhos e marido, e à minha mãe.

Agradecimentos

Quero agradecer a Todos os que tornaram possível a realização deste trabalho, em especial aos meus filhos e ao meu marido, pelas ausências e presenças em *stress*, à minha mãe, pessoa sem o apoio da qual não teria levado o barco a bom porto, à Tia Lena pela incansável ajuda, aos meus colegas da Escola, nomeadamente Ana Bento, Ana Mafalda, Ana Sousa, Caldas Lopes, Cândida, Cristina Mondim, M^a José, Quitó, e à Direção da Escola, nas pessoas da Presidente da Direção, Dr.^a Filomena Rodrigues, e Diretor Pedagógico, Dr. Luís de Sá Lopes, por me ter dado a oportunidade de realizar este trabalho e ajuda dispensada. Muito obrigada!

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – Revisão da literatura	
1.1. O Ensino Profissional em Portugal	5
1.1.1. O Ensino Profissional privado	23
1.1.2. Organização do Ensino Profissional em Portugal	26
1.2. A Importância das Escolas Profissionais para o Desenvolvimento Local.....	29
1.2.1. A Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.)	34
1.3. Breve história da Escola Técnica Empresarial do Oeste	34
CAPÍTULO II – Metodologia	37
CAPÍTULO III – Análise e interpretação de dados	
3.1. A história da E.T.E.O.	49
3.2. A organização da Escola	55
3.3. O funcionamento da Escola	60
3.3.1. Os serviços da Escola	63
3.3.2. O <i>Site</i> da Escola	67
3.4. O papel da E.T.E.O. no desenvolvimento local	68
3.4.1. Áreas de atuação da Escola na comunidade	73
3.4.1.1. Animações promovidas pelo Curso de Animador Sociocultural	74
3.4.1.2. Provas de Aptidão Profissional (PAP)	76
3.4.1.3. Formação em contexto de Trabalho (FCT)	81
3.4.1.4. ETEOVIVA	83
3.4.1.5. Participação em feiras e em concursos	83
3.4.1.6. Aldeia Renovável	86
3.4.1.7. Maratona Fotográfica	87
3.4.1.8. Exposição de Fotografias	88
CAPÍTULO IV – Conclusões	91
BIBLIOGRAFIA	97
ANEXOS	104

Índice de figuras

Figura 1 - Organização do Sistema Educativo Português	20
Figura 2 - Escola Oficina nº.1 - Aula de Desenho (1914).....	24
Figura 3 - Componentes de formação e carga horária dos cursos profissionais.....	26
Figura 4 - Edifício Antigo da E.T.E.O. - Pavilhões do Parque D. Carlos I.....	51
Figura 5 - Novo Edifício da E.T.E.O.....	51
Figura 6 - Quadro Geral representativo no número de alunos que passaram pela Escola	53
Figura 7 - Quadro resumo da estrutura comum a todos os cursos.....	60
Figura 8 - Situação dos alunos diplomados pela Escola desde 1990 até ao ano letivo de 2011/2012	65
Figura 9 - Representação gráfica da situação dos alunos diplomados pela Escola desde 1990 até ao ano letivo de 2011/2012	66
Figura 10 - Laboratórios de Multimédia e Fotografia	67
Figura 11 - Imagem do <i>site</i> da Escola	68
Figura 12 - Percentagem dos alunos que concluíram o curso desde o início da Escola.....	72
Figura 13 - Semana da Criança 2011 - Expoeste.....	75
Figura 14 - Explicações dadas pela Aluna às crianças do jardim infantil sobre os animais retratados nas fotografias	79
Figura 15 - Ilustrações do Roteiro Bordaliano elaborado pela Aluna	80
Figura 16 - Aldeia Sustentável da E.T.E.O.	86
Figura 17 - Alunos do Curso Técnico de Energias Renováveis durante as explicações dadas a escolas que visitaram a «Aldeia».....	87
Figura 18 - Melhor fotografia individual - II Maratona Fotográfica (2013)	88

Índice de Anexos

Anexo I - Declaração da Escola Técnica Empresarial do Oeste

Anexo II - Guião da entrevista realizada ao Diretor Pedagógico

Anexo III - Guião da entrevista realizada à Presidente da Direção

Anexo IV - Guião da entrevista realizada ao Vereador da Educação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Anexo V - Guião da entrevista realizada à responsável pelo Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho

Anexo VI - Guião da entrevista realizada à responsável por uma das empresas parceiras da Escola em matéria de FCT

Anexo VII- Estatutos da Escola Técnica Empresarial do Oeste

Introdução

A realidade educativa da nossa sociedade tem vindo a mudar ao longo das últimas décadas, no sentido de conseguir acompanhar a evolução vertiginosa de todas as áreas sociais.

Com todas as alterações verificadas na nossa sociedade, nomeadamente no setor da educação, foi-se constatando que as escolas de outrora não estavam a conseguir dar resposta às necessidades criadas por mudanças tão exigentes como aquelas que foram acontecendo em consequência da Revolução Industrial, grande marco de transformação no mundo laboral. Ou seja, a Revolução Industrial trouxe a implementação e desenvolvimento de novas profissões para as quais os trabalhadores não estavam preparados pois as aprendizagens necessárias não eram transmitidas no seio do grupo social que não os possuía. Passaram a ser exigidos conhecimentos técnicos com especificidades próprias que os planos curriculares muitas vezes não abrangiam ou que não eram suficientemente aprofundados, ou que eram apresentados de forma teórica não permitindo dotar os alunos das competências práticas e técnicas necessárias às profissões emergentes.

Tal como a área industrial se estava a modificar e a evoluir, houve também a necessidade de uma adaptação de diversas organizações sociais a esta nova realidade, nomeadamente, as escolas. Por exigências de uma sociedade emergente, a escola transformou-se e ganhou terreno enquanto instituição com uma identidade, individualidade e cultura próprias, passando a ser vista como uma «*unidade pedagógica, organizativa e de gestão*» (Barroso, 2005, p.55). Neste sentido, a escola passou a ser considerada uma organização hierarquizada, com metas, conhecimentos e princípios muito bem definidos, com o objetivo de atingir fins como a eficácia e a qualidade.

Desta forma, a evolução do sistema produtivo criou a necessidade de alterar o ensino clássico e humanista que existia até então, pelo que, a par deste se desenvolveu o ensino técnico e profissional. Estes dois tipos de ensino distinguiam-se quanto aos conteúdos e fins para os quais tinham sido criados, bem como no que concerne às pessoas que os frequentavam: o primeiro era frequentado pela classe média alta e aristocracia; o segundo dirigia-se à classe operária e trabalhadora.

Assim, surgiram os hoje designados cursos profissionais com o objetivo de formar pessoas para o exercício de novas profissões, ou reciclar conhecimentos adquiridos, dotando-as de conhecimentos técnicos, específicos e práticos numa determinada área do saber. Foi neste contexto que surgiu a Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), em 1990, no concelho das Caldas da Rainha.

Devido à importância que a área da educação desempenha na nossa sociedade, nomeadamente o contributo que tem para o desenvolvimento dos cidadãos, que serão o futuro do nosso país, considero que, com a realização deste trabalho, irei conseguir atingir a finalidade a que me proponho: investigar um fenómeno social que consiste em explicar o impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na comunidade educativa do concelho de Caldas da Rainha. Ou seja, o objetivo é compreender em termos educacionais, sociais, económicos e de empregabilidade, qual é o lugar da Escola no concelho e qual o seu contributo para o desenvolvimento local, o que só é exequível com a resposta à pergunta formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», sendo este o principal problema a investigar. No entanto, para dar resposta à referida pergunta, é necessário colocar diversas questões que me vão permitir refletir e analisar a realidade educacional onde se insere a E.T.E.O. e, assim, conseguir chegar à resposta principal, cumprindo os diversos objetivos a que me proponho com a realização deste trabalho. Para isso, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- Qual a razão de ser da criação da E.T.E.O.?
- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?
- Porque é que foi criada no concelho de Caldas da Rainha?
- A que questões educacionais esta escola visa responder?
- Como se justifica o crescimento da escola?
- Como se caracteriza o relacionamento que a escola tem com as entidades proprietárias?
- Que papel tem a escola na economia da região?
- Como é que a escola se relaciona com as entidades que ministram a formação em contexto de trabalho?
- Quais são os princípios da ação educativa da escola?

- Como se caracteriza a filosofia institucional da escola?
- Qual é a estrutura funcional da escola?
- Que estratégia para a continuação da escola?

Ao pretender investigar e analisar todos os elementos que me permitam tirar as conclusões necessárias para compreender e dar a conhecer o lugar que a Escola ocupa na comunidade educativa caldense, contribuindo, desta forma, para o conhecimento educacional das Caldas da Rainha, a opção metodológica é o denominado estudo de caso. A escolha da metodologia passou pela análise dos métodos que existem para a investigação de problemas desta natureza e aplicar aquele que melhor me permitirá obter a resposta que procuro, já que este se caracteriza por ser um método de investigação particularística, que procura compreender um determinado fenómeno, em que o investigador desempenha maioritariamente um papel passivo na recolha de dados e respetiva análise, bem como por ser uma investigação não experimental (o objetivo é compreender a realidade tal como ela é, sem intervenção do investigador).

A resposta à questão fundamental deste estudo será encontrada com o auxílio de cinco entrevistas realizadas a pessoas com um lugar de destaque no contexto educativo das Caldas da Rainha, desde a Direção da E.T.E.O., até uma empresa da região que colabora com a escola na Formação em Contexto de Trabalho, passando pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha, que gentilmente se dispuseram a colaborar neste projeto.

As motivações que me levaram a desenvolver este estudo são de carácter diverso, mas que resumidamente enumero:

- em primeiro lugar, porque a E.T.E.O. é uma instituição que tem mais de 20 anos, ou seja, idade suficiente para se poder fazer um balanço da sua existência;
- em segundo lugar, porque ao longo da sua existência tem vindo a crescer a «olhos vistos» (como terei oportunidade de referir e explicar noutros pontos deste trabalho: a Escola começou com 2 cursos e hoje tem 10, bem como iniciou a sua atividade com 2 turmas, e atualmente tem 15);
- em terceiro lugar, considero importante poder dotar a escola com um trabalho desta natureza, pois passa a ter um registo escrito da sua história e uma análise da sua existência;

- por fim, mas não menos relevante, invoco algumas razões de ordem pessoal, pois tenho um carinho especial por esta instituição, uma vez que foi nela, no ano de 1999, que me iniciei nas lides da educação/formação. Desta forma, teve um forte contributo para o meu crescimento e amadurecimento profissional, e ainda hoje me transmite uma série de ensinamentos, nomeadamente em matéria de relações humanas.

Este trabalho estrutura-se em 4 capítulos. O capítulo I intitula-se Revisão da Literatura e apresenta um enquadramento histórico do ensino profissional em Portugal, explica a importância das escolas profissionais para o desenvolvimento local e tem uma breve apresentação da Escola Técnica Empresarial do Oeste. O capítulo II é dedicado à metodologia e faz referência ao método utilizado no desenvolvimento deste trabalho, justificando a respetiva escolha. No capítulo III, intitulado Análise e interpretação de dados, proponho-me analisar toda a informação recolhida na documentação consultada e entrevistas realizadas, no sentido de descrever a história da E.T.E.O., explicar toda a sua organização e funcionamento, bem como a sua ligação à comunidade caldense e o contributo que dá à região, nomeadamente em matéria de desenvolvimento local. Neste ponto do trabalho referirei algumas das ações desenvolvidas pela Escola com um forte envolvimento da comunidade caldense em geral, e educativa em particular. Por fim, no capítulo IV, serão apresentadas as conclusões a que cheguei com esta investigação e que me permitem responder à questão principal formulada, que é qual «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*».

Desta forma, pretendo conseguir atingir os objetivos a que me propus com a elaboração deste trabalho e dar a conhecer qual o papel da Escola Técnica Empresarial do Oeste, bem como o impacto que tem na comunidade educativa e no desenvolvimento da região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha, contribuindo para o conhecimento em geral sobre esta matéria, bem como para o fortalecimento da relação da E.T.E.O. com a comunidade em geral.

Capítulo I - Revisão da Literatura

1.1. - O Ensino Profissional em Portugal

Para desenvolver este estudo, é imperioso compreender o significado de três conceitos fundamentais que, não obstante serem utilizados diversas vezes como sinónimo, podem distinguir-se: educação, ensino e formação.

Em sentido lato, a educação está associada à socialização, na medida em que esta corresponde a um processo dinâmico de aprendizagem que decorre ao longo da vida, com vista à apreensão dos valores, regras e práticas que permitem a um indivíduo integrar-se numa determinada sociedade. Num sentido mais restrito, «*educação designa todo o ato ou ação intencional, sistemática e metódica que o educador realiza sobre o educando para favorecer o desenvolvimento das qualidades morais, intelectuais ou físicas que toda a pessoa possui em estado potencial*» (Oliveira, Pais e Cabrito, 1999).

O conceito de ensino é mais redutor que o de educação, pois entende-se que «*ensinar é ser capaz de fazer com que os outros aprendam alguma coisa*» (Oliveira, Pais e Cabrito, 1999), sendo comumente associado à escola e ao conjunto dos conteúdos que se considera necessário aprender.

A formação é definida como o «*conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade económica*» (Oliveira, Pais e Cabrito, 1999).

Depois de os definir, pode dizer-se que os três conceitos têm diferenças e semelhanças. A principal diferença prende-se com o facto de o ensino e a formação serem processos descontínuos, isto é, o indivíduo não está constantemente a aprender saberes teóricos e/ou técnicos, ao passo que a educação é um processo permanente e contínuo que não está limitado no tempo nem no espaço, ocorre ao longo de toda a vida nos diferentes contextos em que o indivíduo vai interagindo. Ou seja, o conceito de educação é mais abrangente e, como engloba todas as vivências de uma pessoa, também inclui o ensino e a formação.

As semelhanças entre os supra referidos conceitos têm a ver, por um lado com o facto de terem como principal objetivo (embora não único) transmitir conhecimentos, por

outro por funcionarem como um meio que liga o indivíduo à sociedade possibilitando-lhe a sua formação integral.

Neste sentido, Diaz (2006:99) escreveu o seguinte:

«A educação é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades e, por isso, a educação é ao longo de toda a vida, acompanha o Homem desde o nascimento até à morte. Uma educação entendida ao longo da vida deve verificar-se em todo o espaço espacial e temporal e, por isso, o ensino e a formação serão mais um aspeto da mesma, evitando centrar-se exclusivamente na transmissão de conteúdos instrutivos. Toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação esta ocorre na família, na escola, na comunidade e, inclusivamente, para a comunidade. »

Assim, dos três conceitos, o de educação é o mais lato, pois não só abrange os outros dois, como também porque se caracteriza como um processo dinâmico e permanente ao longo de toda a vida de cada indivíduo, podendo, dentro das múltiplas perspetivas que a educação pode ter, descritas por Diaz (2006:99-100), ser entendida como a socialização de um indivíduo. A socialização primária é a que corresponde à aprendizagem que ocorre nos primeiros anos de vida de uma pessoa, principalmente junto da família; a secundária é a que vai acontecendo ao longo da vida, começando desde logo na escola, com o grupo de amigos, no emprego, com a constituição da própria família, etc. Ou seja, é toda a aquisição de conhecimentos nos diversos contextos da vida, independentemente de acontecer em ambientes formais, informais ou não formais de educação.

O sistema de educação em Portugal é tão antigo como a criação da própria nacionalidade, sendo as primeiras atividades com ele relacionadas da responsabilidade da Igreja Católica. Mas o grande marco histórico do desenvolvimento do sistema educativo português remonta ao ano de 1308, data da criação da Universidade de Coimbra através dos seus primeiros Estatutos, com o nome *«Charta magna privilegiorum»*. Mais tarde, no século XVIII, verifica-se outro momento importante na história do desenvolvimento do ensino em Portugal. É em 1750, no reinado de D. José I, sob a governação do Marquês de Pombal, e perante o cenário nacional de grande instabilidade e crise, nomeadamente nos setores da política, economia, finanças e ensino, que o país sofre profundas alterações e reestruturações.

Ao nível da educação, foram grandes as medidas e reformas implementadas pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, pois devido às influências que sofreu do Iluminismo (movimento cultural assente na valorização da razão humana e das capacidades intelectuais, que passaram a ser consideradas como o único e válido instrumento para ultrapassar as dificuldades da humanidade, da ciência e da vida, tendo sido criado e desenvolvido por muitos filósofos e pensadores do século XVII, como por exemplo John Locke, Jean Jacques Rousseau e Montesquieu) aspirava implementar um sistema de ensino estatal e laico.

O seu principal objetivo era instruir uma população maioritariamente iletrada. Atribuía a responsabilidade do analfabetismo instalado aos Jesuítas (membros pertencentes à Companhia de Jesus, congregação religiosa fundada em 1534 por Professores, com o objetivo de promover a educação da população em geral). Assim, começou por proibir os Jesuítas, únicos docentes na época, de ensinar, considerando extintas as escolas que lhes pertenciam (situavam-se nas suas propriedades, em mosteiros, conventos, igrejas, etc.), até que os expulsou em definitivo do país. Desde então, definiu com uma das suas prioridades recriar o ensino e encontrar e formar bons Professores que conseguissem levar a cabo a árdua missão de alfabetizar os portugueses.

Deste modo, arranca a primeira grande reforma do ensino nacional com o Decreto de 30 de setembro de 1755 que aprovou os Estatutos da Junta do Comércio, consagrando no seu capítulo XVI que a Junta deveria estabelecer *«uma aula em que (...) se faça presidir um ou dois mestres, dos mais peritos que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes e obrigações que são próprias de tão importante emprego»*. Três anos mais tarde, dá-se aquilo a que se chamou «a criação do ensino primário oficial», através do Alvará Régio de 1758, confirmando o Diretório de 3 de Maio de 1757, que mandava criar em todas as povoações duas escolas públicas, uma para meninos e outra para meninas.

Outro grande marco foi a assinatura da Carta Régia de 7 de Março de 1761. Este documento instituiu os «Estatutos do Colégio Real dos Nobres», que contemplavam o estabelecimento das regras pelas quais o ensino haveria de funcionar em Portugal: a escola, apoiada pelo rei, passaria a funcionar num dos extintos colégios dos Jesuítas em Lisboa e basear-se-ia nos valores das estruturas sociais e mentais do Reino. Eram lecionadas inúmeras disciplinas por Professores que preenchessem os requisitos

previstos nos Estatutos e foram criados cargos para organizar e desenvolver a escola. Mas a reforma pombalina não se cingia ao Colégio: antes da reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755, foram abertas na cidade inúmeras escolas provisórias; após a reedificação, verificou-se a abertura de uma escola por freguesia.

No entanto, é através da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, que o Ministro confere um novo impulso ao ensino secundário e institui mais amplamente o ensino primário oficial, já que o seu objetivo era proporcionar instrução a toda a população. Para o efeito, elaborou um plano onde fazia um cálculo aproximado do número das pessoas a instruir, das escolas existentes e das disciplinas e Professores necessários. Este plano foi muito benéfico para o país, pois contribuiu para a criação de novos empregos, possibilitou que grande parte da população se alfabetizasse e ofereceu à comunidade mão de obra cada vez mais especializada. Desta forma, era na Carta que constavam as regras pelas quais deveria funcionar o ensino em Portugal, nomeadamente, quem o podia frequentar, os requisitos a preencher pelos Professores, os currículos a lecionar e a avaliação da escola. Ou seja, a Carta podia considerar-se, à época, a nossa atual Lei de Bases do Sistema Educativo.

De salientar, ainda, que é também na segunda metade do século XVIII que a instrução feminina ganha expressão no nosso país, havendo registo que o Convento das Ursulinas, em Coimbra, em 1753, foi o pioneiro, tendo-se-lhe seguido outros conventos em Viana do Castelo e Braga. O Instituto das Salesianas (1782) e o Mosteiro da Visitação (1784) seguiram-lhe o exemplo.

Para custear as despesas da educação em Portugal foi criado um imposto pelo Alvará de 10 de Novembro de 1772, o «Subsídio Literário», o que deu um enorme contributo para a qualidade do ensino e sucesso escolar dos alunos que o frequentavam. Desta forma, estava criado o sistema de instrução público em Portugal.

Relativamente à área laboral, é no século XVIII que se modifica o conceito de trabalho por toda a Europa, matéria com a qual o Ministro Carvalho e Melo estava familiarizado, em virtude de ter desempenhado altos cargos noutros países, nomeadamente no Reino Unido e na Áustria.

Assim, o trabalho passa a ser visto como um fator gerador de riqueza, como uma atividade de progresso e inovação dos povos, por oposição à concepção existente, que defendia que o trabalho era uma atividade servil própria das classes inferiores. Surge a preocupação com a aprendizagem de todos os que pudessem produzir e contribuir para a riqueza do país, nomeadamente com a instrução da nobreza, classe claramente pouco instruída em matéria de ofícios e administração e inadaptada às exigências das mudanças laborais. Ou seja, há uma forte aposta em ensinar às pessoas um ofício, bem como formar aqueles que já eram trabalhadores.

Em Portugal estas «novas ideias» não foram bem aceites por força da resistência à mudança, característica do conservadorismo das classes privilegiadas. No entanto, nas então colónias portuguesas, nomeadamente no Brasil, Angola e Índia, estas novas ideias foram melhor acolhidas, pois já estava aí implementado um sistema organizado de formação, com aulas e escolas-oficinas, próprio de uma qualquer estrutura de formação profissional.

No entanto, na opinião de Carlos Fontes, é no século XIX que em Portugal se verifica *«uma revolução silenciosa no campo da formação profissional cujas bases ainda hoje persistem.»*, pois foi por muitos considerado um século em que predominou o liberalismo e a crescente responsabilidade do Estado em matéria de educação pública. Em termos históricos, o século XIX é marcado por períodos muito conturbados em termos políticos e militares, o que não impediu que se fossem tomando algumas medidas no campo da educação sob forte influência da Revolução Francesa: em 1836/1837, Manuel da Silva Passos (Secretário de Estado dos Negócios do Reino) criou novos ramos de formação e novos estabelecimentos de ensino, nomeadamente aqueles que foram considerados o «embrião» do ensino profissional, os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto (caracterizavam-se por ser espaços com diversa maquinaria de fábricas e oficinas, da mais alta tecnologia, que estavam à disposição para serem utilizadas pelo público, constituindo uma verdadeira «escola viva»); durante o governo de Costa Cabral (1849/1851), merece destaque a criação da Escola Naval, da Escola do Exército e do ensino comercial nos liceus; a partir de 1851, é Fontes Pereira de Melo que revoluciona a formação devido às exigências do sistema produtivo, pois era necessário imprimir um ritmo rápido de desenvolvimento no país. Assim, Fontes Pereira de Melo resolveu pôr as instituições de ensino ao serviço das obras necessárias, para o que tomou várias medidas, nomeadamente:

-
- criou novos estabelecimentos de formação (Instituto Agrícola de Lisboa, Instituto Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto);
 - desenvolveu o sistema de ensino profissional no Estado, em vez da iniciativa privada, como acontecia noutros países da Europa, nomeadamente em Espanha e na Alemanha;
 - implementou o ensino generalista, com bases comuns, ao invés de desenvolver cursos específicos.

Estas medidas não produziram o efeito desejado e, em 1864, o General João Crisóstomo de Abreu e Sousa procedeu à reforma do ensino profissional, através da implementação da formação especializada por áreas.

As reformas foram-se sucedendo ao longo deste século, sendo as mais relevantes as empreendidas por:

- António Augusto de Aguiar (1884) que criou duas importantes redes de escolas: as Escolas Industriais e as Escolas de Desenho Industrial;
- Emídio Navarro (1886) que criou o ensino profissional feminino;
- Bernardino Machado (1893) que descentralizou o ensino profissional, responsabilizando as principais entidades locais, e unificou as redes de escolas existentes.

As reformas do ensino no final do século XIX foram pouco significativas, pois vivia-se um período muito conturbado devido às pressões exercidas pelos republicanos.

Um dos grandes marcos históricos do início do século XX foi a alteração do regime político que até então se verificava em Portugal, ou seja, a queda da monarquia aquando do regicídio (1 de fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, do qual resultou a morte do Rei D. Carlos e do seu filho, herdeiro do trono, o Príncipe Real D. Luís Filipe) e a implantação do regime republicano através do golpe de estado perpetrado pelo Partido Republicano, a 5 de outubro de 1910, pondo termo à monarquia constitucional que vigorava desde a morte do Rei.

Estas alterações produziram profundas mudanças nos mais diversos domínios sociais, nomeadamente na educação, pois a implantação da república era vista como um meio de libertação social de um regime opressivo dominado pelo clero e pela nobreza (estima-se que em 1911, a taxa de analfabetismo em Portugal atingia cerca de 70% da população com mais de 7 anos de idade).

Durante o período da 1ª República (1919-1926) houve dois momentos de reformas estruturais no que diz respeito ao ensino profissional:

O primeiro ocorreu em 1911, com Brito Camacho à frente do Ministério do Fomento. Considerado por muitos um dos mais dinâmicos ministros da altura, estava convencido de que o atraso do país tinha uma relação direta com a insuficiência do ensino técnico, sobretudo numa época em que a competitividade dos países passava pela qualidade da formação dos trabalhadores. Desta forma, procedeu à reorganização de alguns estabelecimentos de ensino que existiam (por exemplo, o Instituto de Agronomia e Veterinária desdobrou-se no Instituto Superior de Agronomia e na Escola de Medicina Veterinária; as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto foram transformadas em Faculdades de Medicina) e criou outros, como por exemplo, a Escola de Construções, Indústria e Comércio de Lisboa.

No entanto, como encontrou alguma resistência, a reforma global pretendida não estava a ser conseguida e, em 1916, surge o decreto n.º 2609-E, de setembro que, embora reconhecendo a necessidade de uma reforma profunda, apenas classifica e ordena as escolas já existentes: «Escolas Industriais», «Escolas Preparatórias» e «Escolas de Arte Aplicada».

O segundo momento em que se verificou uma reforma estrutural no ensino profissional foi em 1918, com a passagem da pasta do ensino profissional para o Ministério do Comércio e Comunicações, em que o ministro João Alberto de Azevedo Neves se debruça de imediato sobre a reforma deste tipo de ensino (através da publicação do decreto n.º 5029 de 1 de dezembro de 1917), que assentava, fundamentalmente, em três grandes princípios:

- 1- descentralizar e autonomizar o ensino profissional;
- 2- separar o ensino industrial, artístico e comercial;
- 3- criar três graus de ensino técnico: o elementar (ligação entre a escola primária e o ensino profissional), o médio (formação de aprendizes, com a duração de quatro anos) e o superior (formação de operários qualificados).

A título de exemplo, no início do regime republicano existiam doze Escolas de Desenho Industrial (com o decreto de 1 de Dezembro de 1918 foram transformadas em Escolas de Artes e Ofícios) e destinavam-se a preparar operários, a partir dos treze anos de idade, ou a aperfeiçoar aqueles que já exerciam a sua atividade. Os cursos industriais então

ministrados, tinham a duração de 4 anos e do seu currículo faziam parte diversas disciplinas, como por exemplo, Português, Aritmética e Geometria, Princípios de Física e Química e Noções de Tecnologia, Geografia e História, Francês, Desenho Geral, Desenho Especializado e Trabalhos Oficinais. Em 1919, o número destas escolas foi elevado para dezanove, assim distribuídas: Caldas da Rainha, Gondomar, Lagos, Peniche, Ponta Delgada, Tomar, Viana do Alentejo, Vila Nova de Gaia, Covilhã, Portalegre, Aveiro, Braga, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real.

Em termos históricos, o período que se seguiu à implantação da 1ª República (1910), nomeadamente no pós 1ª Grande Guerra, foi marcado por grandes instabilidades políticas, no qual se verificaram sucessivos movimentos e revoluções, políticos e militares, tendo sido a mais significativa a Revolução de 28 de Maio de 1926, chefiada pelo General Gomes da Costa que, não obstante ter várias designações (Revolução Nacional, Golpe de 28 de Maio ou Movimento de 28 de Maio), teve como principal objetivo pôr termo à 1ª República e implementar uma Ditadura Militar (ou Ditadura Nacional). Com a aprovação da Constituição de 1933, a ditadura implementada passou a designar-se Estado Novo, regime que vigorou ininterruptamente durante mais de 40 anos, mais concretamente, até 25 de abril de 1974, aquando da Revolução de Abril ou dos Cravos.

Ao longo desta conturbada época, muitos foram os Ministros que detiveram a pasta da Educação, inclusivamente o próprio Ministério de tutela desta matéria também foi tendo designações diferentes: em 1933, com a implementação da Ditadura, denominava-se Ministério da Instrução Pública e era chefiado por Gustavo Cordeiro Ramos; em 1936, passou a chamar-se Ministério da Educação Nacional e tinha à frente António Faria Carneiro Pacheco. Esta designação durou até à Revolução de 25 de abril de 1974, tendo sofrido diversas alterações (em termos cronológicos: Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Educação e Investigação Científica, Ministério da Educação e Ciência, Ministério da Educação e das Universidades e Ministério da Educação). Atualmente designa-se Ministério da Educação e Ciência e é liderado por Nuno Crato.

Até abril de 1974, o sistema português de educação em geral e o ensino profissional em particular, sofreram diversas reformas na tentativa de adequar a população à mudança social emergente. Em termos gerais, o ensino técnico caracterizava-se por:

-
- constituir um ramo de ensino paralelo ao ensino liceal, sem correspondência horizontal com este, que não permitia o acesso direto a outros níveis de ensino;
 - ser ministrado nas escolas comerciais e industriais, com a duração de 3 ou 4 anos, a alunos que tivessem frequentado o curso preparatório com orientação profissional, de 1 ou 2 anos de duração;
 - ter os cursos de metalomecânica, eletricidade, comércio e formação feminina com a maior taxa de frequência, num universo de, sensivelmente, 80 cursos.

Ao longo destas décadas, as características próprias deste tipo de ensino acentuavam a precoce e discriminatória diferenciação social, pois existiam grandes e marcadas diferenças no acesso às profissões mais prestigiadas e qualificadas. Esta situação contribuiu para a evolução do ensino técnico, que nunca deixou de ter como objetivo o acesso ao ensino superior dos alunos que o frequentavam, como uma condição essencial de igualdade de oportunidades, situação já estabelecida nos nossos dias.

Já na década de 60, as condições económicas e sociais, fruto da realidade nacional e europeia, nomeadamente a procura de mão de obra especializada pela indústria, o êxodo rural, os movimentos migratórios e os diversos problemas causados pela mobilização militar para a guerra das colónias, puseram em evidência o insuficiente número de pessoas com formação profissional qualificada, gerado pelo sistema de educação vigente.

Neste sentido, o Governo resolveu intervir através do Ministério das Corporações (correspondente ao atual Ministério da Solidariedade e Segurança Social, designação oficial desde 2011) e, apostando na qualificação profissional de adultos, empregados e desempregados, criou para o efeito, em 1962, o Fundo de Desenvolvimento de Mão de Obra (FDMO) e o Instituto de Formação Profissional Acelerada (IFPA); em 1964 foi criada a Divisão de Formação Profissional no âmbito do FDMO e em 1965 o Centro Nacional de Formação de Monitores (CNFM). Para coordenar os diversos serviços de formação profissional, foi criado em 1968 o Serviço de Formação Profissional (SFP).

No entanto, apesar do esforço imprimido nestas intervenções, a expansão do sistema de formação foi travado pela limitação do financiamento público nesta área, o que impediu o aumento significativo de trabalhadores portugueses qualificados, não tendo tido na economia nacional a expressão almejada.

Assim, e não obstante cada uma das reformas ter tido a sua importância, a mais marcante terá sido a efetuada pelo Professor Veiga Simão, Ministro da Educação durante o período entre 1970 e 1974, apresentada pelo próprio ao país em janeiro de 1971. Neste sentido, e embora classificada por muitos como «extremamente moderna», em termos gerais as linhas orientadoras desta reforma foram: substituição de um sistema de ensino baseado na ideológica trindade *Deus, pátria e família*, por um muito mais virado para a economia e intervenção económica por parte do Estado e desenvolvimento da cidadania a par da democratização do ensino (institucionalização da igualdade de oportunidades e da educação de massas), fator primordial ao desenvolvimento e progresso do país, através da qualificação da mão de obra especializada.

Desta forma, o então Ministro da Educação levou a cabo a reforma que preconizava, que passou a existir em termos formais através da aprovação da sua proposta na Assembleia Nacional, publicada como lei em 1973 (Lei 5/73, de 25 de julho).

Esta lei, que vigorou até à atual Lei de Bases do Sistema Educativo, baseava-se nos seguintes traços gerais:

- A educação (qualquer atividade que contribua para a formação dos indivíduos) nacional é uma tarefa fundamental do Estado, sendo assegurada a todos nas mesmas condições, sendo o mérito e as capacidades de cada um o único fator de distinção. O objetivo é a formação integral de todos os portugueses, *«preparando-os ... para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e a realização das finalidades de vida.»* (Cap.1, base I, n.º 1 - Lei 5/73, de 25 de julho).
- A estrutura do sistema educativo passou a dividir-se em: educação pré-escolar (*«tem por finalidade o desenvolvimento espiritual, afetivo e físico da criança, sem a sujeitar à disciplina e deveres próprios de uma aprendizagem escolar»* - cfr. n.º 2, base IV, secção 1ª, Cap. II da Lei 5/73, de 25 de julho), educação escolar (*«é realizada através do sistema escolar, que compreende os ensinamentos básico, secundário e superior e a formação profissional»* que se destina *«aos que possuam a habilitação do ensino básico ou do curso geral ou complementar do ensino secundário e optem por esta modalidade de ensino»* - cfr. n.ºs 3 e 4, base IV, secção 1ª, Cap. II da Lei 5/73, de 25 de julho) e educação permanente (*«processo organizado de educação destinado a promover, de modo contínuo, a*

formação, a atualização e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional»
- cfr. n.º 5, base IV, secção 1ª, Cap. II da Lei 5/73, de 25 de julho).

Nesta estrutura, a formação profissional (que não tinha a designação de «*ensino profissional*», como atualmente) tinha um regime muito pouco explícito, apenas era referido que o seu objetivo era habilitar uma pessoa ao exercício de uma profissão, que existiriam vários cursos e graus de formação, e que a passagem a graus de formação mais elevados obedecia a certos requisitos, nomeadamente o ter de frequentar com aproveitamento grupos de disciplinas integradas noutra modalidade do sistema escolar (cfr. base XII, subsecção 3ª, Cap. II da Lei 5/73, de 25 de julho).

O que se seguiu não foi melhor, pois unificou-se o sistema de ensino (técnico e liceal), levando à progressiva extinção do ensino técnico-profissional. O despacho normativo n.º 140-A/78 de 22 de junho veio, com o objetivo de proceder a uma reorganização global do sistema de ensino, alterar a estrutura do ensino secundário complementar, tornando-o como a única via de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Ao criar cinco áreas de estudo (científico-naturais, científico-tecnológicos, económico-sociais, humanísticos e artes visuais) nos cursos complementares do ensino secundário visava, entre outras coisas, «*contribuir para eliminar a situação de diferente prestígio social decorrente da existência de dois tipos de ensino secundário, o liceal e o técnico.*» - cfr. al. f), do n.º1, do despacho normativo n.º 140-A/78 de 22 de junho.

O sistema em vigor foi alvo de duras críticas devido à quase total ausência de formação profissional, mas era aquele que o Governo defendia como sendo o que garantia o direito fundamental dos cidadãos à educação e à cultura, consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976, no seu art.º 73º. Então, em 1979 e sob a tutela do Ministério do Trabalho, há a manifesta intenção de proceder à reforma da antiga estrutura de formação profissional, reativando-se a ação formativa, criando-se para o efeito o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e, conseqüentemente, são extintos os anteriores organismos desta área.

Em 1980 houve a primeira tentativa de reestabelecer o ensino profissional com a criação do 12º ano do ensino secundário com uma oferta de 31 cursos de formação pré-profissional, e em 1983 tentou-se um relançamento do ensino técnico através de um

projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação em conjunto com o Ministério do Trabalho, designado por ensino técnico-profissional.

No ano de 1984 foi criada a formação profissional em regime de alternância ou sistema de aprendizagem com uma componente de formação tripla (escolar, profissional e em empresa) que concedesse uma certificação escolar e uma qualificação profissional. A gestão deste sistema estava a cargo do IEFP e a formação era realizada através de uma rede de centros de formação e emprego deste organismo. A partir de 1985 os Centros de Formação Profissional do IEFP (Centro de Gestão Direta - CGD) foram abrangidos por um programa de ajudas comunitárias de pré-adesão (Portugal preparava-se para aderir às então Comunidades Europeias), tendo sido melhorados os que existiam e criados outros novos para permitirem uma cobertura geográfica do nosso país cada vez maior. Também neste ano foi promulgado o Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio, que possibilitava o financiamento de ações de formação desenvolvidas em parceria com entidades externas através de protocolos.

Assim, como refere Carlos Fontes, *«O Ensino Técnico-Profissional atravessou um período de enorme confusão entre 1974 e 1983, marcado pela continuidade das reformas iniciadas por Veiga Simão e a desvalorização do sistema de formação profissional... houve três medidas de fundo que alteraram por completo o sistema de ensino: o aumento da escolaridade obrigatória, a unificação do ensino liceal e técnico e as medidas administrativas de caráter pontual.»*

Depois de um período marcado por uma grande instabilidade social e política, continuaram a implementar-se medidas de reforma no sistema educativo, mantendo o ensino profissional uma fraca expressão no efetivo global de alunos. 1986 foi o ano da grande evolução do sistema educativo: é aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (devido à necessidade de um consenso alargado em matéria de educação), há um reequilíbrio financeiro do país e Portugal entra para as então Comunidades Europeias. É neste novo contexto educativo que surge o ensino profissional como uma modalidade de ensino especial para jovens, pois não só passa o regime da formação profissional a ter consagração legal, como também o nosso país passa a ter acesso ao financiamento europeu de atividades formativas através do Fundo Social Europeu (FSE).

É através deste financiamento público que, para além de se possibilitar a formação profissional como uma modalidade de ensino, a formação aumenta por iniciativa privada. Pois se até aqui apenas algumas empresas de grandes dimensões nas regiões da grande Lisboa e Porto realizavam formação inicial ou contínua dos seus trabalhadores, a partir desta altura, também as associações empresariais passam a ministrar formação profissional em várias regiões do país, no sentido de apoiarem as empresas, reduzir o emprego jovem e melhorar os recursos humanos existentes.

Desta forma, é com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, através da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, onde se estabelece o quadro geral do sistema educativo com vista a concretizar o direito à educação e à cultura, que passa a existir referência específica à formação profissional, dentro da designação «educação escolar». Ou seja, passa a permitir-se a existência de formação profissional, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino básico e secundário (cfr. al. a, do n.º 6, do art.º 19º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

De acordo com o art.º 4º da supra referida Lei, a estrutura geral do sistema educativo organiza-se da seguinte forma:

- Educação pré-escolar
- Educação escolar
 - ensino básico
 - ensino secundário
 - ensino superior
 - modalidades especiais
- Educação extraescolar

A **educação pré-escolar** (artº5º) é facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, que ocorre, normalmente, entre os 6 e os 7 anos de idade.

A **educação escolar**, enquanto componente do sistema educativo, é um processo que acompanha o desenvolvimento do indivíduo no sentido de lhe proporcionar competências e conhecimentos que lhe permitam uma melhor integração social. Divide-se em:

- ensino básico - é «*universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.*» (cfr. n.º1 do art.º 6º). Compreende a escolaridade obrigatória, que se inicia aos 6 anos de idade e termina aos 18 (alteração introduzida pelo art.º 2º da

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, pois até esta data a escolaridade obrigatória era até aos 15 anos), e é composto por três ciclos de sequência progressiva.

- ensino secundário - enquanto segunda fase da educação escolar, acedem-lhe todos aqueles que tenham completado com aproveitamento o ensino básico e que queiram prosseguir estudos, encontrando-se organizada «*segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.*» (cfr. n.º3 do art.º 10º). Esta fase tem a duração de três anos, sendo que os alunos podem escolher se querem uma educação de carácter geral, normalmente vocacionada para o ensino superior, ou mais virada para a vida activa, permitindo-lhes a obtenção de uma qualificação profissional de nível IV. A conclusão com aproveitamento desta fase de educação confere um diploma específico, de grau equivalente.

- ensino superior - compreende o ensino universitário e o ensino politécnico (art.º 11º), é ministrado em estabelecimentos públicos ou privados, podendo aceder-lhe os indivíduos que possuam um curso do ensino secundário, ou equivalente (desde que provem capacidades para a sua frequência - cfr. art.º 12º), está organizado segundo o sistema europeu de créditos (art.º 13º) e confere os graus de licenciado, mestre e doutor (art.º 14º).

- modalidades especiais - o art.º 16º prevê algumas formas que, embora regendo-se por disposições especiais, fazem parte integrante da educação escolar. A saber:
 - «a) A educação especial;
 - b) A formação profissional;
 - c) O ensino recorrente de adultos;
 - d) O ensino à distância;
 - e) O ensino português no estrangeiro.»

A educação especial (art.ºs 17º e 18º) tem em vista desenvolver um conjunto de atividades educativas que possibilitem a recuperação e a integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e/ou mentais. Dá-se primazia a organizá-la em estabelecimentos regulares de ensino, segundo modelos diversificados de integração, tendo em conta as necessidades específicas de cada aluno.

A formação profissional (art.º 19º) é ministrada em escolas profissionais, em escolas secundárias ou noutras entidades certificadas para esse fim, públicas ou privadas, e tem como principal objetivo a integração dinâmica dos alunos no mundo do trabalho, pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais. Está organizada de forma a adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, para o que desenvolve ações de iniciação, qualificação, aperfeiçoamento e reconversão profissionais. Podem ter acesso à formação profissional as pessoas que tenham concluído a escolaridade obrigatória, os que não a concluíram até à idade limite desta e os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou reconversão profissionais.

As escolas profissionais oferecem, normalmente, cursos de nível secundário, não obstante poderem proporcionar outro tipos de formação. A sua conclusão com aproveitamento permite aos alunos a obtenção de um diploma do ensino secundário (equivalente aos 10º, 11º e 12º anos) e de qualificação profissional de nível IV.

O ensino recorrente de adultos é uma forma de educação com uma organização própria (art.º 20º) que se destina a escolarizar pessoas que, por qualquer motivo, já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário. Existe em todas as modalidades escolares não superiores e a ele têm acesso: ao ensino básico, as pessoas maiores de 15 anos; ao ensino secundário, os maiores de 18. Confere os mesmos diplomas e certificados do ensino regular.

O ensino à distância (art.º 21º) constitui uma forma complementar do ensino regular, é dirigido à população adulta e proporciona, em regime de autoaprendizagem não presencial e mediante o recurso às novas tecnologias de informação, a frequência de ações de formação recorrente, formação de professores (profissionalização em serviço ou formação contínua) e educação extra escolar. O principal promotor da modalidade de

ensino à distância é a Universidade Aberta, que contém uma oferta muito diversificada de cursos e níveis de ensino.

Ainda dentro das modalidades especiais de educação escolar, existe também o ensino de português no estrangeiro (art.º 22º), que visa promover a divulgação e estudo da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Numa perspectiva intercultural, o objetivo é incluí-lo nos planos curriculares do ensino básico e secundário dos países estrangeiros, o que é feito com o apoio do Estado português.

Por fim, há que referir a **educação extra escolar** (art.º 23º). É composta por uma diversidade de ações educativas e culturais que, do ponto de vista da educação permanente e da continuidade da ação educativa, têm como objetivo proporcionar a cada pessoa aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, seja numa perspectiva de alfabetização, reconversão ou aperfeiçoamento profissional.

Em suma, podemos representar esquematicamente a estrutura do sistema educativo português da seguinte forma:

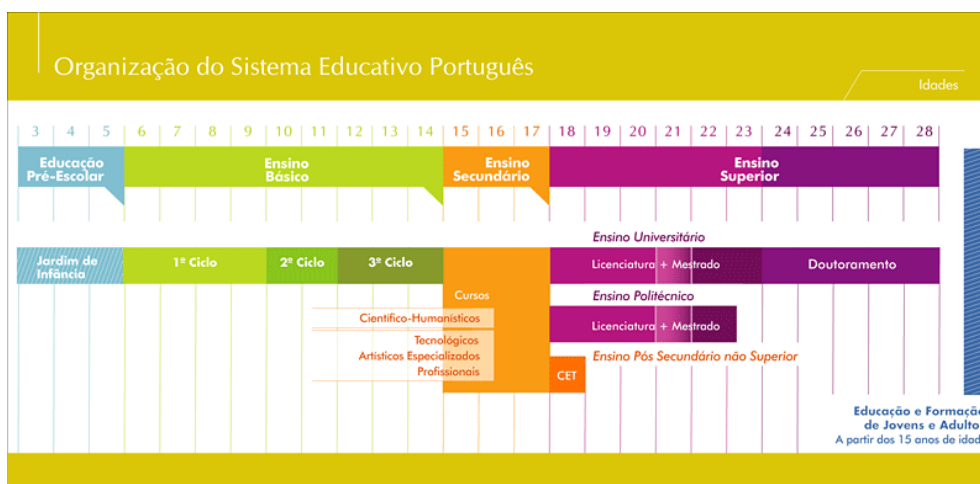


Figura 1: Organização do Sistema Educativo Português

Fonte: Ministério da Educação – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
(<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>)

De acordo com o exposto, a formação profissional passou a fazer parte integrante do sistema de educação depois da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo, prevendo esta, desde logo, a criação da *«legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:...f) Formação profissional;»* (art.º 59º, n.º1).

Para a execução deste preceito legislativo, é criado em 1988 o Gabinete para o Ensino Tecnológico Artístico e Profissional (GETAP), com o objetivo de reestruturar o ensino técnico, desenvolver o ensino artístico e estudar um novo modelo de escolas. Neste sentido, em 1989 o GETAP foi considerado o responsável pela criação, desenvolvimento e lançamento das escolas profissionais. Assim, com a publicação do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro, o sistema de educação nacional volta a apostar em estruturas de ensino e formação com o objetivo de promover a elevação da qualificação dos recursos humanos em Portugal, visando acompanhar o desenvolvimento socioeconómico que se fazia sentir num contexto de integração europeia. De acordo com este decreto-lei, que previa os princípios orientadores da criação das escolas profissionais, surgiram as primeiras escolas profissionais como resposta da sociedade civil às necessidades do tecido social e económico. O principal objetivo da criação destas estruturas, que regra geral são estabelecimentos privados de ensino, implementados através da iniciativa de vários promotores de cada região e setor, era fundamentalmente: diversificar a oferta formativa que se segue à escolaridade obrigatória; construir um sistema autónomo e inovador, alternativo ao ensino convencional, que melhorasse as ofertas profissionalizantes promovidas avulso por ações financiadas pelo FSE; mobilizar a sociedade civil para criar e desenvolver projetos que criassem empregos locais e regionais, por forma a estimular a respetiva economia. Em suma, pretendeu-se com a criação das escolas profissionais preparar os jovens para a vida ativa, para o mundo do trabalho, cumprindo, desta forma, as diversas finalidades atribuídas por lei a este tipo de escolas, nomeadamente «*Dotar o País de recursos humanos de que necessita, numa perspectiva de desenvolvimento nacional, regional e local*», conforme dispõe a al. e), do art.º 3º do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro.

Ao longo da década de 90, a ação governativa esforça-se por reorganizar e desenvolver a educação: pretende reforçar a qualidade da ação educativa no nosso país e da sua gestão, para o que cria uma série de novas entidades com competências para investigar e apoiar a educação/formação, como por exemplo, o Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP, 1991), o Centro Nacional de Recursos para a Orientação (CNROR, 1993), o Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR, 1997), o Instituto Nacional de Acreditação de Formação de Professores (INAFOP, 1998), , etc.

Assim, e em termos gerais, a formação profissional passa a ter o seu enquadramento legal na Lei de Bases do Sistema Educativo e nos Decretos-Lei 401/91 e 405/91, ambos de 16 de outubro de 1991, fazendo estes a distinção entre formação profissional inserida no sistema educativo e formação profissional inserida no mercado de trabalho. As diferenças entre estes dois tipos de formação residem não só na entidade que as tutela, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, respetivamente, mas também na oferta formativa, no público alvo, nas finalidades, na certificação, etc.

Para melhor cumprir os objetivos a que se propõe, o regime jurídico das escolas profissionais tem sofrido alterações e ajustamentos ao longo do tempo. Vejamos:

Em 2004, com a publicação do Decreto Lei n.º 74/2004, de 26 de março, procedeu-se à revisão curricular do ensino secundário, através de um ajustamento de currículos e conteúdos programáticos, por forma a responder aos desafios da sociedade de informação e do conhecimento.

No mesmo ano, a Portaria 550-C/2004, de 21 de maio, em articulação com o referido Decreto Lei, veio materializar a execução dos princípios nele enunciados relativamente ao ensino profissional, ou seja, define as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos profissionais, privilegiando a inserção qualificada dos alunos no mercado de trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Em 2005, foi aprovada a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, que criou a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação. Tendo em conta o Documento Orientador da Revisão Curricular do Ensino Secundário, que pretende que os alunos que frequentem o ensino profissional desenvolvam competências que lhes permitam uma boa inserção no mercado de trabalho, os cursos profissionais passaram a estar agrupados por famílias, segundo as respetivas áreas de educação e formação.

Mais recentemente, em 2012, com a publicação do Decreto Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, houve alteração da organização fixada pelo Decreto Lei n.º 74/2004, de 26 de março, pois passaram a estar previstos novos *«princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo*

de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário». (art.º 1º do Decreto Lei n.º 139/2012, de 5 de julho).

Depois de sucessivas alterações legislativas, atualmente é a Portaria 74-A, de 15 de Fevereiro de 2013 que estabelece as regras de «*organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho*» (cfr. n.º 1, do art.º 1º da referida portaria), mantendo-se em vigor o agrupamento dos cursos por famílias (áreas de educação e formação) estabelecido pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, bem como o seu enquadramento no Catálogo Nacional de Qualificações. Assim, a atual legislação prevê uma série de novas medidas que visam potenciar a competitividade, o emprego e, conseqüentemente, o crescimento económico, que passam nomeadamente por reforçar o ensino profissional, ajustando as ofertas formativas às necessidades e prioridades dos diferentes sectores socioeconómicos, fomentando uma interação permanente entre as escolas e as empresas.

1.1.1. O Ensino Profissional privado

Em termos históricos, o ensino profissional foi trazido para Portugal pelo Marquês de Pombal no século XVIII (Alvará de Maio de 1759), foi prosperando com Fontes Pereira de Melo na segunda metade do século XIX, mas só se desenvolveu verdadeiramente e de forma significativa a partir de meados do século XX. Era premente formar pessoas com capacidades técnicas que pudessem desenvolver atividades sem as quais o país não podia crescer. Assim, foram implementadas várias medidas que tentaram colmatar falhas na formação de técnicos industriais de que o país tanto precisava, pois como referiu Oliveira Marques «*Das escolas industriais, industriais e comerciais, e de artes e ofícios, cujo número (de alunos) foram sempre em aumento durante o período republicano, é que iam saindo umas centenas de diplomados, cada ano. Mas a sua preparação, muito mais teórica do que prática, não permitia especializações rápidas nem aquele enquadramento técnico firme de que a novel indústria portuguesa carecia se quisesse pular para a frente*». Não obstante os esforços na reestruturação do ensino, o reduzido número de alunos que

frequentavam as escolas na época, sobretudo as técnicas, ainda não tinha um impacto representativo na economia do país.

De facto, a formação profissional não passava só pelas escolas, pois já durante o século XIX várias eram as empresas que ensinavam com carácter de aula os seus trabalhadores. Por exemplo, o Arsenal do Alfeite (extinto através do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro), substituído pela Arsenal do Alfeite, S.A., que se dedica, principalmente, à satisfação das necessidades de construção, manutenção e reparação naval da Marinha Portuguesa, de outras Marinhas da Nato e comerciais, possui desde 1858 uma estrutura própria de formação «articulada» com o ensino oficial, de tal forma eficaz, que foi referida às cortes como exemplo a seguir na sessão legislativa de 1858 e 1859 pelo Ministro da Marinha e Ultramar, no relatório que elaborou e que passo a citar:

«O estabelecimento de uma aula de instrução primária no Arsenal da Marinha , na qual recebem ensino os numerosos aprendizes que trabalham neste estabelecimento , era uma necessidade. Os operários não podem bem desempenhar os melhoramentos introduzidos em todos os artefactos aplicáveis ao serviço da marinha, sem que tenham os indispensáveis princípios elementares. Neste propósito acha-se já funcionando umas aulas de instrução primária, dirigida por um hábil professor indicado como próprio para esse mister pelo comissário dos estudos nesta capital. A dita aula tem sido frequentada por perto de 160 alunos, os quais, na sua maioria, pertencem ao Arsenal da Marinha, e alguns deles, não poucos têm dado suficientes provas de aproveitamento».



Figura 2: Escola Oficina n.º 1 - Aula de Desenho (1914)

Fonte: <http://educar.no.sapo.pt/histFormProfB.htm>

«O ensino era misto e combinava aulas teóricas e práticas, sem distinção de sexos. Foi uma das experiências pedagógicas (particulares) mais bem sucedidas da primeira república.»

Se recuarmos mais atrás no tempo, aquilo que se passou com a criação das guildas em muitos países europeus ao longo de vários séculos, assemelhava-se ao que na sociedade atual é designado por formação profissional. As guildas eram corporações de artesãos, que funcionavam segundo regras próprias e bastante específicas (normas que regulamentavam, por exemplo, a forma com deviam trabalhar, os preços que deveriam praticar, os direitos dos trabalhadores, a hierarquia - aprendiz, artífice e mestre - , etc.), para onde iam as pessoas que queriam/precisavam de aprender um ofício, adquirindo os saberes que a experiência teria ensinado a outros ao longo de anos de trabalho.

Pensando em tempos mais remotos, podemos questionar-nos: como é que antigamente as pessoas aprendiam as suas profissões? É um facto comprovado que o ser humano quando nasce «está em branco» em termos de conhecimentos do que quer que seja, e só através do processo de socialização é que todas as suas aprendizagens, nomeadamente as sociais, se vão adquirindo ao longo da vida; nada lhe é inato a não ser o instinto de sobrevivência. Isto significa que tudo o que o Homem aprende lhe foi ensinado por alguém e, se num primeiro momento esse alguém são (ou deverão ser) os pais, já mais tarde os saberes são-lhe transmitidos pelos diversos grupos sociais aos quais vai pertencer. No que diz respeito às profissões, os saberes eram passados de geração em geração, os mais novos aprendiam com os mais velhos, os mestres ensinavam os aprendizes. Ora, em termos sociais, qualquer pessoa que tivesse uma profissão fora da agricultura já tinha uma posição social mais elevada, o que fazia com que todos os pais sonhassem com uma profissão para os filhos que lhes proporcionasse uma certa ascensão social. Neste sentido, as famílias, bastante numerosas por sinal, faziam uma enorme sacrifício para conseguir que algum dos seus filhos pudesse ir para uma oficina aprender uma profissão com um mestre. Celebravam um acordo entre si, em que os pais do aprendiz pagavam ao mestre para ensinar ao seu filho todos os saberes e conhecimentos adquiridos ao longo de uma vida de trabalho: para o aprendiz, era garantia de um futuro melhor, poder desempenhar uma tarefa importante, com algum relevo na sociedade; para o mestre, muitas vezes sem descendentes ou com filhos desinteressados na profissão do pai, era a certeza de que alguém ia seguir o seu caminho, de que podia deixar o seu legado de sabedoria a uma pessoa que, um dia, iria fazer por outra aquilo que ele fizera pelo seu aprendiz.

Assim, pode dizer-se que desde sempre existiu «ensino profissional» desde os primórdios da civilização até aos nossos dias, primeiro a um nível particular, privado, e mais tarde, a um nível público, no sentido de ser hoje uma das atribuições do Estado enquanto instituição social dotada de supremacia. As alterações que foram surgindo ao longo dos tempos tiveram a ver com o grau de desenvolvimento da própria sociedade, nomeadamente a evolução tecnológica e as necessidades próprias dos indivíduos.

1.1.2. Organização do Ensino Profissional em Portugal

A organização e gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos e das capacidades a desenvolver, estão regulados no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, recentemente alterado pelo Decreto-Lei 91/2013, de 10 de julho. De acordo com esta lei, o currículo é um «conjunto de conteúdos e objetivos que, devidamente articulados, constituem a base da organização do ensino e da avaliação do desempenho dos alunos...» (cfr. art.º 2º), e concretiza-se através de planos de estudo de acordo com a matriz apresentada pelo presente diploma:

ANEXO VI

(a que se referem os artigos 2.º e 16.º)

Ensino Secundário — Cursos profissionais

No âmbito da autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos lectivos na unidade mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias totais de cada disciplina constantes do presente anexo.

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária (a)
Sociocultural	Língua Portuguesa	320
	Língua Estrangeira I, II ou III (b).	220
	Área de Integração	220
	Tecnologias de Informação e Comunicação/Oferça de Escola.	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
Científica	Duas a três disciplinas (c)	500
Técnica	Três a quatro disciplinas (d).	1100
	Formação em Contexto de Trabalho (e).	600 a 840
Total		3200 a 3440

(a) Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acatando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular e a formação em contexto de trabalho.

(b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, inicia obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.

(c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.

(d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada.

(e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir e é objeto de regulamentação própria.

Figura 3: Componentes de formação e carga horária dos cursos profissionais

Fonte: Anexo VI do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei 91/2013, de 10 de julho

Os currículos estão organizados num sistema modular que respeita os programas das disciplinas e respetivas áreas disciplinares, sendo os seus conteúdos adaptados a cada curso (atualmente os cursos estão divididos por 19 áreas de formação, as designadas famílias profissionais), constituindo a base dos conhecimentos e capacidades a adquirir pelos alunos.

Neste sentido, os cursos profissionais têm planos de estudo de âmbito nacional estabelecidos pelo Ministério de Educação (embora as escolas profissionais tenham autonomia para os gerir da forma que entendam melhor, pois a lei confere aos órgãos de gestão autonomia administrativa para desenvolver os mecanismos que entenda adequados para este efeito - art.º 7º) e encontram-se divididos em três componentes:

- formação sociocultural que, sendo comum a todos os cursos, «*visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos*» (art.º 16º, n.º 2, al. b, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho);
- formação científica que pretende proporcionar aos alunos «*a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e aptidões de base do respetivo curso*» (art.º 16º, n.º 2, al. d, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho);
- formação tecnológica que visa «*a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e aptidões de base do respetivo curso, e integra ... formas específicas de aprendizagem em contexto de trabalho*» (art.º 16º, n.º 2, al. e, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho).

Assim, tendo em conta a matriz apresentada, as escolas têm autonomia para distribuir e gerir a carga horária de forma flexível e otimizada, desde que a mesma não ultrapasse as mil e cem horas por ano, as trinta e cinco por semana e as sete diárias (art.º 7º).

Os cursos são coordenados por um Professor designado pela Direção Pedagógica, escolhido, preferencialmente, entre os docentes profissionalizados que lecionem as disciplinas da componente da formação técnica (cfr. art.º 8), a quem compete, nomeadamente, a articulação pedagógica entre as diferentes disciplinas e componentes de formação do curso, a organização e coordenação das atividades a desenvolver no âmbito da formação técnica e o acompanhamento e avaliação do curso.

De acordo com o art.º 10º, a avaliação das aprendizagens, enquanto processo que regula o ensino, orienta o percurso escolar e certifica as capacidades, os conhecimentos, as aptidões e atitudes adquiridas e desenvolvidas pelos alunos, identificados no respetivo perfil profissional, quer no âmbito das disciplinas de cada uma das componentes de formação, quer no que respeita à Formação em Contexto de Trabalho (FCT), tem por objetivo aferir uma série de indicadores que permitam o reajustamento daquilo que for necessário para melhorar o ensino e suprir as suas dificuldades (art.º 23º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho). As suas modalidades são diagnóstica, formativa e sumativa (cfr. n.º 2, do art.º 10º) e, no caso concreto do ensino secundário (onde se enquadram a maioria dos cursos profissionais), esta última permite um juízo conducente à tomada de decisão da classificação e aprovação da disciplina ou módulo que possibilite a progressão no curso até ao seu término. A avaliação sumativa designa-se de interna, quando é da responsabilidade dos professores e órgãos de gestão pedagógica da escola, e de externa quando a responsabilidade é dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência, concretizando-se através da realização de provas e exames finais nacionais (as regras aplicadas aos cursos profissionais estão previstas no n.º 4, do art.º 29º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho) - art.º 23º.

A avaliação interna verifica-se no final de cada um dos módulos de todas as disciplinas, em reunião do conselho de turma nos termos do art.º 21º, havendo a obrigatoriedade de registar e afixar todos os momentos de avaliação (art.º 22º). Para além dos conteúdos lecionados em cada módulo, a avaliação incide, também, na FCT e na Prova de Aptidão Profissional (PAP - trabalho desenvolvido pelo aluno no último ano da sua formação, que se centra sobre um tema que tenha ligação com os contextos de trabalho relacionados com o perfil profissional do seu curso, sendo acompanhado e orientado por um Professor que leccione, preferencialmente, disciplinas da componente técnica, cfr. art.ºs 17º e seguintes).

O curso considera-se concluído depois de o aluno obter aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do curso que frequentou, na formação em contexto de trabalho e prova de aptidão profissional (art.º 27º). A classificação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores (art.º 25º) e a aprovação só se obtém com uma classificação igual ou superior a 10 valores e desde que estejam preenchidos os requisitos da assiduidade (art.º 9), que não pode ser inferior a 90% da carga horária de cada módulo

de cada disciplina, nem de 95% da carga horária prevista para a formação em contexto de trabalho.

Após a conclusão do curso profissional com sucesso, o aluno requer o seu certificado ao órgão de gestão pedagógica (cfr. n.º 4 do art.º 27º), passando a estar, a partir deste momento, na posse de uma formação duplamente certificada, pois tem concluído o ensino secundário permitindo-lhe o acesso ao ensino superior e um curso profissional do nível que for atribuído pelo Quadro Nacional de Qualificações que, neste caso concreto, é o nível 4 (cfr. anexos II e III da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho).

Atualmente a formação profissional, contemplada pela Lei de Bases do Sistema Educativo desde 1986 e regulada pela Portaria 74-A, de 15 de Fevereiro de 2013, faz parte integrante do sistema educativo e tem como principal objetivo proporcionar um ensino profissionalizante adequado à satisfação das necessidades locais e regionais, através de uma oferta formativa diversificada.

Assim, e tendo em conta todo o percurso que o ensino profissional teve ao longo da história, podemos verificar que este tipo de ensino já conquistou o seu «lugar ao sol», possibilitando aos jovens, cada vez mais sedentos de novas experiências, fruto da sociedade de informação em que se inserem, uma alternativa que lhes proporcione a aquisição de conhecimentos mais flexíveis, virados para o saber fazer, interdisciplinares, com uma estreita ligação entre a escola e o mercado de trabalho. Esta componente prática do ensino tornou, para muitos, a vida quotidiana na escola mais atraente e contribuiu para manter o interesse escolar de alunos que querem ingressar na vida ativa sem que o seu percurso escolar passe, necessariamente, pelo ensino superior.

1.2. - A importância das escolas profissionais para o desenvolvimento local

Para compreender a importância que as escolas profissionais têm para o desenvolvimento local, há uma questão prévia a resolver: clarificar o conceito de desenvolvimento local. Num trabalho realizado por Artur Cabugueira, intitulado «*Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de Alguns Aspectos da*

Política Económica Regional», são analisadas uma série de teorias que nos permitem clarificar os conceitos relevantes para este trabalho.

Em primeiro lugar há que definir o conceito de «localidade» para se compreender o que é que pode ser desenvolvido pelas escolas profissionais, como é que se processa, que contributo podem dar e para quê, ou seja, se estas influenciam ou não o desenvolvimento local. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, o significado de localidade é «*sítio, lugar, povoação*», sendo que:

- **sítio** é o «1. Espaço que um objeto ou pessoa ocupa ou deve ocupar. = LUGAR 2. Chão, terreno. 3. Local, lugar, localidade.»;
- **lugar** é o «1. Espaço ocupado ou que pode ser ocupado por um corpo. 2. Ponto (em que está alguém). 3. Localidade. 4. Pequena povoação.»;
- **povoação** tem o significado de «2. Estabelecer habitantes em.».

Isto significa que a localidade é um espaço físico, uma área geográfica dotada de uma relativa uniformidade de ordem física, económica, social e política. Cabugueira, citando uma publicação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) - *Education and Regional Development, General Report, Vol. 1, 1978* - afirma que uma região «*é a maior parte das vezes o resultado duma demarcação político-administrativa e mostra um grau de homogeneidade sócio histórica*». Ou seja, uma região é uma localidade limitada em termos administrativos, com características homogéneas em diversas áreas (sociais, económicas, culturais, políticas, etc.), é uma «*unidade de sentido definido pela existência de laços de pertença*» (A. Cabugueira, 2000). Também relativamente ao «local», A. Fragoso (2005:63) refere que o local é o «*locus da vida social, o lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade*», é definido pelas pessoas que o habitam, «*caracteriza-se pela sua identidade sociocultural*» (A. Fragoso, *apud* Albino e Leão, 2005:63).

Em segundo lugar também os conceitos de crescimento e desenvolvimento, nomeadamente numa perspectiva económica, têm de ser clarificados. De uma forma simples, o crescimento económico é-nos dado através da análise do Produto Interno Bruto (PIB), que representa o somatório dos valores monetários respeitantes a todos os bens e serviços finais produzidos em certa região, num dado período, numa determinada zona. O desenvolvimento é avaliado pela análise de aspetos relacionados com o bem

estar de determinada região, como por exemplo, económicos, demográficos e qualidade de vida, mas tem sempre subjacente uma ideia de evolução positiva.

Para que o crescimento e o desenvolvimento económico se verifiquem é necessário um planeamento estratégico com base no qual deverão ser tomadas as decisões relativas à região em questão. Claro que a instituição privilegiada para a sua promoção é o Estado e/ou organismos dele dependentes, que colocam os interesses gerais da comunidade acima dos interesses particulares. No entanto, independentemente da dimensão do país ao qual pertence uma determinada região, existem diferenças de desenvolvimento e grandes desequilíbrios regionais que, segundo o supra citado autor, se devem a dois tipos de fatores, os primários (estrutura económica, mobilidade dos recursos, localização geográfica e fatores institucionais, políticos e psicossociais) e os secundários (por exemplo, as economias externas, os aspetos demográficos, etc.), classificados, não pela importância de uns em detrimento dos outros, mas porque os segundos são consequência dos primeiros.

Ao longo de várias décadas foi-se tentando encontrar a melhor estratégia de desenvolvimento e, se num determinado momento foi sinónimo de urbanizar e industrializar, hoje «*o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente em que a incerteza e a turbulência são grandes...*» passa pela necessidade de «*fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo. Para o conseguir não é necessário realizar grandes projetos industriais, mas impulsionar projetos de dimensão adequada, que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local.*» (A. Cabugueira, 2000).

Dentro deste moderno conceito de desenvolvimento, cabe um relevante papel às escolas profissionais, no sentido de proporcionar aos jovens as adequadas qualificações imbuídas de um saber fazer, que representam uma melhoria significativa do capital humano, imprescindível ao desenvolvimento de qualquer região.

De acordo com o Relatório das Estatísticas da Educação 2010/2011, «*Os cursos profissionais destinam-se a alunos que pretendam obter uma qualificação profissional que lhes facilite o ingresso no mercado de trabalho e, simultaneamente, uma habilitação escolar que lhes permita o prosseguimento de estudos.*». Quer isto dizer que

o percurso das escolas profissionais, desde a sua criação no modelo definido pelo Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro, até à última alteração legislativa, sempre teve os mesmos princípios orientadores: fornecer ao mercado de trabalho mão de obra especializada num nível intermédio de qualificações, oferecer aos jovens uma alternativa de emprego sem o prosseguimento de estudos superiores, minimizar o desemprego jovem, reduzir o insucesso escolar e contribuir para o desenvolvimento económico local, regional e nacional.

Significa isto que o Governo está empenhado em criar e aperfeiçoar um conjunto de medidas dirigidas a tornar a economia nacional mais competitiva, proporcionando o seu crescimento, nomeadamente através do desenvolvimento de mecanismos que, simultaneamente, ofereçam aos jovens uma maior oferta de formação e que vão de encontro às necessidades dos diferentes setores socioeconómicos. Ao viabilizar um enorme leque de ofertas formativas (mais de 90 cursos, com as respetivas variantes, espalhados por 19 famílias - cfr. Catálogo Nacional de Qualificações), pretendeu o Executivo ajustá-las às necessidades e prioridades do tecido empresarial português, fomentando uma maior e permanente interação entre as escolas (profissionais) e as empresas.

Uma vez que a questão do desenvolvimento económico está intimamente ligada a diversas áreas da sociedade, nomeadamente à da educação, *«das medidas previstas destaca-se a articulação das ofertas formativas oferecidas pelas várias entidades, a promoção de parcerias locais entre entidades dos sistemas de ensino e formação profissional, dos sistema educativo e da sociedade civil»* (cfr preâmbulo da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro). Ou seja, o Governo tem vindo a implementar uma série de medidas, das quais a referida portaria faz parte integrante, no sentido de promover e desenvolver o ensino profissional com vista a colmatar lacunas de alguns quadros intermédios essenciais ao crescimento das empresas e, conseqüentemente, da economia. Por exemplo, comprometeu-se a colocar em prática uma série de medidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, nomeadamente *«alargar as oportunidades de qualificação certificada para os jovens e os adultos»*, para o que pretende *«estabelecer parcerias com as empresas e outras entidades com vista à integração dos jovens no mercado de trabalho, bem como garantir a atratividade e a relevância do ensino e da formação profissional para o mercado de trabalho»* (site do

Ministério da Educação e Ciência, *link* O Ministério e os Memorandos - Principais objetivos, <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/o-ministerio-e-os-memorandos/o-ministerio-e-os-memorandos.aspx>).

Como referiu o Ministro da Educação e da Ciência, Nuno Crato, no dia 8 de janeiro de 2013, na apresentação do projeto «*Engenharia - made in Portugal*» (materializado na assinatura de um protocolo entre o Governo, através dos Ministérios da Educação e Ciência e da Economia, e as empresas Siemens, Siemens PLM e a Cadflow, para a promoção do estudo da engenharia em Portugal), a estratégia definida pelo Governo passa, nomeadamente, por apoiar o ensino profissional, «*aposta fundamental no contexto atual, em que a estreita colaboração com o tecido empresarial, por via de parcerias para a formação e estágios profissionais*» é essencial, bem como apostar «*na formação técnico-profissional, para aumentar a qualificação dos portugueses, a sua empregabilidade e assim relançar a economia nacional*». Em suma, como frisou o referido Ministro, «*É estrategicamente fundamental que as empresas se envolvam na educação*».(*site do Ministério da Educação e Ciência, link Mantenha-se Atualizado - http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/mantenha-se-atualizado/20130108-mec-ensino-engenharia.aspx*).

Do exposto, concluo que, em primeira linha, quem ganha, para além dos alunos certificados, são as empresas da economia local da região onde estão implementadas as escolas profissionais, pois até os cursos que são autorizados (pelo Ministério da Educação) a abrir anualmente, têm em conta as necessidades de emprego das empresas locais. Num segundo momento, também é uma mais-valia para a economia do país em geral, não só porque os melhores acabam por singrar em grandes empresas fora da região, como também porque a parte da região conta para o todo nacional. Ora, é neste contexto que a E.T.E.O. tem um papel de extrema relevância no desenvolvimento local.

Assim, a estratégia que deverá ser adotada para o desenvolvimento local passa por definir com precisão quais são os objetivos prioritários, para se poderem escolher os instrumentos adequados para melhor os atingir, mas passará sempre por implicar ações baseadas nas condições específicas de cada região, no sentido de utilizar eficientemente todas as suas potencialidades e combinar as sinergias disponibilizadas pelo conjunto de recursos locais. No entanto, é importante não esquecer o papel que as pessoas da região

desempenham na definição desta estratégia, pois a consciencialização das pessoas, a vontade das coletividades, a coordenação de todos e a cooperação dos diversos parceiros locais em torno de projetos comuns, é fundamental para levar avante qualquer plano de desenvolvimento.

1.2.1. A Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.)

No contexto de desenvolvimento socioeconómico, e com o objetivo de formar pessoas para o exercício de novas profissões, ou reciclar conhecimentos adquiridos, dotando-as de conhecimentos técnicos, específicos e práticos numa determinada área do saber, surgiu a Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), em 1990, no concelho das Caldas da Rainha.

Atualmente, a E.T.E.O. é propriedade de uma Associação (APEPO - Associação Para o Ensino Profissional do Oeste) cujos associados são a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, a Associação Comercial de Caldas da Rainha e Óbidos, a Associação Industrial da Região Oeste e a Região de Turismo do Oeste. Ou seja, os donos da Escola (antigas entidades promotoras) são as entidades locais que constituem as forças vivas da cidade de Caldas da Rainha. Logo, têm todo o interesse em investir na formação de pessoas que irão trabalhar na região, pondo em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do seu ciclo formativo, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, pode afirmar-se que a Escola Técnica Empresarial do Oeste, enquanto escola objeto do presente estudo, tem uma grande ligação à comunidade caldense, sendo um forte contributo para o progresso local, o que pode comprovar-se pela sua organização e funcionamento, bem como pelas diversas iniciativas em que está envolvida ao longo dos diversos ciclos de formação, conforme se pode observar no desenvolvimento dos pontos seguintes.

1.3. - Breve história da Escola Técnica Empresarial do Oeste

A Escola Técnica Empresarial do Oeste nasceu na cidade de Caldas da Rainha, no ano de 1990, através de um projeto conjunto entre o Ministério da Educação e algumas entidades locais (a Associação Comercial de Caldas da Rainha e Óbidos, a Associação Industrial da Região Oeste, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha e a Região de

Turismo do Oeste), com o objetivo de suprir as falhas de formação ao nível de quadros intermédios, que existia na região.

O projeto nasceu da iniciativa da Associação Comercial de Caldas da Rainha e Óbidos, através da pessoa do seu Presidente, o Sr. João Davim, e de algumas entidades locais, num contexto nacional de grandes mudanças, pois Portugal tinha acabado de entrar para as Comunidades Europeias e o sistema educativo estava a sofrer profundas alterações: em 1986 foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo e em 1989 foi aprovado o Decreto-Lei 26/89, de 21 de Janeiro, com o objetivo de apostar fortemente em estruturas de ensino e formação profissional e de promover a elevação da qualificação dos recursos humanos em Portugal, visando acompanhar o desenvolvimento socioeconómico que se fazia sentir num contexto de integração europeia.

De acordo com este preceito legislativo, que previa os princípios orientadores da criação das escolas profissionais, surgiram as primeiras escolas profissionais como resposta da sociedade civil às necessidades do tecido social e económico. O principal objetivo da criação destas estruturas era preparar os jovens para a vida ativa, para o mundo do trabalho, cumprindo, desta forma, as diversas finalidades atribuídas por lei às escolas profissionais, como por exemplo «Dotar o País de recursos humanos de que necessita, numa perspectiva de desenvolvimento nacional, regional e local», conforme dispõe a al. e), do art.º 3º do Decreto-Lei 26/89, de 21 de Janeiro.

Desta forma, e dando cumprimento aos preceitos legais, a E.T.E.O. foi criada e desenvolveu-se com vários objetivos, nomeadamente, permitir aos jovens um desenvolvimento que lhes possibilite formação e orientação profissional, oferecer aos alunos uma modalidade de ensino/aprendizagem alternativa ao sistema de ensino regular, proporcionar aos jovens uma preparação adequada para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, possibilitar aos alunos o contacto direto com o mundo do trabalho, dotando-os de experiência profissional, desenvolver a comunidade através da qualificação diversificada dos recursos humanos locais e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico local, regional e nacional.

Atualmente a Escola é propriedade da A.P.E.P.O. (Associação para o Ensino Profissional do Oeste) e caracteriza-se por ter um bom ambiente de trabalho, bem como um clima afetivo e familiar que cativa toda a comunidade educativa, nomeadamente os

alunos, o que se verifica através do aumento do número de jovens que a procuram para tirar um curso profissional num leque muito variado de ofertas formativas.

Hoje a E.T.E.O. é considerada um polo importante para o desenvolvimento da atividade económica da região, onde predomina o setor terciário, ou seja, os serviços, na medida em que contribui para a formação de cidadãos ativos, assumindo um papel de relevo, não só a nível regional, mas também a nível nacional e internacional.

Assim, pode afirmar-se perentoriamente que a E.T.E.O.:

- investe em formar profissionais qualificados que promovam o desenvolvimento sociocultural de grupos e comunidades, organizando, coordenando e/ou desenvolvendo atividades de animação de carácter cultural, educativo, social, lúdico e recreativo;
- desenvolve competências pessoais e profissionais no exercício de uma profissão, bem como prepara os alunos para prosseguirem estudos, quer seja em formações pós-secundárias, quer seja para o ensino superior;
- promove a integração socioprofissional dos seus alunos no mercado de trabalho através de uma ação concertada entre o Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho, na Escola, e o Centro de Emprego de Caldas da Rainha;
- proporcionar ofertas formativas à população que correspondam às necessidades de trabalho locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento da economia.

Capítulo II - Metodologia

Ao desenvolver um trabalho de investigação, a escolha de um determinado método é uma decisão importantíssima, pois deve ser o mais adequado à produção dos resultados pretendidos pelo investigador. É obvio que a produção de conhecimento é o principal objetivo a que o investigador se propõe, pelo que a escolha de um determinado método em detrimento de outro deve ter em conta a forma como todo o processo se vai desenvolver, a natureza das questões de investigação, o grau de controlo sobre o fenómeno/situação e o produto final desejado. Ou seja, o sucesso de uma investigação depende em larga medida dos procedimentos metodológicos adotados, do método de trabalho que vai permitir conhecer, analisar e compreender o objeto de estudo, depende do meio selecionado para atingir o fim pretendido.

Para levar a cabo um trabalho desta natureza, em que se pretende desenvolver uma análise de um ou vários aspetos da complexa realidade da Escola Técnica Empresarial do Oeste, o investigador socorre-se de métodos e técnicas que lhe permitam atingir os seus objetivos. Entende-se por métodos, todo o trabalho de seleção das variadas técnicas de pesquisa que se mostrem adequadas à realização da investigação, ou seja, é um processo em que se selecionam as técnicas, se controla a sua utilização e se integram os resultados alcançados; as técnicas são os instrumentos que possibilitam ao investigador obter os dados indispensáveis na matéria que quer investigar.

Existem duas grandes divisões nos métodos de investigação: os quantitativos e os qualitativos. Os primeiros caracterizam-se por utilizar técnicas estatísticas e matemáticas para analisar uma determinada amostra, para comprovar e confirmar uma certa realidade linear, cujos dados são objetivos, medíveis, mensuráveis. Os segundos são métodos subjetivos, porque a recolha dos dados depende unicamente do investigador, o que permite questionar a validade e fiabilidade dos mesmos, já que estão condicionados pela sua sensibilidade, experiência e conhecimentos, embora o grau de subjetividade deva ser controlado. Ou seja, é uma perspectiva de pesquisa que visa compreender certos problemas e investigar a razão de ser de alguns comportamentos em determinado contexto, considerado complexo e dinâmico, tal como é classificada a nossa sociedade, isto é, interpretar a realidade o mais fidedignamente possível. Em suma, como referem Carmo & Ferreira (1998:175- 178), a distinção entre os métodos

qualitativos e quantitativos, «*é feita, fundamentalmente, no que diz respeito ao processo de recolha de dados e ao modo como estes são registados e analisados.*». Pois se através do estudo quantitativo se pretende formular teorias gerais, através de dados lineares obtidos e experimentados com hipóteses, já a utilização do qualitativo pressupõe a recolha, análise, interpretação e compreensão de uma realidade específica e concreta tal qual ela é. Pode dizer-se que é aquilo a que Glaser e Strauss (1967) chamam de «*Teoria Fundamentada*».

No entanto, há diversos autores, como por exemplo Raymond Boudon (1990), que defendem a perfeita compatibilidade e complementaridade de ambos os métodos, defendendo a necessidade de os conciliar para uma correta e rigorosa investigação científica, obviamente tendo em conta a utilidade e adequação da mistura dos métodos na análise e compreensão da realidade objeto de estudo.

Quando se realiza um trabalho de investigação há várias etapas a percorrer. Assim, depois de escolher o método (quantitativo ou qualitativo) que melhor se adequa aos objetivos a atingir, deve selecionar-se a forma que esse mesmo trabalho vai ter, tendo em conta, claro, o tipo de trabalho que se está a elaborar.

No desenvolvimento deste trabalho, o método de investigação mais adequado é o qualitativo, nomeadamente, o estudo de caso, pois o objetivo é recolher dados e informações que me permitam explicar um fenómeno social, que é o da compreensão do contributo da escola profissional no desenvolvimento regional, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

O estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação muito adequada a ser utilizada por um investigador que pretende explorar e compreender situações concretas em contextos complexos da vida social dos indivíduos, pois possibilita observar o fenómeno no seu ambiente natural e recolher os dados que permitem tirar conclusões de variadíssimas formas. Ou seja, permite estudar «o caso» concreto que se pretende explicar, como refere Patton (1990), o estudo de caso «*é uma forma particular de recolher, organizar e analisar informações*», que proporciona a recolha de dados através de múltiplas fontes, o que contribui para o seu enriquecimento.

De acordo com Yin (2005), um investigador de um estudo de caso deve apresentar as seguintes características: capacidade de fazer boas perguntas e de interpretar as respostas; ser bom ouvinte e não ser enganado pelas próprias ideologias e preconceitos; ser adaptável e flexível perante situações/factos inesperados; ter noção clara das questões em estudo e ser imparcial em relação a noções pré-concebidas, devendo estar atento a provas contraditórias.

Tendo em conta a opinião deste autor, o estudo de caso pode ser classificado de: exploratório (quando o investigador tem um conhecimento pouco aprofundado da realidade que está a estudar e toda a pesquisa de dados se limita a definir e esclarecer o fenómeno em estudo), descritivo (o trabalho consiste numa descrição detalhada e pormenorizada do fenómeno no seu contexto natural), explicativo (o estudo visa expor e determinar as causas e efeitos dos factos analisados relativamente ao fenómeno investigado) e avaliativo (para além da descrição de todos os factos envolventes, o investigador emite juízos). Ainda assim, qualquer que seja a sua classificação, de acordo com Yin (2005), e não obstante haver outros Autores que fazem uma distinção diferente (por exemplo, Stake (1995), classifica-o em três tipos: intrínseco, instrumental e coletivo) o estudo de caso pode ser um estudo de caso único (o investigador estuda única e exclusivamente uma determinada realidade social, um caso concreto) ou um estudo de caso múltiplo ou comparativo (o investigador estuda duas ou mais situações concretas para, posteriormente, as comparar).

No entanto, Yin (2005), tal como outros Autores, reconhece que a subjetividade que se imprime numa trabalho desta natureza, pode deturpar a realidade dos factos, pelo que aconselha a que se contornem as dificuldades que surjam, no sentido de os factos estudados serem o mais fiáveis e válidos possível.

No que diz respeito às técnicas, isto é, aos instrumentos que permitem ao investigador a recolha e tratamento dos elementos indispensáveis à sua pesquisa, e mais concretamente na área das ciências sociais, podem classificar-se em: técnicas documentais e não documentais.

As técnicas documentais permitem fornecer, através da análise de documentos, os elementos essenciais à pesquisa, o que envolve procedimentos muito diversificados devido à variedade de documentos reveladores de fenómenos sociais.

As técnicas não documentais possibilitam a recolha de informação por via experimental ou através da observação.

A experimentação que se faz nas ciências sociais é bastante diferente da que se faz nas ciências naturais, já que naquele caso o «laboratório» de investigação é bem mais complexo. Não obstante esta circunstância, a experiência é possível, pois dependendo dos fenómenos sociais, podem criar-se situações observáveis e controladas que reflitam de forma fiel a realidade, que permitam observar comportamentos e relacioná-los com os fenómenos. Um dos exemplos de técnicas experimentais nesta área, é o teste sociométrico, que permite avaliar e medir as interações dos indivíduos, num determinado contexto. No entanto, nunca podemos ignorar a principal limitação desta técnica, que é o facto de o objeto de estudo ser uma pessoa, com a subjetividade que lhe é inerente.

A observação é uma etapa fundamental quando se pretende levar a cabo uma pesquisa cujo objetivo seja explicar fenómenos ou comportamentos sociais. É uma técnica que deve ser utilizada por pessoas treinadas, pois para que a observação da complexa realidade dos fenómenos sociais tenha validade científica, é necessário cumprir os mesmos requisitos de rigor técnico a que a observação dos fenómenos naturais obedece, o que só é possível com o observador técnico e cientificamente preparado.

Após caracterizar a observação em termos gerais, há que distingui-la nas suas modalidades, isto é, a observação pode ser participante e não participante.

A primeira é uma técnica que permite ao investigador recolher elementos para a pesquisa através da observação de um grupo em que ele se encontra intencionalmente inserido, fazendo efetivamente parte dele, o que permite uma análise global e intensiva do fenómeno a observar. Esta técnica (observação participante) tem duas modalidades: a observação-participação, isto é, quando o investigador se insere no grupo apenas a partir do momento em que o define como objeto do seu estudo (não fazia parte do grupo e passou a fazer, eventualmente só para o investigar), e a participação-observação, que é uma técnica utilizada quando o investigador aproveita o facto de estar inserido num

grupo para o investigar (esta técnica subdivide-se em observação introspetiva e observação direta).

A segunda (a observação não participante) permite ao investigador recolher informações sem estar inserido no grupo cujo fenómeno pretende estudar. Existem várias técnicas que possibilitam este tipo de observação, nomeadamente a entrevista, os testes e os inquéritos por questionário.

A entrevista é uma técnica muito utilizada na recolha de dados nas investigações sociais, nomeadamente na pesquisa da opinião pública, sendo entendida como «*um procedimento de recolha de informações que utiliza a forma da comunicação verbal*» (J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, *apud* Oliveira, M^a da Luz, Pais, M^a João, Cabrito, B.G., 1999:263). Consoante o tipo de dados que o investigador pretende obter, assim será determinado o tipo de entrevista, que poderá limitar as respostas ou deixar o entrevistado falar livremente, ser individual ou coletiva, telefónica, de painel, etc.. De salientar que o nível de relacionamento e a forma da comunicação verbal entre os envolvidos (entrevistador e entrevistado) condicionam fortemente esta forma de obtenção de dados, pois o facto de ser uma conversa orientada pelo investigador, faz com que possa haver relatos de acontecimentos muito mais ricos e emotivos.

Embora haja inúmeras interpretações do conceito de entrevista, esta técnica pode ser definida como sendo uma conversa intencional entre duas ou mais pessoas, num determinado contexto, com o objetivo de obter informações sobre um qualquer assunto. Existem diversos tipos de entrevista, apresentando cada um características diferentes, bem como as respetivas vantagens e desvantagens. No entanto, a sua escolha por parte do investigador deve ter sempre em conta os objetivos a atingir, já que estes são um forte condicionalismo, bem como o tipo de estudo que se pretende fazer (se é de controlo, verificação, aprofundamento ou exploração).

Tal como na definição do conceito de entrevista, também relativamente à sua tipologia não há unanimidade dos autores. Por exemplo, Cohen, Manion e Morrison (2007: 352-353) fazem uma reflexão acerca das posições de diversos autores e optam por seguir a de Patton que considera haver quatro tipos de entrevista (a informal, a guiada, a aberta e a fechada); Ghiglione e Matalon (2001: 64) fazem uma classificação idêntica; já Yin (2009: 107-108), classifica as entrevistas em apenas três tipos (entrevistas em

profundidade, entrevistas centradas - *focused interviews*- e entrevistas questionário). No entanto, a classificação mais comumente aceita pela diversidade de autores, é a que divide as entrevistas em três grandes tipos: as entrevistas estruturadas ou fechadas, as entrevistas não estruturadas ou abertas e as entrevistas semiestruturadas.

Aquilo que verdadeiramente distingue estes tipos de entrevista é o grau de flexibilização da conversa que decorre entre os interlocutores. Assim:

- a entrevista estruturada obedece a um esquema rígido e previamente definido de questões (geralmente fechadas e que o entrevistado não pode desenvolver) que o entrevistador deverá respeitar integralmente. A sua utilização permite uma maior facilidade na análise e tratamento dos dados, mas tem os inconvenientes de reduzir a espontaneidade do entrevistado, não possibilitar aprofundar questões nem tomar em consideração os elementos pessoais.
- na entrevista não estruturada, não obstante haver um documento que contém esquematicamente os objetivos da entrevista e as linhas orientadoras da mesma, existe uma conversa encorajada e orientada pelo entrevistador, em que as questões vão emergindo de acordo com o seu tato e sensibilidade, dando a possibilidade ao entrevistado de se envolver, exprimir e justificar livremente. Este tipo de entrevista permite ao entrevistador fazer uma análise mais individual e pessoal do entrevistado, bem como individualizar e particularizar questões de uma forma mais adequada. No entanto, a aquisição, tratamento e análise dos dados, tal como as conclusões, envolvem um processo mais moroso, e o sucesso da utilização desta modalidade está na dependência das capacidades pessoais e técnicas do entrevistador.
- a entrevista semiestruturada é feita com base num guião previamente elaborado, que vai servir de orientação para o decorrer de toda a entrevista, em que as questões não têm uma ordem específica, cujo desenvolvimento se vai adaptando ao entrevistado, permitindo uma elevada flexibilidade na exploração das questões, podendo as mesmas ser aprofundadas. Este tipo de entrevista é aconselhado para grupos, pois permite otimizar o tempo, seleccionar temáticas e aprofundá-las e introduzir novas questões no decurso da entrevista, o que requer uma grande preparação por parte do entrevistador.

Quando se opta pela técnica da entrevista, há uma série de atos preliminares essenciais ao seu sucesso. Este processo inicia-se com a escolha da entrevista mais adequada à prossecução dos fins pretendidos; segue-se a elaboração de um correto planeamento da entrevista (definir os temas a tratar, elaborar as questões, selecionar os entrevistados, definir o guião, etc.), até que se chega à entrevista propriamente dita. Nesta fase, o entrevistador terá de observar uma série de cuidados na condução da entrevista, fazer um registo (em papel, áudio ou vídeo) o mais completo possível e estar atento aos pormenores, ou seja, a toda a comunicação não verbal.

Como referi anteriormente, dentro das técnicas não documentais, nomeadamente na observação não participante, existem vários instrumentos que permitem a obtenção de dados, isto é, para além da entrevista há, entre outros, os testes e os inquéritos por questionário. Caracterizando resumidamente estes dois tipos, os primeiros visam conhecer o comportamento de um determinado sujeito, revelando a sua forma de pensar e o encadeamento lógico do seu raciocínio (embora muito utilizados na psiquiatria e na psicologia, também podem ser usados em qualquer outra ciência social como forma de recolha de informação complementar); os segundos constituem uma das técnicas de pesquisa mais utilizada nas sondagens de opinião e consiste em apresentar um conjunto de perguntas a um grupo de pessoas, sendo que a elaboração do questionário, a determinação da amostra e a interpretação dos dados deverá obedecer a regras extremamente rigorosas, para que a validade dos dados obtidos seja o mais próximo possível da realidade a estudar.

Assim, a opção metodológica para o desenvolvimento deste estudo é o denominado estudo de caso, que tem sido definido como um *«termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso»* (Adelman et al., 1977, cit. Bell, 1997: 25). O estudo de caso caracteriza-se por ser um método de investigação particularística, que procura compreender um determinado fenómeno, em que o investigador desempenha maioritariamente um papel passivo na recolha de dados e respetiva análise, bem como por ser uma investigação não experimental (o intuito é compreender a realidade tal como ela é, sem intervenção do investigador). O seu principal objetivo, embora não consensual pela maioria dos Autores, é *«explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar»* (Gomez, Flores & Jimenez, 1996:99).

Neste caso concreto, trata-se de um estudo de caso único (é apenas a realidade da E.T.E.O. que vai ser analisada, ou seja, uma realidade concreta e circunscrita), explicativo e descritivo (pois visa expor, analisar e determinar as causas e efeitos do impacto que a E.T.E.O. tem na comunidade educativa no concelho de Caldas da Rainha, dando a conhecer de forma o mais completa possível a realidade tal como ela é) . Como refere Marta Barroso (PG 7690), «*A finalidade do estudo de caso é sempre holística, ou seja visa preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade.*».

No que diz respeito às técnicas, a escolha recaiu nos dois tipos, documentais e não documentais, sendo que dentro das não documentais seguiu-se o caminho da observação não participante, nomeadamente através da utilização da entrevista, pois como referem Marshall & Rossman (1995:78) «*a realização de entrevistas é frequentemente uma das mais importantes fontes de dados nos estudos de caso*». Os fatores determinantes da opção prenderam-se com a delimitação dos objetivos e fins a atingir, das questões formuladas neste estudo e nos meios que considere mais adequados para os alcançar, ou seja, para responder à questão inicial formulada: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*».

Como afirmam Quivy & Van Campenhout (1998 p. 282) «*Quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta. Tem-se frequentemente a impressão de que não há nada «sobre o assunto», mas esta opinião resulta, em regra de uma má informação*». Desta forma, os dados reais da E.T.E.O. serão o resultado da análise de documentos fornecidos pela escola, bem como da realização de cinco entrevistas (Direção da Escola, nas pessoas da Presidente da Direção e do Diretor Pedagógico, Coordenadora do GOAIMT- Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha e representante de uma das empresas parceiras da Escola na formação em contexto de trabalho).

As entrevistas, de tipo semiestruturadas, foram feitas às pessoas que entendi serem as que melhor poderiam esclarecer as principais questões levantadas neste trabalho e que me permitem chegar à resposta da questão principal , que consiste em saber qual é «*O*

Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha». Para a sua elaboração, foram definidos como temas: o projeto E.T.E.O., a estrutura funcional da E.T.E.O., a razão de ser da E.T.E.O. e a importância da E.T.E.O. na região. Dentro de cada tema tracei os respetivos objetivos, que são compreender a necessidade de criação da E.T.E.O., caracterizar a sua estrutura, organização e funcionamento, definir o lugar da Escola no concelho de Caldas da Rainha, conhecer as necessidades educativas da região, analisar o impacto que a Escola tem na região e verificar o seu contributo para a economia local.

Para cumprir os referidos objetivos, foram elaboradas as seguintes questões, que constam dos guiões das entrevistas em anexo:

- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha?
- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?
- Quais são os princípios da ação educativa da Escola?
- Como se caracteriza a filosofia institucional da Escola?
- Qual é a estrutura funcional da Escola?
- A que questões educacionais esta Escola visa responder?
- Como se justifica o crescimento da Escola?
- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?
- Como se caracteriza o relacionamento que a Escola tem com as entidades proprietárias?
- Que papel tem a Escola na economia da região?

Relativamente à Direção da Escola (Presidente da Direção e Diretor Pedagógico), a escolha recaiu sobre as pessoas que dela fazem parte desde o princípio (o Diretor Pedagógico desde o primeiro dia, Dr. Luís de Sá Lopes, e a Presidente da Direção desde 1992, Dr.^a Filomena Rodrigues) e, não obstante essa circunstância, por serem as pessoas que constituem o órgão de gestão, com os poderes de autonomia e decisão que a lei lhes confere. Ou seja, são as pessoas que melhor conhecem a escola, a sua génese, estrutura e funcionamento, podendo prestar os mais completos esclarecimentos, do ponto de vista da Direção da escola, sobre qual o papel que a E.T.E.O. desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha. Assim, com os objetivos de

compreender as razões da existência da E.T.E.O., definir o lugar da Escola no Concelho de Caldas da Rainha, caracterizar a estrutura, organização e funcionamento da E.T.E.O., analisar o impacto que a Escola tem na região e verificar o contributo da Escola para a economia local, as entrevistas à Direção foram ambas realizadas no dia 4 de junho de 2013, nos respetivos gabinetes de trabalho, tendo sido seguidos os guiões em anexo (Anexos II e III) dos quais fazem parte as seguintes questões:

- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha?
- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?
- A que questões educacionais esta Escola visa responder?
- Como se justifica o crescimento da Escola?
- Quais são os princípios da ação educativa da Escola?
- Como se caracteriza a filosofia institucional da Escola?
- Qual é a estrutura funcional da Escola?
- Como se caracteriza o relacionamento que a Escola tem com as entidades proprietárias?
- Que papel tem a Escola na economia da região?
- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?

Para aferir o ponto de vista da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, uma das entidades proprietárias da Escola (antiga entidade promotora), associada da APEPO (Associação para o Ensino Profissional do Oeste), relativamente à questão de saber qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», foi realizada uma entrevista (Anexo IV) ao Vereador da Educação, Dr. Tinta Ferreira, no dia 1 de julho de 2013, no seu gabinete de trabalho na Câmara Municipal de Caldas da Rainha, com os objetivos de caracterizar o concelho de Caldas da Rainha em termos educacionais, conhecer as necessidades educativas da região, compreender a necessidade de criação da E.T.E.O., analisar o impacto que a Escola tem na região e verificar se a identidade local inclui a E.T.E.O.. Para o efeito, foram colocadas as seguintes questões:

- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha?
- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?
- A que questões educacionais esta Escola visa responder?
- Como se justifica o crescimento da Escola?

- Como se caracteriza o relacionamento que a Escola tem com as entidades proprietárias?
- Que papel tem a Escola na economia da região?
- Considera que a identidade regional inclui a E.T.E.O.? Porquê?

No que diz respeito à relação da Escola com o mercado de trabalho, foi feita uma entrevista (Anexo V) à responsável pelo GOAIMT (Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho, antigo UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Ativa), uma vez que é a pessoa que estabelece a ponte entre a Escola e as empresas e/ou outras instituições, que contacta com os alunos nas mais diversas ocasiões, desde as entrevistas de interesse, para aferir o perfil profissional do aluno e o grau de interesse em determinado curso, passando por diversos contactos para lhes arranjar emprego ou para tratamento de dados estatísticos. Assim, com o objetivo de definir o lugar da Escola no concelho de Caldas da Rainha, analisar o impacto que a Escola tem na região e verificar o contributo da Escola para a economia local, foram feitas as seguintes perguntas:

- A que questões educacionais esta Escola visa responder?
- Como se justifica o crescimento da Escola?
- Como é o relacionamento que a Escola tem com as entidades que ministram formação em contexto de trabalho?
- Como se caracteriza a inserção dos alunos no mercado de trabalho?
- Qual é o papel da Escola na economia da região?
- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?

Esta entrevista foi realizada no dia 3 de junho de 2013 no GAIMT, na E.T.E.O..

Para melhor compreender a importância da E.T.E.O. na região, bem como a perceção que as empresas e entidades exteriores à Escola têm da mesma, foi realizada uma entrevista (Anexo VI) à representante de uma das empresas parceiras da Escola em matéria de FCT. Os objetivos desta entrevista são analisar o impacto que a Escola tem na região e verificar o contributo da Escola para a economia local. Desta forma, é de extrema importância aferir a opinião que uma das maiores empresas da região tem acerca da Escola, do seu funcionamento, da formação que ministra, do acompanhamento que faz aos alunos durante o processo formativo e da forma como

prepara os alunos para a vida ativa. Assim, como parceira da Escola na colaboração de várias FCT (Formação em Contexto de Trabalho), nomeadamente no acolhimento de alunos dos cursos Técnico de Gestão e Técnico de Contabilidade, foram-lhe colocadas as seguintes questões:

- Como é que a Escola se relaciona com as empresas que ministram formação em contexto de trabalho, nomeadamente com esta empresa?
- Como caracteriza a formação ministrada pela E.T.E.O.?
- Qual é o papel da Escola na economia da região?

Esta entrevista foi realizada no dia 17 de julho de 2013, nos escritórios da empresa, em Caldas da Rainha.

Desta forma, os objetivos a atingir com a elaboração deste trabalho, e que permitem reunir uma série de conhecimentos com vista à elaboração da resposta à questão principal a investigar, que é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», foram determinantes para esta opção metodológica (análise documental e entrevistas). Ou seja, as técnicas escolhidas são as que possibilitam obter de um modo sistemático e controlado as informações necessárias ao desenvolvimento de todo o processo de investigação.

CAPÍTULO III – Análise e interpretação de dados

3.1. História da ETEO

Em termos históricos, o ensino profissional tal como o definimos nos nossos dias, foi trazido para Portugal pelo Marquês de Pombal no século XVIII, foi prosperando com Fontes Pereira de Melo na segunda metade do século XIX, mas só se desenvolveu verdadeiramente e de forma significativa no período que se seguiu à implantação da República.

Até à reforma de 1948, qualquer pessoa, independentemente da idade ou do facto de ser analfabeta, podia frequentar o ensino profissional. A partir daqui, os alunos com a 4ª classe tinham de escolher se seguiam o ensino liceal ou o ensino comercial ou industrial, ensinos que se distinguiam pelos alunos que os frequentavam, pelos Professores que neles lecionavam, pelos currículos e pelas saídas profissionais. Estas diferenças foram atenuadas a diversos níveis com a reforma de Veiga Simão, tendo hoje a mesma designação: ensino secundário.

Assim, com a Lei de Bases do Sistema Educativo, surgiram os hoje designados cursos profissionais com o objetivo de formar pessoas para o exercício de novas profissões, ou reciclar conhecimentos adquiridos, dotando-as de conhecimentos técnicos, específicos e práticos numa determinada área do saber. Foi neste contexto que surgiu a Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), em 1990, na cidade das Caldas da Rainha.

Em 1989, com a publicação do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro, o sistema de educação nacional volta a apostar em estruturas de ensino e formação com o objetivo de promover a elevação da qualificação dos recursos humanos em Portugal, visando acompanhar o desenvolvimento socioeconómico que se fazia sentir num contexto de integração europeia. De acordo com este preceito legislativo, que previa os princípios orientadores da criação das escolas profissionais, surgiram as primeiras escolas profissionais como resposta da sociedade civil às necessidades do tecido social e económico. O principal objetivo da criação destas estruturas era preparar os jovens para a vida ativa, para o mundo do trabalho, cumprindo, desta forma, as diversas finalidades atribuídas por lei às escolas profissionais, nomeadamente «*Dotar o País de recursos humanos de que necessita, numa perspectiva de desenvolvimento nacional, regional e local*», conforme dispõe a al. e), do art.º 3º do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro.

O Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro criou as escolas profissionais com o objetivo de relançar o ensino profissional como uma iniciativa local. Na verdade, o ensino profissional foi perdendo o objetivo de intervenção no desenvolvimento económico e social que tinha nos anos 50 e 60. No caso caldense, a A.C.C.R.O. (Associação Comercial das Caldas da Rainha e Óbidos), representada pelo seu Presidente, o Sr. João Davim - a quem se associaram depois a A.I.R.O. (Associação Industrial da Região Oeste), a C.M.C.R. (Câmara Municipal de Caldas da Rainha) e a R.T.O. (Região do Turismo do Oeste) - elaborou o dossier de candidatura da E.T.E.O. ao GETAP (Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional), tendo sido considerada como a grande promotora da escola. Neste sentido, as forças vivas da região, numa ampla demonstração de vontade de solucionar questões relacionadas com o desenvolvimento local, nomeadamente a competitividade empresarial caldense, resolveram unir-se numa Associação com o principal objetivo de formar jovens, conferindo-lhes um dupla certificação que em muito melhora os recursos humanos regionais. Como afirma a responsável pelo (Gabinete de Orientação e Apoio à Integração no Mercado de Trabalho (GOAIMT), a Escola *«tem tido sempre em consideração as necessidades do mercado de trabalho, portanto do mercado envolvente, e também um pouco a sensibilidade de conseguir ir ao encontro da procura dos jovens.»*.

Esta iniciativa veio dar resposta ao desafio lançado pelo então Ministro da Educação, Roberto Carneiro, às comunidades locais, que se concretizou com a assinatura de um contrato programa entre o Ministério da Educação e as entidades supra referidas (cfr. n.º 1, do art.º 4º, do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro), promotoras desta escola profissional (art.º 5º do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro), cuja preocupação era implementar localmente formação nas áreas do comércio, indústria e turismo. Assim, no dia 15 de outubro de 1990, na presença das entidades locais e do Ministro da Educação, foi inaugurada a escola profissional de Caldas da Rainha, a Escola Técnica Empresarial do Oeste.

Inicialmente, as suas instalações eram, provisórias, nos pavilhões do parque D. Carlos I, construídos pelo arquiteto Rodrigo Berquó, no século XIX, onde já tinham funcionado a Escola Secundária das Caldas da Rainha, a Escola do Magistério Primário e o Pólo da Escola Superior de Educação de Leiria. O edifício, que foi dando sinais da sua idade, testemunhou variadíssimas histórias que dizem respeito a muitos caldenses, tendo

proporcionado condições para criar uma «família» que construiu e desenvolveu laços que perdurarão para sempre nos corações de cada um, digna da magnificência do próprio edifício que ainda hoje existe. Desta forma, a degradação natural que o passar dos anos trouxe, impulsionou a construção de um novo espaço para a escola funcionar: no ano de 2005 foi construído de raiz um edifício moderno, com as características adequadas ao funcionamento de uma escola em expansão, local onde ainda hoje se mantém, tendo a obra sido financiada pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e, maioritariamente, pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha. Como disse a responsável pelo GOAIMT, «Com a mudança de instalações, foi possível a escola crescer, dar o grande salto e atualmente estamos na capacidade máxima, temos 15 turmas, 5 em cada ano, portanto estamos no nosso limite em termos de capacidade de alunos.».



Figura 4: Edifício antigo da E.T.E.O. - Pavilhões do Parque D. Carlos I



Figura 5: Novo edifício da E.T.E.O

Assim, dando cumprimento aos preceitos legais, a E.T.E.O. foi criada com a finalidade de atingir os seguintes objetivos:

- Permitir aos jovens um desenvolvimento que lhes possibilite formação e orientação profissional;
- Oferecer aos alunos uma modalidade de ensino/aprendizagem alternativa ao sistema de ensino regular;

-
- Proporcionar aos jovens uma preparação adequada para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos;
 - Possibilitar aos alunos o contacto direto com o mundo do trabalho, dotando-os de experiência profissional;
 - Desenvolver a comunidade através da qualificação diversificada dos recursos humanos locais;
 - Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico local, regional e nacional.

Desde a sua criação a esta parte, a E.T.E.O. tem funcionado em termos pedagógicos e de gestão financeira de acordo com as sucessivas alterações legislativas verificadas, tendo a sua direção sido assegurada por duas figuras de prestígio local, o Dr. Sá Lopes, Diretor Pedagógico, e a Dr.^a Filomena Rodrigues, Presidente da Direção.

Aquando da sua criação, foram formadas duas turmas: uma para o curso de Técnico de Turismo e outra para o de Contabilidade e Gestão. Tinham entre 20 e 23 alunos, com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos, o que significa que a abertura esta Escola significou para eles uma «última oportunidade» de estudar, ou seja, a idade das pessoas que constituíam as duas primeiras turmas da escola eram muito diferentes das que os alunos têm hoje (há muito que entram com 14 anos como primeira opção), bem como a postura que tinham perante a vida, pois eram pessoas mais velhas decididas a apostar na sua formação.

No entanto, o sucesso da Escola foi comprovado ao longo dos anos, tendo o número de turmas e cursos aumentado significativamente devido a uma crescente procura. Ao longo dos seus mais de 20 anos de existência já funcionaram na escola os cursos Técnicos de: Contabilidade e Gestão; Turismo; Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Multimédia; Turismo - Profissionais de Indústria Hoteleira; Animador Sociocultural; Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente; Serviços Jurídicos; Animador Social e Geriatria; Artes do Espetáculo e Representação; Auxiliar de Saúde; Termalismo; Fotografia; Contabilidade; Energias Renováveis. O número de turmas que já funcionou na Escola é de 63, sendo que há cursos em que funcionaram muitas turmas (por exemplo, o curso de Animador Sociocultural já fez 10 triénios, ou seja 10 turmas; o de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade e o de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente, funcionaram com 9 turmas) e outros em

que o número é mais reduzido (os cursos de Artes do Espetáculo e Representação e de Técnico de Contabilidade só tiveram 1 turma). Naturalmente que a escolha dos cursos a abrir anualmente tem em conta uma série de fatores, desde a manifestação de interesse por parte de alunos que procuram a Escola, passando pela solicitação de instituições da região e pela rentabilização de investimentos, que a Direção avalia e pondera aquando da proposta que faz junto da APEPO, tendo sempre presente a importância que é ser inovadora e apostar em cursos novos e diferentes.

Até ao ano letivo transato a Escola já diplomou mais de 1000 alunos, de um total de 1208 que concluiu o respetivo triénio, conforme demonstra o quadro síntese que se segue, elaborado pelo GOAIMT. Este quadro é intitulado de «Quadro Geral» porque engloba todos os alunos que já passaram pela Escola, inclusivamente os que fizeram cursos no regime de aprendizagem em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Ou seja, dos 2948 alunos que até hoje se inscreveram na Escola, só 1936 foram admitidos e frequentaram um curso profissional na E.T.E.O.. Dos 1936 alunos que foram admitidos a frequentar a Escola, só 1208 terminaram o ciclo de formação (o triénio do respetivo curso); destes 1208 alunos diplomaram-se 1009, o que nos leva a concluir que, para além dos 347 alunos que ainda continuam em formação, houve apenas 381 alunos que ao longo do tempo de existência da escola não teve sucesso, quer seja por terem sido excluídos, por desistirem de estudar ou porque foram para outra escola.



The image shows a slide titled 'Quadro Geral (1990/1991 - 2012/2013)' with a table of student statistics. The slide header includes the APEPO logo and the E.T.E.O. logo (Escola Técnica Empresarial do Oeste). The table has seven columns: Cursos, Alunos Inscritos, Alunos Admitidos, Alunos Não Admitidos, Alunos que Concluíram 3 Anos de Formação, Alunos Diplomados, and Alunos que Continuam em Formação. The 'Total' row shows 2948 inscribed, 1936 admitted, 1012 not admitted, 1208 completed 3 years, 1009 graduated, and 347 still in formation.

Cursos	Alunos Inscritos	Alunos Admitidos	Alunos Não Admitidos	Alunos que Concluíram 3 Anos de Formação	Alunos Diplomados	Alunos que Continuam em Formação
Total	2948	1936	1012	1208	1009	347

Figura 6: Quadro Geral representativo do número de alunos que passaram pela Escola

(Fonte - GOAIMT)

Atualmente, são lecionados na escola os cursos de Técnico de: Gestão; Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Termalismo; Fotografia; Multimédia; Serviços Jurídicos; Energias Renováveis; Auxiliar de Saúde; Turismo; Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente e o de Animador Sociocultural, perfazendo o número total de 15 turmas.

A diversidade da oferta formativa visa responder às necessidades da comunidade envolvente em matéria de quadros intermédios qualificados. Está organizada tendo em conta o fixado no Decreto Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, que estabelece os princípios orientadores da gestão dos currículos do ensino básico e secundário, nomeadamente no Anexo VI, que diz respeito especificamente aos cursos profissionais. Tendo em conta a autonomia e liberdade das escolas na organização dos tempos letivos, os cursos respeitam as cargas horárias previstas no referido anexo, sendo que a estrutura curricular está organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e garantia de respeito pelos ritmos de aprendizagem diferentes.

Dentro do espírito da política educativa que defende a igualdade de oportunidades, qualquer pessoa com o 9º ano de escolaridade completo (ou um curso equivalente) tem acesso aos cursos ministrados na Escola, que têm a duração de 3 anos (cfr. referencial de formação), conferindo os mesmos uma dupla certificação: diploma de equivalência escolar ao 12º ano e diploma de aptidão profissional de nível 4 (os níveis de qualificação nacional foram redefinidos pela Portaria n.º 782/2009, de 28 de julho, dando cumprimento à Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida, com o objetivo de criar um quadro de referência comum aos Estados-Membros - JO, n.º C 111, de 6 de maio de 2008).

Assim, os alunos que terminam um curso desta natureza, podem optar, em igualdade de condições com outros que frequentem outras modalidades de ensino, se querem prosseguir estudos candidatando-se ao ensino superior, se continuam a sua formação profissional, por exemplo frequentar um Curso de Especialização Tecnológica (CET), ou ingressar imediatamente no mercado de trabalho com uma qualificação adequada.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, as escolas profissionais passam a ter um novo regime jurídico de criação: substituição do contrato programa entre os promotores e o Ministério da Educação por um regime de liberdade de criação sujeito a uma autorização prévia de funcionamento, de acordo com os critérios estabelecidos no referido diploma: as Escolas Profissionais passam a ser classificadas como estabelecimentos privados de ensino dotados da mais ampla autonomia (embora sujeitos à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação), apoiados por fundos públicos e auto sustentados. Assim, a figura da entidade proprietária substituí a da entidade promotora, clarificando as relações jurídicas entre aquela e a respetiva escola de que é proprietária, nomeadamente em matéria de responsabilização e transparência dos órgãos da escola.

Neste contexto, a E.T.E.O. passou a ser propriedade de uma Associação, a APEPO (Associação Para o Ensino Profissional do Oeste, constituída em 30 de julho de 1999), pessoa coletiva de direito privado, de utilidade pública geral e sem fins lucrativos, cujos associados são os antigos promotores (Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Associação Comercial de Caldas da Rainha e Óbidos, Associação Industrial da Região Oeste e Região de Turismo do Oeste). Hoje, é *«uma escola de natureza privada, prossegue fins de interesse público e goza de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Se bem que os seus objetivos imediatos sejam a inserção dos seus aprendentes na vida ativa, poderão também optar pelo prosseguimento de estudos no ensino superior, nas mesmas circunstâncias que os alunos do ensino regular, sendo reconhecidas as suas habilitações em todos os países da União Europeia.»* (caracterização da escola no site <http://eteo-apepo.com/>).

3.2. A organização da Escola

Como já foi referido anteriormente, a E.T.E.O. é uma escola profissional propriedade de uma Associação (APEPO - Associação Para o Ensino Profissional do Oeste), que se rege pela lei que prevê o regime jurídico das escolas profissionais privadas, pelos seus estatutos e, nos casos omissos, pelos estatutos da APEPO. Está sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação e tem como principal objetivo o desenvolvimento de atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas no âmbito do ensino e formação profissional.

De acordo com o n.º 3, do art.º 2 dos seus estatutos (Anexo VII), são atribuições da ETEO:

- Facultar aos jovens uma formação integral sólida, geral, científica e tecnológica, proporcionando-lhes diversos contactos com o mundo do trabalho e experiências profissionais, preparando-os para a vida ativa e para uma adequada inserção socioprofissional, bem como para o prosseguimento de estudos;
- Contribuir para a formação de recursos humanos qualificados de acordo com as necessidades de desenvolvimento regional e local, incrementando parcerias e promovendo diversas ações com interesse para a comunidade, em conjunto com várias instituições representativas do tecido socioeconómico local.

Relativamente à organização propriamente dita, a E.T.E.O. é composta por:

- Direção Técnico-Pedagógica, da qual fazem parte a Presidente da Direção, o Diretor Pedagógico e um Professor designado pela Direção da APEPO, cujas competências, de acordo com o n.º 3 do art.º 6º, dos estatutos da Escola são, entre outras, organizar toda a atividade formativa, assegurar o cumprimento dos direitos e deveres da comunidade educativa e representar esta instituição junto do Ministério da Educação.
- Conselho Pedagógico que, sendo composto pela Presidente da Direção, Coordenadores de Curso e Diretor Pedagógico, que lhe preside, é um órgão de natureza consultiva que se pronuncia, nomeadamente, sobre o projeto educativo, os cursos profissionais e outras atividades de formação, as atividades curriculares e sua planificação e os regulamentos específicos da Escola.
- Conselho Geral - é também um órgão consultivo que se pronuncia sobre as matérias referentes às diretrizes gerais do projeto educativo, mas difere do anterior no que diz respeito à composição (um representante de cada associado da APEPO, os membros da Direção da APEPO, três representantes dos docentes, dois representantes dos pais e/ou encarregados de educação e dois representantes dos alunos) e à periodicidade das reuniões, que só ocorrem uma vez em cada ano).

Existe também o Gabinete de Projetos que, embora não sendo um órgão, não deixa de ser um gabinete de intervenção, já que funciona na Escola e pretende desenvolver um

conjunto de iniciativas por forma a dar resposta a um conjunto de solicitações da comunidade envolvente, bem como realização de projetos que visam a dinamização da comunidade escolar, proporcionar novas experiências e oportunidades aos alunos e ainda o cumprimento de novos normativos do Ministério da Educação.

Neste sentido, atua no desenvolvimento de Programas de Aprendizagem ao Longo da Vida, por exemplo no âmbito dos Projetos Comenius e Leonardo da Vinci (programas de educação e formação promovidos pela União Europeia), desenvolve um conjunto de ações informativas e de responsabilidade social, através de diversas campanhas de solidariedade, e do projeto «Trilhos ConSentidos», com o objetivo de formalizar e cumprir os requisitos legais em matéria de Educação para a Saúde e Sexualidade em Meio Escolar (Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto), que passo a descrever de forma sucinta:

- **Programa Leonardo da Vinci** - Através do Gabinete de Projetos, a Escola participou neste Programa com um projeto denominado "Trilhos Europeus". Decorreu entre Dezembro de 2011 e Maio de 2013 e contemplou duas mobilidades com a duração de 4 semanas cada: a primeira mobilidade foi em março/abril de 2012, em Palermo-Itália, com um total de 21 participantes, sendo 7 do Curso Profissional de Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade, 7 do Curso Profissional de Animador Sociocultural e 7 do Curso Profissional de Técnico de Termalismo; a segunda mobilidade realizou-se em março/abril de 2013, em Leipzig-Alemanha, com um total de 14 participantes, 7 participantes do Curso Profissional de Técnico de Turismo e 6 do Curso Profissional de Técnico de Multimédia. Com este Projeto, pretendeu responder-se às necessidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e qualificações, que proporcionam o crescimento pessoal, social e profissional dos intervenientes, abrindo novos horizontes no espaço europeu, tais como: reforçar a consciencialização da identidade cultural da União Europeia; permitir a aquisição de novas formas de conhecimento que permitam a valorização e desenvolvimento pessoal e profissional; auxiliar o aperfeiçoamento das competências linguísticas que favoreçam e incentivem uma profícua comunicação transeuropeia. Com a concretização deste projeto os principais objetivos previstos foram atingidos, tendo os alunos participantes transmitido um *feedback* bastante positivo, pois consideraram ter sido uma experiência única, enriquecedora e inolvidável.

-
- **Campanhas de Solidariedade** - «*A palavra “solidariedade” é derivada do termo “obligatio in solidum”, que no direito romano expressava, primitivamente, a obrigação comunitária, ou seja, as responsabilidades que o indivíduo tinha em relação a uma coletividade à qual pertencia e de cuja manutenção se beneficiava, como a família. Assim, a solidariedade social subentende, a princípio, a ideia de que os seus praticantes sintam-se integrantes de uma mesma comunidade e, portanto, sintam-se interdependentes.* » (definição retirada do site Solidariedade Social, cujo endereço é: <http://solidariedadesocial.net/o-que-e-solidariedade-social/>). Neste sentido, a solidariedade é uma forma de estar na vida que faz com que as pessoas se envolvam na comunidade. A Escola, enquanto organização de carácter educativo, para além de transmitir aos alunos os saberes próprios da atividade correspondente ao perfil do curso escolhido, também tem a missão de lhes inculcar regras de civismo e urbanidade que proporcionam uma boa convivência social, nomeadamente o valor da solidariedade. Assim, tem participado e promovido anualmente numa série de ações solidárias, designadamente no Peditório Nacional da Luta contra o Cancro, no Banco Alimentar, na Operação Nariz Vermelho e na elaboração e distribuição de Cabazes de Natal, a saber:
 - a) **Peditório Nacional da Luta contra o Cancro** - À semelhança do que tem acontecido noutros anos, nos dias 31-10-2013 e 1/11/2013, a Escola Técnica Empresarial do Oeste associou-se a esta iniciativa envolvendo a participação de várias turmas e respetivos professores.
 - b) **Cabazes de Natal** - Tendo sido detetadas na Escola graves situações de carência económica de alguns alunos, foi tomada a iniciativa de averiguar quais os alunos que se encontravam nessa situação, com o objetivo de lhes proporcionar alguma ajuda, nomeadamente através da distribuição de um cabaz de natal. Assim, foi elaborado um inquérito de necessidades e solicitado aos Diretores de Turma que o aplicassem aos alunos que considerassem com mais dificuldades económicas, tomando como ponto de partida a lista de alunos que recebem subsídio da Segurança Social por estarem integrados num escalão de carência. Foram feitos e entregues 21 cabazes de natal aos alunos referenciados no Natal de 2012.

- c) **Banco Alimentar** - «*O Banco Alimentar Contra a Fome nasceu em Portugal da leitura de um anúncio numa revista francesa. Nele se apelava à participação numa campanha de recolha de alimentos para um Banco Alimentar Contra a Fome.*», tendo como principais objetivos «*lutar contra o desperdício, recuperando excedentes alimentares, para os levar a quem tem carências alimentares, mobilizando pessoas e empresas, que a título voluntário, se associam a esta causa.*» (citações retiradas do site oficial do Banco Alimentar - <http://lisboa.bancoalimentar.pt/article/3>). Dando cumprimento ao espírito de solidariedade que a Escola fomenta, vários alunos aderiram e participaram nesta campanha de recolha de alimentos.
- d) **Operação Nariz Vermelho** - A Operação Nariz Vermelho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como principal objetivo «*assegurar de forma contínua um programa de intervenção dentro dos serviços pediátricos dos hospitais portugueses, através da visita de palhaços profissionais. Estes artistas, têm formação especializada no meio hospitalar e trabalham em estreita colaboração com os profissionais de saúde, realizando atuações adaptadas a cada criança e a cada situação.*» (citação do site oficial da Operação Nariz Vermelho-<http://www.narizvermelho.pt/>). Anualmente a Escola tem-se juntado a esta causa, contribuindo para a angariação de fundos que suportem as despesas da organização, por exemplo através da venda de «narizes» ou do desenvolvimento de uma campanha de comunicação.

As turmas que participaram em qualquer das atividades de solidariedade descritas transmitiram um *feedback* bastante positivo, pois gostaram muito das experiências que a Escola lhes tem proporcionado, considerando-as gratificantes, tendo concluído que a população em geral também gostou, pois mostrou-se bastante solidária e aderiu com entusiasmo às iniciativas. O saldo que o Gabinete faz destas ações, baseado nas opiniões partilhadas pelos alunos, corrobora a opinião da Madre Teresa de Calcutá (Freira, fundadora da organização as 'Missionárias da Caridade') «*Eu sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.*», ou seja, há a consciência de que as ações que desenvolve não resolvem os problemas sociais, mas que todas elas contribuem para a alegria daqueles que são ajudados pela Escola.

Desta breve exposição, resulta que a Escola tem uma organização específica definida nos termos que os associados entenderam necessários para a prossecução dos fins a que a Escola se propôs quando foi criada, ou seja, é composta pelos órgãos que têm provado ao longo dos tempos uma excelente capacidade de organização e funcionalidade prática, capaz de levar a «bom porto» a árdua tarefa que é educar jovens na sociedade tempestuosa dos nossos dias, inculcando-lhes os valores cívicos que farão deles cidadãos melhores no futuro.

3.3. O funcionamento da Escola

Para a escola funcionar e cumprir o principal objetivo para o qual foi criada, isto é, promover o desenvolvimento de atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas no âmbito do ensino e formação profissional, há uma série de regras imprescindíveis e pré-estabelecidas que só quando observadas permitem tornar exequível a sua missão.

Anualmente são elaborados dossiers de candidatura aos cursos de formação a ministrar no ano seguinte que, obedecendo aos regulamentos que lhes são aplicáveis, ficam sujeitos à aprovação e autorização de funcionamento por parte do Ministério da Educação.

Os cursos têm a duração de três anos letivos e estão organizados em três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica, seguindo aquilo que está previsto no Anexo VI do DL n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei 91/2013, de 10 de julho, que estabelece os princípios orientadores da gestão dos currículos do ensino básico e secundário, sendo que em termos esquemáticos se resume ao quadro seguinte:

Componentes de formação		Total de horas (Ciclo de formação)
Sociocultural	Português	320
	Língua estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	Tecnologias de Informação e Comunicação	100
	Educação Física	140
Científica	Duas a três disciplinas	500
Técnica	Três a quatro disciplinas	1100
	Formação em contexto de trabalho	600 a 840

Figura 7: Quadro resumo da estrutura comum a todos os cursos

Cada uma destas componentes de formação, está organizada em áreas disciplinares, sendo cada área formada por um conjunto de módulos, que constituem unidades mínimas de aprendizagem significativa. À organização por módulos dos planos de estudo das diversas disciplinas dos cursos ministrados na escola, chama-se Estrutura Modular.

Nesta estrutura, o regime de progressão é feita por módulos, o que significa que o aluno só progride no curso quando conclui um módulo com nota igual ou superior a 10 valores, não obstante não existir precedência entre eles. Neste sentido, a avaliação visa não só fornecer dados ao Professor que lhe permita compreender os processos de aprendizagem do aluno, como também identificar e desenvolver as alterações necessárias e possíveis tendentes a alcançar o sucesso por parte do aluno e a melhorar as condições gerais do ensino e da aprendizagem, razões pelas quais deve ser contínua, diversificada e participada. A avaliação deve centrar-se nos objetivos cognitivos, técnicos e relacionais, predefinidos para cada módulo, depois de identificados os pré-requisitos e competências de partida. Assim, no final de cada módulo é registada a respetiva avaliação para efeitos sumativos, sendo publicada no final de cada período letivo, depois de formalizada no Conselho de Turma.

Quando um aluno não obtém uma classificação positiva, fica com os respetivos módulos em atraso. Depois de lhe ser transmitida esta informação, via de regra, o aluno será novamente sujeito a uma avaliação relativa ao módulo em atraso nas duas semanas seguintes (1ª prova de recuperação por falta de aproveitamento). No caso de o aluno não concluir o módulo com aproveitamento, poderá repetir a avaliação nas épocas especiais a definir pela Direção Técnico-Pedagógica, devendo esta ser solicitada pelo aluno ao Diretor Pedagógico, mediante um requerimento próprio (a segunda repetição de um módulo e as seguintes, implicam o pagamento de uma propina a definir anualmente). Assim, o aluno só terá o curso concluído quando obtiver uma classificação positiva em todos os módulos que compõem o plano de estudos do respetivo curso, bem como depois de realizar a Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e elaborar a Prova de Aptidão Profissional (PAP). Findo este processo, receberá um diploma que certifica, em simultâneo, a qualificação profissional do seu curso e a habilitação académica correspondente ao 12º ano de escolaridade, o que lhe possibilita o ingresso ao ensino superior, sendo a classificação final calculada de acordo com o art.º 28º da Portaria n.º 73-A/2013, de 15 de fevereiro. Ou seja, a classificação final do curso é igual à soma de

duas vezes a média aritmética simples das classificações finais de todas as disciplinas que integram o plano curricular, arredondada às décimas, com trinta por cento da classificação atribuída à formação em contexto de trabalho, mais setenta por cento da classificação obtida na prova de aptidão profissional. Esta soma será dividida por três para obter a referida classificação final do curso.

A FCT e a PAP fazem parte integrante dos cursos: a primeira faz parte do plano de estudos e realiza-se em empresas ou outras organizações de acordo com um Plano Individual de Formação definido para cada aluno e engloba um conjunto de atividades profissionais que são desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da Escola (através do Professor Acompanhante), que visam a aquisição e/ou desenvolvimento de competências técnicas, organizacionais e relacionais consideradas relevantes para o perfil profissional do curso frequentado pelo aluno; a segunda, sendo um projeto de natureza interdisciplinar que integra todos os saberes e capacidades desenvolvidas ao longo do curso, constitui o momento final no processo de desenvolvimento curricular do plano de estudos, o que o torna obrigatório e considerado como parte integrante do processo de avaliação. Ambas as situações estão definidas e reguladas em regulamento interno específico.

Tendo em conta o principal objetivo da escola e o seu carácter profissionalizante, considera-se que a assiduidade e pontualidade são elementos fundamentais na formação cívica do aluno, pelo que devem fazer parte da sua avaliação. Neste sentido, é obrigatória a frequência em todas as áreas disciplinares previstas no plano curricular de cada curso, bem como em atividades realizadas e para as quais os alunos tenham sido informados da sua comparência, sendo a sua ausência, conforme as situações, justificada ou injustificada (art.º 16º, n.º 1 da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro e art.º 16º dos Estatutos da ETEO), pois como refere a Presidente da Direção, « *nós sabemos que estamos a preparar cidadãos para o mundo, não só para a União Europeia, mas para o resto do mundo*».

Devido à importância que a assiduidade representa na formação, um aluno só pode obter a avaliação numa disciplina se apresentar uma assiduidade correspondente a 80% do número total de horas da mesma, sendo considerado como limite de faltas (justificadas ou injustificadas) 10% do número anual de horas de cada disciplina e 5% do número

total de horas da FCT. Significa isto que, quando o aluno ultrapassa os limites previstos, será elaborado um Plano individual de trabalho, a incidir sobre a disciplina cujo limite foi ultrapassado, no sentido de permitir ao aluno recuperar o atraso das aprendizagens. Enquanto a situação da assiduidade não estiver regularizada, as notas atribuídas ao aluno ficarão «congeladas».

Para a Escola funcionar e cumprir a sua missão enquanto tal, estão ainda previstos nos seus estatutos os direitos e deveres dos alunos e professores, dando cumprimento ao preceituado na Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que passam, em termos gerais, pelas regras de civismo, urbanidade e respeito, que permitam aos alunos receber os ensinamentos que a Escola lhes proporciona, e aos professores ministrá-los, nas melhores condições possível. Também estão estipulados os direitos e deveres do pessoal não docente, as responsabilidades que os pais e encarregados de educação devem assumir em todo o processo de desenvolvimento das aprendizagens e a matéria que diz respeito à disciplina que, não obstante ser afluída nos estatutos, está regulamentada no Regulamento Interno do Procedimento Disciplinar, cfr. previsto no art.º 31º dos Estatutos da Escola.

3.3.1. Os serviços da Escola

Para possibilitar o pleno funcionamento da escola, existem, para além dos órgãos referidos anteriormente e dos serviços administrativos normais de qualquer organização, outros serviços a funcionar nas suas instalações:

- Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção na Vida Ativa - desde 1996 que a escola possui um Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho, primeiro designado de UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa), e hoje de GOAIMT (sigla composta pelas iniciais do nome do gabinete), tal como foi referido pela sua responsável desde 1998, «*este Gabinete era denominado UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa), portanto era uma parceria que a Escola tinha com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para dar resposta às necessidades dos jovens a nível de integração no mercado de trabalho. Servia para fazer o encaminhamento dos jovens que terminavam os cursos para o mercado de trabalho*».

As suas competências e atribuições (art.º 20º dos estatutos da Escola) vão no sentido de assegurar, em articulação e colaboração com o Centro de Emprego de Caldas da Rainha, a ligação da ETEO com o mercado de trabalho, tendo como principal objetivo a integração socioprofissional dos alunos, o que tem vindo a ser cumprido ao longo dos anos pela responsável.

Assim, o apoio que este gabinete presta é consubstanciado através do desenvolvimento de inúmeras tarefas, nomeadamente:

- ✓ identificar e selecionar em colaboração com os coordenadores dos cursos as empresas/instituições que estejam interessados em estabelecer parcerias no sentido de realizarem a Formação em Contexto de Trabalho;
- ✓ preparar e elaborar em colaboração com os coordenadores dos cursos os protocolos a celebrar entre a Escola e as empresas/instituições que vão realizar a da Formação em Contexto de Trabalho;
- ✓ recolher e difundir informação/orientação sobre o sistema educativo e saídas profissionais, bem como ofertas de emprego;
- ✓ conhecer as potencialidades do meio em matéria de emprego/estágios e divulgá-los;
- ✓ fazer a divulgação do projeto educativo da Escola junto da comunidade, bem como dos técnicos diplomados;
- ✓ estabelecer a ligação entre os jovens e as entidades empregadoras da região, no sentido de promover a aproximação da escola ao meio envolvente, ou seja, informar os jovens dos potenciais interessados na atividade que sabem desenvolver e vice versa, dando a conhecer aos empregadores os novos técnicos que vão ingressar no mercado de trabalho;
- ✓ ajudar os alunos no sentido de desenvolverem capacidades e competências para conduzirem a sua própria diligência de procura ativa de emprego, através da dinamização de sessões coletivas e individuais que lhes proporcionem a aquisição de técnicas de procura de emprego, como por exemplo, a elaboração de um *Curriculum Vitae*, de cartas de candidatura espontânea e de apresentação, bem como algumas técnicas de entrevista;

- ✓ elaborar o controlo estatístico do percurso profissional dos alunos diplomados pela E.T.E.O. no sentido de acompanhar a sua situação ao nível da sua inserção profissional e da articulação entre a formação recebida e o seu desempenho. Como a responsável do Gabinete afirma, «*anualmente fazemos contactos via telefone ou mail com os nossos ex-alunos diplomados ... para saber qual é a sua situação face ao mercado de trabalho, se estão a trabalhar, se estão a estudar, se estão desempregados temporariamente, se emigraram, para termos todos os anos um controlo estatístico dos nossos alunos, para sabermos como é que essa inserção funciona.*». Assim, elabora/atualiza anualmente os diversos quadros que resumem a situação dos alunos que frequentaram a Escola, no sentido de apresentar em termos numéricos uma síntese daquilo que tem sido a vida da Escola, bem como a situação dos alunos pós-escola, representando os resultados da seguinte forma: os quadros que se seguem, embora graficamente diferentes, mostram que de um universo de 943 alunos diplomados pela Escola através dos Cursos Profissionais no fim do ano letivo de 2011/2012, 658 têm uma situação de emprego, estão portanto inseridos no mercado de trabalho, 179 continuaram a estudar (seguiram para o ensino superior ou outra modalidade de ensino), estando apenas 81 dos alunos em situação de desemprego e 25 noutra, que poderá ser desconhecida ou de falecimento. Em suma, do controlo estatístico efetuado pelo GOAIMT conclui-se que 70% dos alunos que se formaram na Escola estão inseridos no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento económico local, regional e/ou nacional enquanto recursos humanos tecnicamente qualificados.

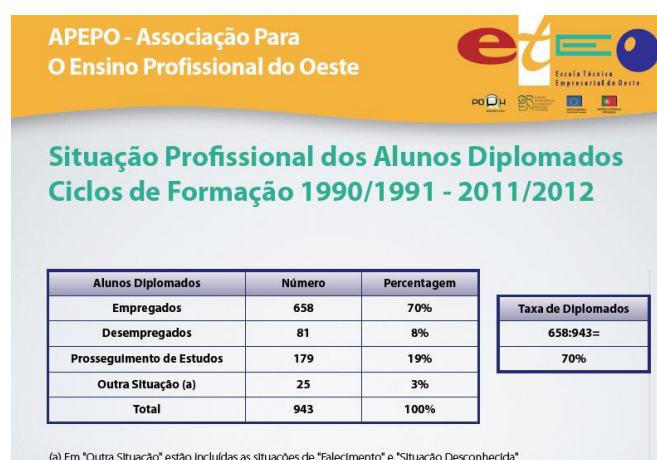


Figura 8: Situação dos alunos diplomados pela Escola desde 1990 até ao ano letivo de 2011/2012

Fonte: GOAIMT



Figura 9: Representação gráfica da situação dos alunos diplomados pela Escola desde 1990 até ao ano letivo de 2011/2012

Fonte: GOAIMT

Para além deste Gabinete, existem na Escola outros serviços que são indispensáveis ao bom funcionamento da instituição:

- **Biblioteca** - enquanto espaço físico onde se guardam livros, a biblioteca da E.T.E.O. destina-se prioritariamente a apoiar as atividades dos alunos e professores, através do empréstimo de livros e/ou outros materiais, não obstante ser um espaço aberto à comunidade.
- **Reprografia** - espaço de apoio material aos alunos e professores, funciona no horário das aulas e presta serviços como fotocópias, venda de impressos, encadernações e empréstimo de material multimédia mediante requisição prévia (câmaras fotográficas, de filmar, computadores portáteis, gravadores áudio, etc.).
- **Bar** - serviço de apoio à alimentação de alunos e professores que, embora não forneça refeições de faca e garfo (para estas situações, a Escola dispõe de um protocolo com a EBI de Santo Onofre, que fica nas imediações da Escola, no sentido de possibilitar aos alunos da ETEO a frequência do refeitório), oferece um serviço de refeições ligeiras e está equipado com vários micro-ondas que a comunidade escolar pode utilizar para aquecer as refeições trazidas de casa.
- **Laboratórios** - a escola dispõe de laboratório de físico-química e de fotografia, devidamente equipados, bem como estúdios de multimédia e de fotografia, salas

de informática e auditório. Naturalmente que estas instalações, que representam um enorme investimento para a Escola, têm uma relação direta com os cursos que as utilizam (nomeadamente, os cursos de técnico de multimédia, fotografia, energias renováveis, termalismo e auxiliar de saúde), revelando-se fundamentais para a formação dos futuros técnicos, pois permitem um contacto com a realidade possibilitando a passagem da teoria à prática. A estas instalações e respetivos equipamentos, têm acesso os alunos e professores no decurso natural das atividades escolares, mediante requisição prévia e individualizada, desde que tal utilização não colida com o normal desenvolvimento das atividades letivas.



Figura 10: Laboratórios de multimédia e fotografia, respetivamente

3.3.2. O Site da Escola

A palavra *site* (ou sítio, em português) deriva do latim *sitius* e significa «lugar demarcado, posição». Em termos informáticos, o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, define esta palavra como sendo, e passo a citar, «*Página ou conjunto de páginas da Internet com informação diversa, acessível através de computador ou de outro meio eletrónico.* » (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=site>). Pode ser criado com diversos objetivos, mas as suas principais funções são como instrumento de publicidade e transmissor de informações. Neste sentido, a Escola desenvolveu um *site*, cujo endereço eletrónico é <http://eteo-apepo.com/>, conseguindo, assim, transmitir todas as informações relevantes sobre a Escola a quem as procura. A imagem principal do *site* é:



Figura 11: Imagem do *site* da Escola

3.4. O papel da E.T.E.O. no desenvolvimento local

A cidade de Caldas da Rainha é muito antiga: reza a história que no verão de 1484 a rainha D. Leonor, ao dirigir-se de Óbidos para a Batalha passou por um local, chamado Sítio da Copa e viu que havia doentes a banhar-se numas poças de água com um cheiro intenso. Confrontada com este cenário, informou-se do que passava e ficou a saber que existiam pessoa doentes que se curavam com aquela água. Perante este facto, deu ordem imediata de que se construísse um hospital para tratar quem precisasse, tendo a obra sido concluída no ano de 1503 (é considerado o hospital termal mais antigo do mundo). A partir de então, começou a surgir uma povoação em redor da edificação. Este povoado foi-se desenvolvendo ao longo dos séculos com construções magníficas que ainda hoje existem, tendo dado origem à atual cidade que caracterizo: tem cerca de 40 mil habitantes e vive fundamentalmente de comércio e serviços, não obstante outrora ter sido um cidade francamente industrial (não foi por acaso que, quando em 1919 forma criadas 19 escolas industriais, uma delas foi em Caldas da Rainha), sobretudo devido à cerâmica. É uma cidade que tem características muito peculiares: um microclima próprio que lhe permitiu durante muitos anos viver da agricultura (atualmente ainda existem na região grandes empresas da área alimentar, sobretudo ligadas às frutas e legumes produzidos na região, como por exemplo a maçã de Alcobaça e a pera Rocha do Bombarral); uma localização

privilegiada no centro do país, pois fica a menos de uma hora de carro de Lisboa e possui no concelho algumas das mais belas praias de Portugal; um mercado de frutas e legumes que funciona todos os dias do ano numa das principais praças ao ar livre, sendo um ex-libris da cidade. É do senso comum que a população do interior do país é mais recetiva, mais humilde e hospitaleira; no entanto, nas Caldas da Rainha respira-se um bem estar, uma harmonia e uma paz que se pode comprovar no semblante dos transeuntes. Por força da dicotomia mar/campo, o povo caldense é o resultado da força do mar e da candura horaciana (*aurea mediocritas*) do campo. Em suma, Caldas da Rainha é uma cidade muito acolhedora, atrativa e moderna, sendo certo que, já desde o tempo da II Grande Guerra, acolheu muitos refugiados europeus que aqui se instalaram, alterando os hábitos sociais arreigados até então.

Assim, a expansão de Caldas da Rainha tem passado por uma forte aposta naquilo que realmente contribui para a evolução socioeconómica da região: investir na qualificação de mão de obra especializada para o desenvolvimento do sector económico mais forte da região, ou seja, o terciário, que corresponde às atividades ligadas ao comércio e serviços. Áreas como o turismo, as energias renováveis, as animações que dinamizam o comércio tradicional ou ligadas à novas tecnologias, são aquelas em que as entidades da região têm apostado muito, pois consideram ser o motor da economia local. É neste contexto que a Escola aparece enquanto entidade que colabora com o desenvolvimento regional, pois ministra cursos que visam formar técnicos qualificados que maioritariamente vão integrar as empresas/organizações da região, contribuindo desta forma para melhorar a produtividade local e, conseqüentemente, potenciar a evolução socioeconómica da população caldense. Ou seja, a Escola contribui para que o quadro de recursos humanos local seja cada vez melhor, mais qualificado.

Como já referi anteriormente, a Escola objeto de estudo é propriedade de uma Associação (APEPO - Associação Para o Ensino Profissional do Oeste) cujos associados são a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, a Associação Comercial de Caldas da Rainha e Óbidos, a Associação Industrial da Região Oeste e a Região de Turismo do Oeste. Ou seja, são entidades locais que constituem as forças vivas da cidade de Caldas da Rainha, logo têm todo o interesse em investir na formação de pessoas que irão trabalhar na região, pondo em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do seu ciclo formativo, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local e

regional. Pois, como afirma o Diretor Pedagógico, foram as pessoas que estavam à frente das supra referidas entidades que, dotadas de um espírito inovador, moderno e empreendedor, se aperceberam que *«era preciso mudar o sistema das escolas do ensino regular e os cursos que existiam, para implementar cursos com uma forte componente prática»*.

Depois de no capítulo I ter definido os principais conceitos que dizem respeito ao desenvolvimento local, há que reforçar a ideia de que toda e qualquer ação desenvolvida numa determinada região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha, deve ter em conta o local (que é o próprio concelho), as características da população, as suas necessidades, a cultura da região, os objetivos a prosseguir, etc. e, principalmente, todo o planeamento estratégico definindo previamente para a região. Ora, ao pensar desenvolver-se uma estrutura educacional como uma escola profissional, todos estes fatores foram identificados, ponderados e explorados para que a decisão a tomar fosse a melhor.

Mas, para se perceber o porquê de a Escola ter sido criada no concelho de Caldas da Rainha, é necessário recuar no tempo e compreender que uma cidade que teve origem na fundação de um Hospital Termal, desde sempre foi muito procurada pelos serviços e comércio, tendo mais tarde desenvolvido a área da indústria, nomeadamente a cerâmica. É neste contexto que se verifica o crescimento da população caldense e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidade em todas as suas vertentes: hoje, a cidade de Caldas da Rainha é conhecida como «a capital do comércio». Assim, devido à necessidade de criar técnicos qualificados, e como afirma o Senhor Vereador da Educação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, *«esta escola, especificamente, avança para criar profissionais nestas áreas, mais na área comercial, na área do turismo, e serviços paralelos e envolventes.»*

Relativamente à questão do relacionamento da escola com as empresas e outras organizações da região, questão fundamental para compreender o papel que Escola tem no concelho, há que salientar que a partir da reforma que os cursos sofreram em 2005 e 2006, passou a fazer parte integrante de todos os currículos a Formação em Contexto de Trabalho. Ora, o facto de anualmente haver vários cursos a ter FCT, fez com que, necessariamente, a Escola tivesse estabelecido uma boa relação com as empresas/instituições regionais pois, como afirma a responsável do GOAIMT, *«desde muito cedo que fomos criando elos de ligação e que fomos conseguindo vir a manter,*

nalgumas áreas mais fáceis, outras mais difíceis face à conjuntura económica, mas continuamos a ter um leque alargado de entidades que trabalham connosco todos os anos a nível de FCT». Ou seja, a relação que a Escola tem com as entidades parceiras, que são as forças económicas e de desenvolvimento local, são as melhores possível, pois estão maioritariamente dispostas a receber os nossos alunos em formação porque «já viram em termos práticos que os nossos alunos reúnem não só um conjunto de competências a nível do saber-saber, mas também ao nível do saber-fazer, do saber-estar e complementam-se umas às outras». Em suma, via de regra, a Escola tem um boa ligação ao mercado de trabalho e, normalmente, as empresas/instituições ficam muito satisfeitas com o grau de qualificação e desempenho dos nossos alunos, pois «realmente fazem estágios muito bons, havendo alunos que conseguem a posteriori, vir a ficar integrados no local em que estagiaram».

Assim, e reforçando o bom relacionamento que a Escola tem com as entidades locais, diz a responsável do GOAIMT que *«rentabilizamos sempre ao máximo os contactos que temos porque as empresas gostam desse tipo de relacionamento e já se criou um elo bastante grande ... os empregadores e as entidades locais já conhecem os nossos alunos.»*. Também a responsável de uma das empresas que tem há vários anos colaborado com a Escola na formação em contexto de trabalho, refere que a E.T.E.O. é das instituições com quem mantém melhores relações a este nível de colaboração, pois *«desde o início que verificámos uma diferença nestes estágios em relação aos outros ... no profissionalismo e no método usado pelos professores antes da integração do aluno»*. A responsável desta empresa, salientou, ainda, que a parceria que tem com a Escola *«tem sido benéfica ... temos recebido pessoas que até são uma mais valia para nós no sentido de que trazem polos positivos, ou seja, algo que aprendem na Escola que nós aqui ainda não utilizamos, alguns métodos, etc.»*. Ou seja, na opinião desta entrevistada, a Escola é uma mais valia para as empresa da região e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local.

Um outro aspeto que demonstra o contributo que a Escola dá ao desenvolvimento local, é a elevada taxa de conclusão dos cursos, o que ilustra o sucesso que a Escola tem tido junto dos alunos, incentivando-os a realizar os seus cursos e a qualificarem-se enquanto profissionais dotados de conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho. O gráfico seguinte mostra a percentagem global de alunos que concluiu o curso desde que

a escola começou a sua atividade (1990) até aos nossos dias (ano letivo transato), correspondendo a mesma a 84%. Ou seja, dos 1208 alunos que concluíram os 3 anos de formação, diplomaram-se 1009, correspondendo estes a técnicos qualificados:



Figura 12: Percentagem dos alunos que concluíram o curso desde o início da Escola

Fonte: GOAIMT

No entanto, para além da elevada taxa de conclusão dos cursos, também é bastante relevante para ilustrar o contributo que a Escola dá para o desenvolvimento local, a taxa de inserção dos alunos no mercado de trabalho. Como já referi anteriormente, o controlo estatístico do percurso profissional dos alunos diplomados pela E.T.E.O é uma das tarefas desempenhadas pelo GOAIMT e, como a responsável afirma, *«nós temos uma taxa de inserção elevada, não só a nível do concelho, mas da região e do próprio país... em termos locais, os nossos alunos são muito absorvidos pelas empresas da nossa zona.»*. As figuras 7 e 8 ilustram bem esta realidade, pois do total dos alunos diplomados pela Escola através dos Cursos Profissionais, cerca de 70% estão empregados, ou seja, dos 943 alunos diplomados no término do ano letivo de 2011/2012, 658 estão empregados, tendo sido absorvidos pelo mercado de trabalho.

Ao colocar aos entrevistados a questão de saber quais as estratégias que a Escola deve adotar para continuar a existir enquanto tal, as respostas foram no sentido de manter e aprofundar o trabalho já realizado, pois como referiu a responsável pelo GOAIMT, *«a escola continua a apostar nas áreas de formação onde já deu provas de sucesso.»*. No entanto, é fundamental melhorar os aspetos que possam ser melhorados, nomeadamente

apostar em cursos cuja procura seja demonstrada pelas entidades da região ou pela manifestação de interesse por parte dos alunos, bem como desbravar novos caminhos que possam proporcionar aos jovens alternativas àquilo que existe em termos de ensino na nossa região: foi o que aconteceu com a abertura do curso técnico de fotografia, uma vez que havia uma enorme procura por parte dos jovens, ou a abertura do curso de técnico de auxiliar de saúde, pois constatou-se que localmente havia uma grande lacuna de técnicos devidamente preparados para trabalhar nesta área.

Desta forma, ao analisar o papel que a Escola tem na economia da região, tem de se equacionar o contributo que a Escola tem dado para o desenvolvimento do concelho de Caldas da Rainha. Ora, se a Escola foi criada com o objetivo de qualificar a mão-de-obra caldensa e dotar o concelho com profissionais de excelência e tem conseguido atingir aquilo a que propôs, tem de se admitir que, de facto, a E.T.E.O. contribui para o desenvolvimento local, pois não só oferece aos jovens um leque variado de opções de formação, importantes para o tecido empresarial da região, como também promove junto da comunidade caldensa uma série de ações com vista a inculcar e a desenvolver diversos valores cuja importância é reconhecida socialmente, como por exemplo, o espírito de solidariedade e o de cidadania. De facto, não é só o concelho de Caldas da Rainha que tem beneficiado com a existência da Escola, pois é de salientar que durante muitos anos a E.T.E.O. foi a única Escola Profissional dos concelhos limítrofes, abrangendo uma área de, sensivelmente, 50 quilómetros. Esta abrangência teve sobretudo a ver com o facto de a Escola ser reconhecida localmente pelo seu esforço e empenho em formar recursos humanos e preencher as lacunas formativas das pessoas, bem como contribuir para o aumento da qualificação da população e, conseqüentemente, diminuir o número de desempregados aumentando, simultaneamente, o nível de qualidade de vida da população e a competitividade das empresas, quer seja no mercado local, regional, ou nacional.

3.4.1. Áreas de atuação da Escola na comunidade

Ao longo deste trabalho tem sido por mim afirmado que a Escola tem dado um forte contributo para o desenvolvimento local e que tem um papel ativo na comunidade caldensa. Para demonstrar esta realidade, vou referir a título de exemplo algumas das atividades e ações desenvolvidas pela Escola na e para a comunidade de Caldas da

Rainha, nomeadamente as animações promovidas pelo Curso de Animador Sociocultural, algumas das Provas de Aptidão Profissional desenvolvidas pelos alunos dos diversos cursos da Escola, a Formação em Contexto de Trabalho, a atividade «ETEOVIVA», a participação em feiras ou em concursos de âmbito nacional, criação da Aldeia Renovável, organização da atividade «Maratona Fotográfica», Exposição de Fotografias, bem como diversas ações solidárias, já enumeradas e comentadas neste trabalho no âmbito de atuação do Gabinete de Projetos, que é o departamento que promove e desenvolve ações desta natureza.

3.4.1.1. Animações promovidas pelo Curso de Animador Sociocultural

Praticamente desde o início, a Escola tem tido sempre o Curso de Animador Sociocultural (num total de 10 turmas), o que significa que tem investido em formar profissionais qualificados que promovam o desenvolvimento sociocultural de grupos e comunidades, organizando, coordenando e/ou desenvolvendo atividades de animação de carácter cultural, educativo, social, lúdico e recreativo.

Como é do conhecimento geral, a ideia de *animação* é imemorial, considera-se que sempre existiu como elemento fundamental no processo de socialização e aculturação, devido à necessidade que o Homem tem de se autopreservar. Também em Portugal não é possível dizer a data em que apareceu, mas pode dizer-se que, em termos históricos, se antes da Revolução do 25 de abril estava ligada à consciencialização e à mobilização das pessoas como meio de luta política para combater o regime ditatorial, depois dessa data passou a ser assumida em termos institucionais para orientar e melhorar a vida comunitária dos cidadãos. Neste sentido, M. de Sousa Lopes (2006:77) afirma que «*A Animação Sociocultural é algo que deve ser encarado como um processo complexo e não, propriamente, como objeto singularmente determinável. Dada a sua natureza social, é a relação entre pessoas que interatuam, partilhando conhecimentos, experiências, vivências, sentimentos...*» que são o suporte e geram o conteúdo daquilo que podemos definir como animação sociocultural.

Ora, devido à importância que a *animação* assume na vida em sociedade, é notório o investimento que a Escola tem feito nesta área, não só para formar profissionais qualificados a intervir em diferentes áreas da vida social, mas também organizando e participando em eventos que promovem de forma significativa a interação e envolvência da escola com a comunidade em geral, e a do concelho caldense em

particular. Para ilustrar estes acontecimentos, não posso deixar de referir o importantíssimo papel que a Escola tem tido na animação de grupos específicos, como é o caso das crianças e dos idosos, participando em encontros locais e em instituições da região nas épocas festivas, por exemplo a participação na «Semana da Criança» (certame de animação das crianças das escolas da região em junho, para comemorar o Dia da Criança), no «Natal dos idosos» (festa convívio de diversos lares de 3ª idade do concelho), no «Natal Solidário» (atividade festiva que conta com a participação de várias pessoas de diferentes faixas etárias, proporcionando a vivência do Natal de uma forma solidária) e no «Carnaval do Idoso» (festa organizada pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha para proporcionar aos idosos do concelho alguma animação na época festiva que é o carnaval).



Figura 13: Semana da Criança 2011 - Expoeste

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Coordenador do Curso Técnico de Fotografia, Joaquim António Silva

Para além destes grupos específicos, a Escola também promove, através dos alunos do Curso de Animador Sociocultural, a animação das ruas da cidade nas épocas festivas: no Carnaval, o Grupo de Bombos da E.T.E.O. dirige o desfile carnavalesco que conta com a participação da maioria das escolas do concelho, bem como promove animações de rua pelas principais ruas do comércio tradicional; não só o Grupo de Bombos, mas também com os cabeçudos (figuras carnavalescas elaboradas pelos nossos alunos na disciplina de Área de Expressões Plásticas) ou com pinturas faciais; no Natal, no Dia da Cidade ou em qualquer outro momento relevante da vida do concelho, os alunos do Curso de Animador Sociocultural têm sempre uma participação adequada ao momento concreto.

3.4.1.2. Provas de Aptidão Profissional (PAP)

A última das grandes etapas do curso é a elaboração da PAP. Este trabalho é um projeto individual, elaborado pelo aluno no último ano do curso sob a orientação de um Professor (Professor Acompanhante), teórico e/ou prático, em que o aluno demonstra as competências técnicas e profissionais que adquiriu ao longo dos três anos da sua formação. É um trabalho obrigatório e faz parte integrante da matriz dos cursos, é apresentado e defendido perante um júri, sendo a sua classificação considerada para a média final (art.º 6º da Portaria 74-A/2013, de 15 de fevereiro), como já foi referido anteriormente.

Ao longo de toda a sua existência, a Escola tem proporcionado aos alunos todos os recursos materiais e financeiros que lhe são possíveis para o desenvolvimento das PAP. É claro que, quer pelas características específicas de cada curso, quer pela própria natureza dos projetos, as PAP têm sido realizadas e apresentadas de formas bastante diferenciadas, obviamente respeitando as regras e formalidades contidas no regulamento de PAP. Desta forma, há provas que têm tido um grande impacto na comunidade caldense em geral e na educativa em particular, nomeadamente as que dizem respeito a cursos com uma forte componente prática, por exemplo, curso de animador sociocultural, técnico de fotografia, de energias renováveis, de turismo ou de multimédia, quer porque têm constituído momentos únicos de lazer, quer porque proporcionaram experiência incríveis, ou simplesmente porque mostram à comunidade caldense a competência técnica e profissional dos alunos que terminam o seu ciclo de formação.

Para ilustrar uma ínfima parte dos trabalhos espetaculares desenvolvidos pelos nossos alunos, passo a apresentar, a título de exemplo alguns desses projetos:

- «*CaldasExperience09*» foi a PAP realizada por um aluno do curso de Animador Sociocultural e recebeu este título devido ao facto de ter consistido num Festival de Artes de Rua, visando promover o encontro e a divulgação da atividade de Animador de Rua, bem como o seu trabalho exercido junto da comunidade. O trabalho teve um suporte teórico onde o aluno fez o enquadramento e justificação do evento, elaborou diversos projetos, redigiu orçamentos, escreveu cartas, fez convites e publicidade (por exemplo, fez um cabeçudo que ele próprio

vestiu para fazer publicidade de rua, tendo distribuído 500 flyers e 200 programas do evento), contactou inúmeras empresas e instituições da região, ou seja, foi um projeto digno de um qualquer técnico altamente qualificado.

O festival teve lugar no dia 6 de junho de 2009 (sábado) nas ruas mais movimentadas da cidade e no Parque D. Carlos I, entre as 10h:00m e as 18h:30m, com diferentes atividades consoante o período do dia: de manhã, os vários artistas circularam pelas ruas da cidade mostrando o seu talento através de representações de forma livre, bem como animação dentro do transporte público urbano «TOMA» (música, mímica e recitação de poemas); durante a tarde, a animação decorreu no Parque D. Carlos I, onde existiam dois palcos com representações teatrais que decorreram de forma alternada, passeios de charrete, diversos espetáculos de música com a Banda de Comércio e Indústria, Conservatório de Caldas da Rainha, Fanfara dos Bombeiros, Grupo de Bombos da Escola Técnica Empresarial do Oeste de Caldas da Rainha e músicos itinerantes. O evento terminou por volta das 21h:30m na praça do CCC (Centro Cultural e de Congressos) com variados espetáculos de fogo, que contaram com a presença de, entre outros, cuspidores de fogo, malabaristas e homens de andas. Estiveram envolvidos na organização coordenada pelo aluno 123 pessoas, uma lista interminável de recursos materiais (uns fornecidos pela Escola, outros pelas empresas e instituições que patrocinaram e apoiaram este evento - a título de curiosidade, conseguiu 191 euros em dinheiro dos patrocinadores), uma série de empresas e instituições da região, os *media* (rádios e jornais, locais e nacionais), etc.

Desta forma, o aluno conseguiu envolver a comunidade caldense na demonstração de diversas formas de arte de rua, adequadas a diversos gostos e interesses, bem como a todas as faixas etárias: para as crianças, houve pinturas faciais, modelagem de balões, palhaços, mimos, insufláveis e atividades equestres; pensando num público mais jovem, promoveram-se jumpers, Dj, graffiti, técnicas circenses e malabarismos; para o público mais adulto e sénior, houve atividades como música, dança, declamação de poesia e outras animações adaptadas a este público alvo. Assim, a comunidade aderiu em massa a esta iniciativa, manifestando o benefício para a Cidade de Caldas da Rainha de uma

animação desta natureza e dimensão, mostrando como um trabalho desenvolvido por um aluno da Escola, que estava a terminar o curso, pode ter um impacto tão grande com repercussões locais, regionais e nacionais.

- «*Olhares Detalhados - Fotografia Macro*» foi o título que uma aluna do curso de Técnico de Fotografia atribuiu ao seu trabalho, que consistiu na captação de uma série de imagens de pequenos animais através da técnica denominada Fotografia Macro (técnica que permite fotografar em alta definição, de tal forma, que consegue uma proximidade visual ao objeto maior que o próprio olho humano), com o objetivo de fazer uma exposição e mostrar à comunidade imagens de rara beleza e minúcia, nomeadamente animais de pequena dimensão. Depois do trabalho realizado com material especializado (as referidas fotografias), obviamente contado em pormenor no seu trabalho teórico, a aluna montou a exposição em Maio de 2013, no Centro Comercial VIVACI, em Caldas da Rainha, com o apoio do Centro de Artes e da Loja do Ceramista, dando a conhecer à cidade o seu trabalho.

Desta forma, consegue entender-se a ligação que a Escola tem com a comunidade caldense em geral: a aluna realizou uma exposição de Fotografias Macro de animais de pequena dimensão, dando a conhecê-la a toda a comunidade; fez todos os contactos burocráticos necessários às instituições envolvidas para a realização da exposição; fez convites que dirigiu à comunidade com o objetivo de dar a conhecer a sua exposição; elaborou um cartaz publicitário; contou com a colaboração da turma do 2º ano do Curso de Animador Sociocultural da Escola para o desenvolvimento de algumas atividades (modelagem de balões e pinturas faciais alusivas ao tema da exposição), o que mostra a envolvimento e transversalidade dos diversos cursos; teve a visita de muitos caldenses e das mais variadas idades, por exemplo foi brindada com a visita de um jardim infantil de Caldas da Rainha, que decidiu mostrar e explicar às crianças imagens de animais que elas conhecem, mas que não conseguem ver desta forma a olho nu, o que lhe possibilitou explicar o seu projeto aos outros.



Figura 14: Explicações dadas pela Aluna às crianças do jardim infantil sobre os animais retratados nas fotografias

Fonte: Prova de Aptidão Profissional da Aluna

Assim, este trabalho é mais uma demonstração, entre várias centenas de outros, de como a Escola se envolve com a comunidade nas mais diversas ocasiões mas, sobretudo, quando os alunos dos vários cursos realizam a sua PAP e dão a conhecer aos cidadãos caldenses aquilo que aprenderam ao longo dos três anos da formação que frequentaram.

- «*Bordallo in your pocket*» foi a designação dada por uma aluna do curso Técnico de Turismo aquando da realização da sua PAP pondo em prática os conhecimentos técnicos que adquiriu e desenvolveu ao longo dos três anos de formação. Para tal elaborou um roteiro turístico da cidade de Caldas de Rainha, em que, para além de ter os pontos de referência normais de um roteiro desta natureza (restauração, hotelaria, transporte, serviços úteis e culturais, etc.), tem a particularidade de ser um roteiro bordaliano, ou seja, é um guia de bolso que mostra a forte presença do ceramista Rafael Bordalo Pinheiro na cidade. É composto por cerca de 60 páginas, nas quais estão representadas fachadas de azulejos da autoria do referido artista, locais onde decorreram alguns episódios da sua vida, nomeadamente onde lhe foram feitas diversas homenagens, ou em que estão retratadas algumas das caricaturas representativas da sociedade caldense. Assim, o guia é composto por inúmeras informações turísticas, por alguns apontamentos da riquíssima história de vida de Bordalo Pinheiro e por um roteiro que passa por 25 ruas na cidade mais 3 pontos na periferia, elaborado de forma a que uma pessoa não passe duas vezes no mesmo sítio e possa orientar-se no percurso através de GPS.

O roteiro tem a seguinte apresentação:



Ilustração 148 - Capa do Bordallo in your Pocket



Ilustração 147 - Contracapa do Bordallo in your pocket.

Rafael Bordalo Pinheiro, um homem com múltiplos talentos, entre outros, caricaturista crítico social, distinguiu-se nas Caldas da Rainha com a aquisição da fábrica e moinhos de Manuel Mohr, como cronista de tempos e grande ícone da cultura portuguesa no que diz respeito à cerâmica, enquadramento histórico e atualidade. Os seus temas e visões são únicos no mundo. Este volume representa conceitos enriquecedores abrangentes de tudo o que foi feito e criado por Bordalo até ao ano da sua morte (1905) no que diz respeito à falange e caricaturismo através de um "passaporte" para uma segunda cidade de eleição, Caldas da Rainha.



Ilustração 151 - Um dos pontos extra itinerário.



Ilustração 152 - Um dos primeiros pontos do itinerário.



Ilustração 149 - Um dos pontos em que Bordalo Pinheiro faz uma crítica satírica através da caricatura.



Ilustração 150 - O Ponto final do itinerário, Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha.

Figura 4: Ilustrações do Roteiro Bordaliano elaborado pela Aluna

Fonte: Prova de Aptidão Profissional da Aluna

Depois da elaboração deste roteiro, a aluna apresentou-o oficialmente à comunidade caldense nas instalações da Fábrica de Faianças de Caldas da Rainha (antiga fábrica Faianças Rafael Bordalo Pinheiro) no dia 12 de março de

2012. O local escolhido teve a ver com o conteúdo do próprio roteiro, uma vez que nas instalações da fábrica existe um grande espólio de peças de Bordalo Pinheiro, sendo que esta apresentação seria o culminar de todo o trabalho que desenvolveu na elaboração da PAP. Nesta cerimónia contou com a presença de professores e Direção da E.T.E.O., com representantes da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, com membros dos museus que colaboraram na elaboração deste projeto e da Fábrica de Faianças de Caldas da Rainha, bem como os órgãos de comunicação social local (Gazeta das Caldas, Jornal das Caldas e TV Caldas).

Ao seleccionar estes trabalhos, cuja escolha se me afigurou bastante difícil, pretendo mostrar, de facto, que a Escola tem uma forte envolvência com os caldenses, sendo os supra referidos trabalhos exemplo disso, pois os alunos elaboram um projeto que desenvolvem ao longo de praticamente um ano letivo sob a orientação de um professor acompanhante, contactam com diversas entidades locais para a obtenção de patrocínios, autorizações, apoio logístico, etc. e, por fim, põem em prática um evento sociocultural aberto a todas as pessoas, que oferece aos cidadãos as mais variadas experiências. Naturalmente que um evento que proporciona animação de um dia inteiro a pessoas de todas as idades, uma exposição de fotografia ou um roteiro temático sobre a cidade, são projetos feitos pelos alunos para a comunidade, para oferecer bons momentos aos caldenses, que contribuem para o desenvolvimento local, na medida em que ativa as pessoas da cidade, fá-las deslocarem-se aos locais, interessar-se por outro assunto fora da sua rotina, aumenta a sua qualidade de vida. Esta reflexão permite-me concluir que todos os trabalhos (designadamente as PAP) desenvolvidos pelos cerca de 1000 alunos diplomados pela Escola têm um grande impacto na comunidade.

3.4.1.3. Formação em Contexto de Trabalho (FCT)

De acordo com o n.º 1, do art.º 3º da Portaria 74-A/2013, de 15 de fevereiro, a FCT engloba um conjunto de atividades teórico-práticas que visam a aquisição e/ou desenvolvimento de competências organizacionais, técnicas e de relações humanas, adequadas ao perfil profissional do curso frequentado pelo aluno. Realiza-se em empresas, instituições ou organizações, sob a forma de experiência de trabalho, privilegiando a simulação de um conjunto de atividades similares à do contexto real de

trabalho. É coordenada e acompanhada pela Escola através de um Professor (Professor Orientador) de entre os que lecionam a área técnica do respetivo curso, desenvolvendo um trabalho contíguo com o Monitor (pessoa designada pela organização onde se vai realizar a FCT), e realiza-se em períodos variáveis, seguidos ou interpolados, com a duração de 600 a 840 horas, sendo que deve ser ajustada ao horário de funcionamento da entidade de acolhimento, não podendo a sua duração semanal ultrapassar as trinta e cinco horas, nem a duração diária as sete horas.

A FCT é formalizada através de um protocolo celebrado entre a Escola, as entidades de acolhimento e os alunos, de onde constam os objetivos e o conteúdo da FCT, a programação das atividades, o período em que vai decorrer, o horário e o local em que as atividades têm de ser realizadas, as formas de monitorização e acompanhamento (quer por parte da Escola, quer por parte da instituição), a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes. Também faz parte integrante deste documento um plano individual de trabalho que contém as tarefas e atividades a desenvolver durante este período, adequadas e compatíveis ao perfil profissional visado pelo curso frequentado pelo aluno. No entanto, o protocolo não gera qualquer tipo de relações de trabalho subordinado e caduca com a conclusão da formação para a qual foi celebrada. Em tudo o que não está previsto na supra referida Portaria, aplicam-se as regras definidas pela Escola num regulamento específico de FCT, que prevê todas as questões relacionadas com esta modalidade de formação, nomeadamente os direitos e deveres das partes contratantes envolvidas.

Com esta breve explicação acerca daquilo em que consiste a FCT, concluo que estas horas de formação, previstas no currículo do curso são de tal forma importantes que recentemente houve uma alteração legislativa (Decreto Lei n.º 91/2013, de 10 de julho) que passou a estabelecer uma carga horária mínima de FCT no decurso do curso que corresponde praticamente ao dobro daquilo que estava previsto, ou seja, até julho estavam previstas 420 horas, e a partir dali passaram a estar entre 600 a 840 horas, decididas pelas escolas tendo em conta a sua autonomia de organização e gestão. No entanto, não é só para os alunos que a FCT é importante, também para as empresas da região é muito positiva pois, quando pretendem fazer um recrutamento de trabalhadores, é muito melhor ter à disposição técnicos qualificados, que já tiverem experiências profissionais na área, que tiveram uma formação teórica e prática, do que pessoas que

não têm qualquer qualificação para o cargo e que apenas estão desempregados. E não são raras as situações em que os alunos ficam empregados nos locais onde fazem a FCT, pois como me referiu a responsável por uma das empresas da região que colabora com a Escola, *«tivemos cá um aluno há 4 anos em formação e que acabou por ficar connosco e neste momento é capaz de ser um dos melhores funcionários do grupo»*.

Neste sentido, e tendo em conta que a FCT é uma das áreas em que a Escola se relaciona com a comunidade, concluo que a E.T.E.O. dá um forte contributo para o desenvolvimento local porque contribui para a qualificação dos recursos humanos da região, proporciona às empresas participarem na formação de profissionais para depois integrarem os seus quadros, o que é relevante ao nível dos indicadores do desenvolvimento económico.

3.4.1.4. ETEO VIVA

No ano de 2009, de 11 a 14 de março, a Escola organizou um certame intitulado ETEO VIVA, aberto a toda a comunidade, com o objetivo não só de celebrar os 20 anos de existência da E.T.E.O., mas também dar a conhecer a toda a população os cursos ministrados. Assim, organizou uma feira com a exposição completa demonstrativa das atividades desenvolvidas por todos os cursos, não só a título comemorativo e publicitário, mas também com o objetivo de proporcionar à população caldense um dia diferente. Durante os dias em que decorreu a atividade, qualquer pessoa podia dirigir-se à Escola, visitar as instalações e ver os futuros profissionais a trabalhar nas respetivas áreas. Referindo a título de exemplo, uma das tendas da feira que teve mais sucesso, foi a do curso de Técnico de Termalismo, pois tinha os alunos acompanhados dos respetivos professores a fazer demonstrações de diversos tipos de massagens terapêuticas que qualquer pessoa podia experimentar gratuitamente. Desta forma, mais uma vez se conclui que a Escola tem um âmbito muito alargado de atuação na comunidade, contribuindo com atividades como esta para o bem estar e qualidade de vida da população caldense.

3.4.1.5. Participação em feiras e em concursos

Ao longo da sua existência, a Escola tem participado numa série de atividades promovidas a título regional e nacional, no sentido de mostrar o tipo de formação que

ministra aos seus alunos, bem como dar a conhecer ao mundo empresarial a qualidade dos técnicos que forma, tentando desta forma contribuir para a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Assim, a E.T.E.O. participou em:

- a) **Futurália:** a «Futurália» é uma feira anual que decorre em Lisboa, estando inserida num projeto que consiste em educar para o futuro e para o empreendedorismo, no sentido de mostrar aos jovens as ferramentas e alternativas de que dispõem para construir o seu futuro da forma mais proveitosa possível, quer para si, quer para o país. Neste sentido, a Escola participou ativamente neste certame para dar a conhecer os cursos que ministra, nomeadamente o Curso Técnico de Energias Renováveis, representado num *stand* por alunos e professores.

- b) **Concurso «Escola Sustentável - energia»** - O «concurso escola sustentável - energia» é um concurso de âmbito nacional promovido pela **DECO** (Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidor), em parceria com a **ABAE** (Associação Bandeira Azul da Europa), e com o apoio da **ERSE** (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), que convidou as escolas a desenvolverem projetos e atividades promotoras de um uso sustentável e eficiente da energia elétrica durante o ano letivo de 2011/2012. O objetivo seria as escolas conceberem e implementarem projetos/atividades inovadores e criativos, dirigidos à comunidade educativa (alunos, professores, pessoal auxiliar, pais e encarregados de educação) e também à comunidade local, que contribuíssem para a sua sensibilização e melhoria das suas competências para um uso sustentável e eficiente da energia elétrica. Para pôr este projeto em prática, foi escolhida uma equipa de trabalho composta por várias professoras e alunos (participaram as turmas dos primeiros anos dos cursos técnicos de Energias Renováveis, Animador Sociocultural, Auxiliar de Saúde, Multimédia e Serviços Jurídicos) que, dos vários temas propostos a trabalhar, escolheram a categoria «Energia em casa». Foi elaborado um plano de tarefas, devidamente calendarizadas, com o objetivo de compreender o comportamento dos alunos face ao consumo da eletricidade nas suas casas. O culminar desta atividade foi a atribuição do 2º prémio a nível nacional.

- c) **Concurso «O meu 1º Milhão»** - Com o objetivo de fomentar o espírito empreendedor e criativo nos jovens de hoje, a A.I.R.O. (Associação Industrial

da Região Oeste), promove anualmente concursos lançados às escolas do concelho, no sentido de apelar à participação dos alunos com o desenvolvimento de projetos de negócio exequíveis. No ano letivo de 21012/2013, os alunos da E.T.E.O. que participaram eram do curso Técnico de Gestão, com o projeto «Empresa ESSA», cujo *slogan* era «Com o mealheiro ESSA vai poupar e o seu orçamento vai aumentar», tendo ficado classificados em primeiro lugar num universo de 16 equipas concorrentes. Este prémio foi sem dúvida alguma um estímulo e um impulso que criou nos alunos uma enorme vontade de fazer e de fazer cada vez melhor.

- d) Eco-escolas** - O Programa Eco-escolas é um projeto educacional ambiental, para a sustentabilidade e para a cidadania, promovido pela **Fundação para a Educação Ambiental** (*Foundation for Environmental Education* - FEE) e **Associação Bandeira Azul da Europa** (ABAE) desde 1996. Os seus principais objetivos são: encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade; estimular o hábito de participação envolvendo ativamente os jovens na tomada de decisões e implementação das ações; motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário; fornecer formação, enquadramento e apoio a muitas das atividades que as escolas desenvolvem; divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em rede a nível nacional e internacional; contribuir para a criação de parcerias e sinergias locais na perspetiva de implementação da Agenda 21 Local. Neste sentido, foram desenvolvidas uma série de atividades relacionadas com temas como a água, os resíduos e as energias, bem como a criação do Eco-código (estabelecimento de boas regras de conduta, elaborado com a participação da maioria das turmas da Escola). Decorrido o prazo estipulado, a Escola efetuou a candidatura e, através do esforço de todos, recebeu o galardão «Bandeira Verde Eco-escola».

Com a participação da Escola nestas atividades facilmente se demonstra o seu contributo para o desenvolvimento local, quer seja porque dá a conhecer o trabalho que desenvolve na formação dos alunos ajudando-os a inserir-se no mercado de trabalho, porque promove atividades que envolve a comunidade contribuindo para o seu bem estar (no «curso escola sustentável - energia» toda a comunidade local participou,

desde a recolha do lixo, os pais a levarem o lixo para os aterros, os materiais que houve a necessidade de comprar, o empenho das pessoas na diminuição das faturas de consumo das energias, etc.), ou porque se desenvolvem atividades em que os alunos participam, estimulando várias competências, como por exemplo, a sua criatividade, empreendedorismo, capacidade de organização ou espírito de equipa, ou ainda porque desafia os alunos a participar em atividades que lhes ensinam uma série de regras ambientais e que eles depois vão reproduzir em casa e ensinar aos familiares, assumindo uma grande responsabilidade social. Assim, qualquer das atividades descritas contribui para a envolvência da comunidade, seja o cidadão comum, ou as empresas, desenvolvendo diversos fatores que são indicadores do desenvolvimento local.

3.4.1.6. Aldeia Renovável

A Aldeia Renovável é uma instalação que existe na Escola e que surgiu devido à necessidade de educar a comunidade escolar e a população em geral para a aquisição de hábitos conducentes a uma maior sustentabilidade ambiental. Os equipamentos foram construídos com a participação de alguns alunos do Curso Técnico de Energias Renováveis e, atualmente, é onde funcionam as oficinas das aulas práticas do mesmo curso, tendo a particularidade de ser autossustentável em termos energéticos.



Figura 16: Aldeia sustentável da E.T.E.O.

Numa época em que os problemas ambientais atingiram uma proporção global, a sustentabilidade da aldeia está assegurada a vários níveis: a casa é construída em madeira e a sua cobertura está preparada para colocar bio cobertura, possui um painel solar térmico para aquecimento de águas sanitárias, piso radiante a água, 18 painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica e um aerogerador. No exterior existe uma horta biológica adubada com composto resultante da compostagem e da

vermicompostagem, possuindo um sistema de rega gota a gota que utiliza a água da chuva que é aproveitada e armazenada em duas cisternas colocadas no exterior da casa. Na entrada da aldeia, podemos visualizar uma placa informativa sobre o equipamento de proteção individual que é obrigatório utilizar no seu interior, uma vez que esta constitui uma obra permanente. Esta placa é da responsabilidade dos alunos do Curso Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente, o que demonstra a transversalidade que existe entre os cursos ministrados na Escola.

Para além das especificidades próprias de laboratórios desta natureza, a «Aldeia» está à disposição da comunidade em geral, e da Escola em particular, para poder ser visitada por todos aqueles que querem aprender mais sobre as energias renováveis e a importância da sustentabilidade.



Figura 17: Alunos do Curso Técnico de Energias Renováveis durante as explicações dadas a escolas que visitaram a «Aldeia»

3.4.1.7. Maratona Fotográfica

A Maratona de Fotografia Digital da ETEO, que já conta com três edições, é uma atividade promovida e desenvolvida pelo Curso Técnico de Fotografia que visa envolver os alunos com a comunidade caldense através de uma prova que os leva a conhecer melhor alguns locais emblemáticos da cidade: não os locais monumentais, que costumam figurar nos roteiros turísticos, mas aqueles que fazem parte do dia-a-dia dos caldenses, onde eles fazem as suas compras, têm os seus momentos de lazer e de participação cívica. São também locais tradicionais, no sentido em que existem (ou existiram) há muito tempo e são reconhecidos pelos habitantes da cidade como um património comum. O objetivo é compreender a perspectiva atual que os alunos têm dos referidos locais, pelo que lhes são solicitadas diversas fotografias de zonas específicas, que eles têm de descobrir através de pistas que lhes vão sendo fornecidas ao longo do

percurso. No fim, os professores organizadores reúnem todo o material fotográfico e selecionam a/as melhores fotografias, que passam a ser premiadas em duas categorias: melhor fotografia individual e melhor conjunto de fotografias. Ao nível da comunidade, há uma grande envolvência e participação, sobretudo os comerciantes locais, não só porque gostam de ver a atividade decorrer, como também porque ajudam no seu desenvolvimento, contribuindo como podem para a sua promoção.

A título de exemplo, segue-se uma das fotografias premiadas:



Figura 18: Melhor fotografia individual - II Maratona Fotográfica (2013)

3.4.1.8. Exposição de Fotografias

Com a conclusão do ciclo de formação da primeira turma do Curso Profissional de Técnico de Fotografia (triénio 2010/2013), no ano letivo 2012/2013, pareceu à Escola oportuno alargar a divulgação pública de alguns dos trabalhos executados pelos alunos ao longo dos três anos de formação, mostrando a qualidade técnica e o profissionalismo que eles foram adquirindo. Neste sentido, e uma vez que o curso Técnico de Fotografia tem reunido um grande espólio de material fotográfico com relevante interesse para a Escola e comunidade caldense, a Escola, em parceria com o Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha, resolveu organizar a primeira exposição do Curso de Fotografia, que decorreu entre os dias 20 de setembro e 13 de outubro de 2013, no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha.

A Exposição intitulou-se «Modos de Ver», pois um dos temas abordados na disciplina de Técnicas de Comunicação, de cujo currículo fazem parte conteúdos diretamente ligados ao mundo da comunicação numa vertente preferencialmente visual, designa-se *Modos de ver, Modos de Fazer*. O principal objetivo deste evento é dar a conhecer as

trinta fotografias selecionadas de entre os inúmeros e excelentes trabalhos realizados pelos alunos, tarefa levada a cabo pelo coordenador do curso e alguns professores, tendo-se revelado bastante árdua devido à quantidade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. No entanto, alguns deles já são conhecidos da população caldense, pois integraram exposições individuais organizadas por alguns alunos no âmbito da realização da sua Prova de Aptidão Profissional. Assim, esta atividade teve um forte contributo para o desenvolvimento local numa perspectiva cultural, pois ofereceu aos caldenses uma exposição de alta qualidade.

Assim, com a breve explicação de algumas das inúmeras atividades desenvolvidas pela Escola posso concluir que, atualmente, a E.T.E.O., já conquistou o seu lugar na região e faz parte da identidade local, contribuindo para o seu desenvolvimento social, cultural e económico, sendo o *feedback* da população muito positivo, pois normalmente adere em massa a estas iniciativas e gosta de participar, muitas vezes até tece comentários elogiosos posteriormente nalguns dos meios de comunicação social locais. Em suma, ao longo do tempo da sua existência, a Escola tem dado um forte contributo para o desenvolvimento da região, não só porque promove profissionais altamente qualificados, aptos a desempenhar as suas tarefas com grande competência, como também porque tem proporcionado uma série de atividades que contribuem para o desenvolvimento local a diversos níveis.

Capítulo IV - Conclusões

O sistema de ensino tem sido alterado sucessivamente com o objetivo de o adequar às transformações que a sociedade tem vindo a sofrer ao longo dos tempos. Estas modificações têm-se verificado em todas as áreas do sistema educativo, desde a organização das escolas, os currículos, os requisitos que as pessoas que o frequentam têm de preencher, e até mesmo as políticas educativas, enfim, nada escapou às transformações sociais derivadas da evolução tecnológica.

Pode dizer-se que o ensino profissional foi aquele que mais alterações sofreu, pois se por um lado sempre houve na sociedade «ensino profissional» informal, quando os pais passavam saberes para os filhos no sentido de os dotar de um conjunto de conhecimentos que lhes permitisse desenvolver uma atividade que pudesse patrocinar a sua subsistência, ou dentro das oficinas, quando os mestres transmitiam orgulhosamente os conhecimentos adquiridos pela experiência ao longo dos anos, por outro só a partir de meados do século XX é que passou a ter uma regulamentação legal. Quer isto dizer que a partir de determinada altura a sociedade sentiu necessidade de regulamentar uma realidade que já existia (a aprendizagem de profissões), formalizando-a e estabelecendo em termos legais o funcionamento desta modalidade de ensino.

No entanto, independentemente de todas as alterações que se têm verificado, não podemos dizer que uma modalidade de ensino é mais importante que outra, antes pelo contrário, atualmente existe uma série de alternativas de ensino que permitem aos alunos escolher aquela que mais se adequa às suas necessidades, a que melhor possa ir de encontro às suas expectativas de vida futura. Assim, desde a criação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) que o sistema de ensino português está estruturado de forma a corresponder às expectativas dos jovens, enquanto grupo social sedento de novidades e de conhecimentos que estimulem a sua criatividade.

A Escola Técnica Empresarial do Oeste, objeto de estudo deste trabalho, surgiu num contexto de mudança social e de aparecimento de formas alternativas de educação, pois desde que foi aprovado o Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro, que a educação portuguesa se alterou no sentido de possibilitar aos jovens o ingresso numa escola

diferente, que proporcionasse a escolaridade até ao fim do ensino secundário, a par de um curso profissional com reconhecimento de nível IV na União Europeia.

Após uma análise da realidade que é a E.T.E.O. e o papel que a mesma desempenha no concelho de Caldas da Rainha, passo a enumerar as conclusões a que cheguei:

A E.T.E.O. é uma instituição familiar, não é um mero espaço onde se trocam saberes. É uma escola que se preocupa com cada uma das pessoas que a compõe enquanto ser individual, onde existe uma partilha constante dos mais variados dilemas e se ultrapassam os obstáculos que surgem no caminho a percorrer, em que os momentos de *stress* são transformados em formas de aprender a lidar com problemas de várias espécies, em que as pessoas riem e choram juntas, enfim, é um local em que há uma grande partilha de momentos que, ao proporcionar um conhecimento diversificado, resulta num saber mais amplo. Neste sentido, também é acolhedora, pois a *ratio* da comunidade escolar permite aos alunos sentirem-se bem nas instalações, local onde passam a maior parte dos seus dias, quase como se estivessem em casa, bem como serem conhecidos pelo respetivo nome, ao invés de um qualquer número.

É uma entidade imprescindível porque contribui para a formação dos alunos, para a cidadania plena, assenta num modelo de comunicação entendido como ação, que visa essencialmente a interação entre a competência e a estratégia. Ou seja, a competência estratégica, transversal ao currículo, envolve saber e procedimentos (saber como se faz, onde, quando e com que meios) que fazem do aluno um sujeito ativo e progressivamente mais autónomo no processo de construção das suas próprias aprendizagens. Todas as pessoas que passaram pela Escola, e foram muitas nas mais diversas circunstâncias (só alunos, são mais de 1000), tornaram-se pessoas diferentes, o que tem tido repercussões bastante positivas na comunidade caldense.

A E.T.E.O. é uma escola moderna, não só ao nível das suas recentes instalações (datam de 2005) já descritas anteriormente, como também porque proporciona aos alunos conhecimentos de processos de consulta e pesquisa em vários suportes, de organização de informação, utilização de instrumentos de análise, processadores de texto e de base de dados, correio eletrónico, produção de registo áudio e vídeo, para além daqueles saberes que são específicos de algum dos cursos, naturalmente. Defende que o

paradigma deve assentar nas novas tecnologias, não descurando o ser humano e todas as suas necessidades intrínsecas.

É caracterizada como sendo uma escola solidária, pois incentiva os alunos a trabalhar em grupo, interagindo com os colegas numa perspectiva de trabalho cooperativo, onde o confronto de ideias constitui uma importante estratégia para facilitar a realização de aprendizagens significativas. Entre todos os cursos há uma grande solidariedade, que se traduz na interdisciplinaridade que existe e nas ações conjuntas que desenvolvem, apoiando-se mutuamente. Também promove anualmente inúmeras ações de solidariedade com um grande impacto na comunidade, seja pela ajuda que presta em géneros, ou pelos donativos que recolhe e entrega a quem mais precisa, ou pela colaboração que tem em várias campanhas, por exemplo, de recolha de fundos (a título meramente indicativo, recentemente a Escola associou-se à Liga Portuguesa contra o Cancro e participou no peditório nacional).

Considero que outra das características da E.T.E.O. é ser uma escola comunitária, pois constitui um espaço privilegiado na educação para a cidadania visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos e intervenientes. Incentiva a tomada de consciência da personalidade própria da escola e dos alunos ao promover a participação na vida comunitária, ao desenvolver o espírito crítico, ao contribuir para a construção de uma identidade pessoal, social e cultural. Em suma, promove valores e atitudes conducentes ao exercício de uma cidadania responsável, numa sociedade em permanente mutação, onde o individuo deve afirmar a sua personalidade sem deixar de aceitar e respeitar a dos outros, conhecer e reivindicar os seus direitos, cumprindo os seus deveres, fazendo com que o individuo consiga viver bem consigo e com os outros.

A E.T.E.O. valoriza a experiência, pois o aluno que vem do ensino regular, onde a sua avaliação era exclusivamente feita pelo seu saber científico, ingressa numa escola que tem em conta a sua diferenciação na aquisição dos conteúdos, que valoriza os seus saberes vivenciados. Esta mudança faz com que, um aluno que venha consciente da sua fragilidade cognitiva, numa atitude de comiseração, se vá valorizando quando vê reconhecidas as suas aptidões. O aluno aprende que também pode ensinar, que os seus

saberes individuais podem ser partilhados e valorizados, ou seja, sofre melhorias substanciais na sua autoestima, o que em termos terapêuticos faz uma grande diferença.

É uma escola motivadora porque permite uma igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso educativo dos alunos. Neste sentido, cada Professor: organiza o ensino prevendo a realização de atividades por iniciativa do aluno; promove intencionalmente dentro e fora da sala de aula atividades que permitem aos alunos a expressão da sua criatividade; organiza atividades cooperativas de aprendizagem rentabilizadoras da autonomia e responsabilização. Isto é, o Professor tenta colocar em prática uma série de estratégias que lhe permite cativar os alunos e fazer com que eles produzam trabalhos livres e concebidos individualmente por cada um.

Porque as atitudes têm alma, são a intelectualização de emoções, a E.T.E.O. é uma escola humana, pois é feita por pessoas para pessoas, o que significa que, aliado ao rigor científico está inerente ao ensino/aprendizagem um conjunto de valores (a honra, a verdade, a solidariedade, etc.) que são simultaneamente inculcados ao aluno.

Em suma, a E.T.E.O. é enriquecedora (proporciona formas educativas adaptadas a todos os tipos de exigência oferecendo aos alunos uma modalidade de ensino/aprendizagem alternativa ao sistema de ensino regular), construtora (vive na busca incessante dos melhores métodos de transmissão de conhecimentos adaptados a cada um, construindo os saberes que vão ficando acumulados, permitindo aos jovens um desenvolvimento que lhes possibilite formação e orientação profissional), participativa (intervém junto da comunidade em diversas ações promovidas e/ou desenvolvidas por ela ou outras entidades, por exemplo, é frequentemente notícia nos jornais regionais pelas ações às quais a escola é associada), diversificada (dispõe de um variado leque de cursos - 15), empreendedora (possibilita aos alunos o contacto direto com o mundo do trabalho, dotando-os de experiência profissional, proporcionando-lhes uma preparação adequada para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos) e inovadora, pois ao desenvolver a comunidade através da qualificação diversificada dos recursos humanos locais, está a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico local, regional e nacional. A E.T.E.O. é uma escola diferente.

Desta forma, esta escola profissional desempenha um importante papel na região em que se insere no sentido em que contribui amplamente para o desenvolvimento da comunidade caldense: em primeiro lugar, porque forma indivíduos com competências técnicas e cívicas que serão os cidadãos da sociedade do futuro, não só da cidade de Caldas da Rainha, como também ao nível do território nacional e do espaço europeu; em segundo lugar, reforça a qualificação dos recursos humanos ao transmitir aos alunos conhecimentos técnicos que lhes permitem desempenhar uma profissão, o que para o tecido empresarial da cidade de Caldas da Rainha é muito importante e de extrema utilidade; em terceiro lugar, devido ao envolvimento que tem com as empresas e entidades, públicas e privadas, que são a força motora do desenvolvimento de qualquer sociedade, nomeadamente pelas parcerias e protocolos que estabelece com as mesmas nas mais diversas circunstâncias; em quarto lugar, porque é uma escola que tem um papel ativo na comunidade, não só pelas ações que toma a iniciativa de desenvolver, como também pela participação que tem nos projetos e desafios que abraça lançados por outras entidades, quer sejam, nomeadamente, de solidariedade, ambientais, cívicos ou de animação. Pelo que se conclui que a Escola em análise contribui para o desenvolvimento local, uma vez que, tal como afirma A. Cabugueira (2000), este processo só é possível (referindo-se ao desenvolvimento de um território específico) se se *«fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo.»*, tarefas que fazem parte das atribuições da E.T.E.O..

Na minha opinião o sucesso escolar da E.T.E.O. implica, não só a inserção no mercado de trabalho, as competências e o rigor assumidos publicamente pela comunidade escolar, mas também a reversão numa sociedade mais informada e até mais feliz. A E.T.E.O. tem contribuído, ao longo de várias parcerias, para dinamizar e humanizar a sociedade. Numa época de crise, depara com alunos em atividades diversificadas pela cidade de Caldas da Rainha, faz com que os habitantes valorizem a Escola e consequentemente influenciem também positivamente os alunos e as estratégias adotadas pela própria Escola. O contacto humano tem uma importância crucial no contacto de qualquer ser, pelo que as atividades pensadas numa maior aproximação ao outro têm sido uma constante preocupação da E.T.E.O..

Assim, a Escola Técnica Empresarial do Oeste tem um impacto muito positivo no concelho de Caldas da Rainha, contribui para o desenvolvimento económico da região e já faz parte da identidade regional, sendo reconhecida pela população como uma mais valia específica para os jovens, empresários e famílias caldenses, bem como para a população em geral, pois impulsiona atividade *«que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local.»* (A. Cabugueira, 2000).

Referências bibliográficas:

- Almeida, João Ferreira e Pinto, José Madureira (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Barroso, J.(2005), *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Livraria Aberta.
- Bell, Judith (2000), *Como realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Boudon, Raymond (1990), *Os Métodos em Sociologia*. Lisboa: Edições Rolim.
- Cabrito, B. G., Chambel, M^a José, Curral, Luís (1997), *Psicossociologia 11^o ano*. Lisboa: Texto Editora.
- Cabugueira, Artur (2005), «Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de Alguns Aspetos da Política Económica Regional», *Revista Lusófona de Educação*, 5, 63-83.
- Cardim, José C. (1999), «O Sistema de Formação Profissional em Portugal», *Monografia sob a responsabilidade do INOFOR-Instituto para a Inovação na Formação*. Grécia: Tessalónica - CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional).
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998), *Metodologia da investigação: Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.175-178.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007), *Research methods in education*. Londres: Routledge.
- Coutinho, Clara P. (2005), «Percurso da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal», *Revista Portuguesa de Educação*, 208-216.
- Diaz, A.S. (2006) «Uma aproximação à Pedagogia-Educação Social», *Revista Lusófona de Educação*, 7, 91-104.
- Ferreira, Joaquim Gomes (1898), *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

-
- Fragoso, António (2005), «Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas». *Revista Lusófona de Educação*, 5, 63-83.
 - Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito*. Lisboa: Celta.
 - Glaser, Barney G & Strauss, Anselm L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine Publishing Company.
 - Gomez, Gregório R, Flores, Javier, Jimènez, Eduardo (1996) *Metodologia de la investigacion cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
 - Lopes, Marcelino de Sousa (2006), *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
 - Marques, A. H. Oliveira (1978), *História da 1ª Republica Portuguesa, As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
 - Marshall, Catherine & Rossman, Grechen B. (1995). *Designing Qualitative Research*. London: Thousand Oaks, Sage Publications.
 - Mendonça, Ana W. P. Campos (2005), «A Reforma Pombalina dos estudos secundários e seu impacto no processo de profissionalização do professor». *Revista Educação*, 30 (2).
 - Ministério da Educação e da Ciência (2012), *Estatísticas da Educação 2010/2011*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência.
 - Oliveira, M^a da Luz, Pais, M^a João, Cabrito, B.G. (1999). *Sociologia 12º ano*. Lisboa: Texto Editora.
 - Patton, Michael Quinn (1990). «*Qualitative Evaluation and Research Methods*». *Qualitative Evaluation Methods* , 532.
 - Pimenta, Paulo S. P. (2006), «Do “Plano dos Centenários” À Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real», *Tese de mestrado em educação, área de especialização história da educação e pedagogia*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

-
- Raynond, Quivy & Campenhoudt, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 282.
 - Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez Editora.
 - Silva, Edna L. e Menezes, Estera Muszkat (2005), «Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação», 4ª ed. revista e atualizada. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
 - SILVA, Elsa e Moinhos, Rosa (2010), «*Animação Sociocultural - Módulos Obrigatórios*». Lisboa: Plátano Editora.
 - Silva, Elsa e Moinhos, Rosa (2010), «*Animação Sociocultural - Módulos Opcionais*». Lisboa: Plátano Editora.
 - Stake, Robert E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
 - Stoer, Stephen R. (1983). «A reforma de Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?». *Análise Social*, 19 (77-78-79), 793-822.
 - Stoer, Stephen R. (1999). «Educação e 25 anos de 25 de Abril». *Educação, Sociedade & Culturas*, 11, 3-7.
 - Stoer, Stephen R. (2008). «Notas sobre o desenvolvimento da sociologia da educação em Portugal». *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 113-132.
 - Yin, R. K. (2005). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Legislação:

- ✓ Constituição República Portuguesa
- ✓ Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio
- ✓ Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro

-
- ✓ Decreto-Lei 401/91, de 16 de outubro de 1991
 - ✓ Decreto-Lei 405/91, de 16 de outubro de 1991
 - ✓ Decreto-lei n.º 4/98, de 8 de janeiro
 - ✓ Decreto Lei n.º 74/2004, de 26 de março
 - ✓ Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro
 - ✓ Decreto Lei n.º 139/2012, de 5 de julho
 - ✓ Decreto Lei n.º 91/2013, de 10 de julho
 - ✓ Despacho normativo n.º 140-A/78 de 22 de junho
 - ✓ Despacho n.º 14 758/2004, de 23 de julho
 - ✓ Despacho conjunto n.º 287/2005, de 4 de abril
 - ✓ Estatutos da Escola Técnica Empresarial do Oeste
 - ✓ Lei 5/73, de 5 de julho
 - ✓ Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)
 - ✓ Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto
 - ✓ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto
 - ✓ Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro
 - ✓ Portaria 550-C/2004, de 21 de maio
 - ✓ Portaria n.º 256/2005, de 16 de março
 - ✓ Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho
 - ✓ Portaria 74-A, de 15 de Fevereiro de 2013
 - ✓ Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março

- ✓ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida, - JO, n.º C 111, de 6 de maio de 2008

Webgrafia:

- A Entrevista. DEFCUL 2004/2005, Mestrado em Educação. Página consultada em julho de 2013, <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/entrevistat2.pdf>>
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Página consultada em outubro de 2012, <<http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>>
- Associação Nacional de Escolas Profissionais. consultada em outubro de 2012, <<http://www.anespo.pt>>
- Base de Dados Portugal Contemporâneo Fundação Manuel dos Santos. *Pordata*. <<http://www.pordata.pt>>
- Banco Alimentar. Página consultada a maio de 2013, <<http://lisboa.bancoalimentar.pt/article/2>>
- Centro de Investigação para Tecnologias Interativas - Faculdade de Ciências Sociais e -Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Página consultada em outubro de 2012, <www.citi.pt>
- Dicionário - Priberam. <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=site>>
- Direção Geral da Educação. Página consultada em outubro de 2012, <<http://euroguidance.gov.pt/index.php?c=int&id=2>>
- Ensinar, Educar e Instruir, três nomes para designar o Mesmo?, Olga Pombo. Página consultada em janeiro de 2013, <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/jogo/index.htm>>
- E-portefólio Metodologias Investigação Educação. Método de Recolha de dados. Página consultada em julho de 2013, <<http://e-portefolio-mie.blogspot.pt/2009/11/metodo-de-recolha-de-dados-por.html>>

-
- Escola Profissional de Lamego. Página consultada em janeiro de 2013, <<http://escopal.com/site/documentacao/legislacao>>
 - Escolas Profissionais, Um mundo de novas oportunidades. Página consultada em janeiro de 2013, <<http://www.escolasprofissionais.com.pt/vantagens.htm>>
 - Escola Técnica Empresarial do Oeste. Página consultada em outubro de 2012, <<http://eteo-apepo.com/>>
 - *Ius Lusitaniae*, Fontes Históricas de Direito Português. Página consultada em outubro de 2012, <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=699 >
 - Metodologias de Investigação. Reflexões sobre o trabalho na u.c. de Metodologias de Investigação em Contexto Online do Mestrado de Pedagogia do E-Learning. Página consultada a julho de 2013, <<http://metinvestiga.wordpress.com/2009/12/06/a-entrevista/> >
 - Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Página consultada a dezembro de 2012, <<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>>
 - Ministério da Educação e Ciência, *link* O Ministério e os Memorandos - Principais objetivos. Página consultada a maio de 2013, <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/o-ministerio-e-os-memorandos/o-ministerio-e-os-memorandos.aspx>>
 - Ministério da Educação (2012), Relatório das Estatísticas da Educação 2010/2011. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e Direção de Serviços de Estatísticas da Educação. Página consultada em maio 2013, <<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsID=565&fileName=EEF2011.pdf>>
 - Navegando da Educação - Carlos Fontes. Página consultada em outubro de 2012, <<http://educar.no.sapo.pt/>>

- NÓVOA, António (1999), «Para uma análise das instituições escolares». Página consultada a novembro de 2012, <www.escolabarao.com.br/pdf/texto2/files/publication.pdf>
- Operação Nariz Vermelho. Página consultada a maio de 2013, <<http://www.narizvermelho.pt/>>
- Solidariedade Social. Página consultada a maio de 2013, <<http://solidariedadesocial.net/o-que-e-solidariedade-social/>>
- Trabalho elaborado por: Marta Barroso PG 7690. Página consultada em outubro de 2012, <<http://claracoutinho.wikispaces.com/Estudo+de+Caso>>
- Universidade de Coimbra. História da Universidade. Página consultada a outubro de 2012, <http://www.uc.pt/senado/Historia_UC/UC/index>

ANEXOS

APEPO – Associação Para O Ensino Profissional Do Oeste

ESCOLA TÉCNICA EMPRESARIAL DO OESTE

DECLARAÇÃO

Filomena Maria Marques Seabra Rodrigues, na qualidade de Presidente da Direção e Luís Manuel de Sá Lopes, na qualidade de Diretor Pedagógico da Escola Técnica Empresarial do Oeste, declaram que autorizam Mariana Soares Monterroso Calado da Maia Soares da Bernarda, professora desta Escola, a realizar a sua dissertação de mestrado intitulada «*O Impacto que a Escola Técnica Empresarial do Oeste tem na comunidade educativa de Caldas da Rainha*», no âmbito do 12º Mestrado de Gestão e Administração Educacional da Universidade Aberta.

Caldas da Rainha, 12 de Novembro de 2012.



A Direção

F. Marques Maria Marques Seabra Rodrigues
Luís Manuel de Sá Lopes

Entrevista a realizar ao Diretor Pedagógico da Escola Técnica Empresarial do Oeste, Dr. Luís Sá Lopes

Introdução

Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação do Mestrado de Administração e Gestão Educacional e pretende investigar um problema relacionado com a existência e permanência da Escola Técnica Empresarial do Oeste no concelho de Caldas da Rainha.

Tendo em conta a evolução das diferentes áreas da sociedade em que nos inserimos, nomeadamente a educativa, bem como todos os circunstancialismos históricos, políticos, económicos e socioculturais que dão um forte contributo ao seu desenvolvimento, e considerando que a educação é uma área de grande sensibilidade na formação e crescimento dos cidadãos, pessoas ativas que são o futuro do nosso país, é de toda a pertinência investigar e compreender uma parcela, ainda que pequena, do sistema educativo português.

Desta forma, centrando este estudo no ensino profissional, mais concretamente na escola profissional de Caldas da Rainha, Escola Técnica Empresarial do Oeste, o objetivo é responder à pergunta de investigação formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», bem como compreender qual é o papel que a E.T.E.O. tem na região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Caracterização da entrevista

A entrevista vai ser do tipo semiestruturada, permitindo ao entrevistado respostas abertas que, não obstante a conversa centrar o seu foco principal no guião previamente elaborado, lhe permitem um determinado grau de liberdade. O objetivo geral da entrevista é aferir, do ponto de vista da Direção Pedagógica da Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), qual o papel que a E.T.E.O. desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

A entrevista será realizada na E.T.E.O., no seu gabinete de trabalho, em data a definir, e terá o seguinte guião:

Guião da Entrevista

	Temas	Objetivos	Questões
Tema A	O projeto E.T.E.O.	Compreender a necessidade de criação da E.T.E.O.	1- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha? 2- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?
Tema B	A estrutura funcional da E.T.E.O.	Caracterizar a estrutura, organização e funcionamento da E.T.E.O.	3- Quais são os princípios da ação educativa da Escola? 4- Como se caracteriza a filosofia institucional da Escola? 5- Qual é a estrutura funcional da Escola?
Tema C	A razão de ser da E.T.E.O.	Definir o lugar da Escola no Concelho de Caldas da Rainha Conhecer as necessidades educativas da região	6- A que questões educacionais esta Escola visa responder? 7- Como se justifica o crescimento da Escola? 8- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?
Tema D	Importância da E.T.E.O. na região	Analisar o impacto que a Escola tem na região Verificar o contributo da Escola para a economia local	9- Como se caracteriza o relacionamento que a Escola tem com as entidades proprietárias? 10- Que papel tem a Escola na economia da região?

Obrigada pela colaboração!

Entrevista a realizar à Presidente da Direção da Escola Técnica Empresarial do Oeste, Dr.^a Filomena Rodrigues

Introdução

Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação do Mestrado de Administração e Gestão Educacional e pretende investigar um problema relacionado com a existência e permanência da Escola Técnica Empresarial do Oeste no concelho de Caldas da Rainha.

Tendo em conta a evolução das diferentes áreas da sociedade em que nos inserimos, nomeadamente a educativa, bem como todos os circunstancialismos históricos, políticos, económicos e socioculturais que dão um forte contributo ao seu desenvolvimento, e considerando que a educação é uma área de grande sensibilidade na formação e crescimento dos cidadãos, pessoas ativas que são o futuro do nosso país, é de toda a pertinência investigar e compreender uma parcela, ainda que pequena, do sistema educativo português.

Desta forma, centrando este estudo no ensino profissional, mais concretamente na escola profissional de Caldas da Rainha, Escola Técnica Empresarial do Oeste, o objetivo é responder à pergunta de investigação formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», bem como compreender qual é o papel que a E.T.E.O. tem na região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Caracterização da entrevista

A entrevista vai ser do tipo semiestruturada, permitindo à entrevistada respostas abertas que, não obstante a conversa centrar o seu foco principal no guião previamente elaborado, lhe permitem um determinado grau de liberdade. O objetivo geral da entrevista é aferir, do ponto de vista da Presidente da Direção da Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), qual o papel que a E.T.E.O. desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

A entrevista será realizada na E.T.E.O., no seu gabinete de trabalho, em data a definir, e terá o seguinte guião:

Guião da Entrevista

	Temas	Objetivos	Questões
Tema A	A razão de ser da E.T.E.O.	Compreender as razões da existência da E.T.E.O. Definir o lugar da Escola no Concelho de Caldas da Rainha	1- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha? 2- A que questões educacionais esta Escola visa responder? 3- Como se justifica o crescimento da Escola?
Tema B	A estrutura funcional da E.T.E.O.	Caracterizar a estrutura, organização e funcionamento da E.T.E.O.	4- Quais são os princípios da ação educativa da Escola? 5- Como se caracteriza a filosofia institucional da Escola? 6- Qual é a estrutura funcional da Escola?
Tema C	Importância da E.T.E.O. na região	Analisar o impacto que a Escola tem na região Verificar o contributo da Escola para a economia local	7- Como se caracteriza o relacionamento que a Escola tem com as entidades proprietárias? 8- Que papel tem a Escola na economia da região? 9- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?

Obrigada pela colaboração!

Entrevista a realizar ao Vereador da Educação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Dr. Tinta Ferreira

Introdução

Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação do Mestrado de Administração e Gestão Educacional e pretende investigar um problema relacionado com a existência e permanência da Escola Técnica Empresarial do Oeste no concelho de Caldas da Rainha.

Tendo em conta a evolução das diferentes áreas da sociedade em que nos inserimos, nomeadamente a educativa, bem como todos os circunstancialismos históricos, políticos, económicos e socioculturais que dão um forte contributo ao seu desenvolvimento, e considerando que a educação é uma área de grande sensibilidade na formação e crescimento dos cidadãos, pessoas ativas que são o futuro do nosso país, é de toda a pertinência investigar e compreender uma parcela, ainda que pequena, do sistema educativo português.

Desta forma, centrando este estudo no ensino profissional, mais concretamente na escola profissional de Caldas da Rainha, Escola Técnica Empresarial do Oeste, o objetivo é responder à pergunta de investigação formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», bem como compreender qual é o papel que a E.T.E.O. tem na região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Caracterização da entrevista

A entrevista vai ser do tipo semiestruturada, permitindo ao entrevistado respostas abertas que, não obstante a conversa centrar o seu foco principal no guião previamente elaborado, lhe permitem um determinado grau de liberdade. O objetivo geral da entrevista é aferir, do ponto de vista da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, na pessoa do seu Vereador da Educação, Dr. Tinta Ferreira, qual o papel que a Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.) desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

A entrevista será realizada na Câmara Municipal de Caldas da Rainha, no seu gabinete de trabalho, em data a definir, e terá o seguinte guião:

Guião da Entrevista

	Temas	Objetivos	Questões
Tema A	O projeto E.T.E.O.	Compreender a necessidade de criação da E.T.E.O.	<p>1- Porque é que foi criada esta Escola no concelho de Caldas da Rainha?</p> <p>2- Como se desenvolveu o processo de criação da E.T.E.O.?</p>
Tema B	A razão de ser da E.T.E.O.	Caracterizar o Concelho em termos educacionais Conhecer as necessidades educativas da região	<p>3- A que questões educacionais esta escola visa responder?</p> <p>4- Como se justifica o crescimento da escola?</p>
Tema C	Importância da E.T.E.O. na região	Analisar o impacto que a escola tem na região Verificar se a identidade local inclui a E.T.E.O.	<p>5- Como se caracteriza o relacionamento que a escola tem com as entidades proprietárias?</p> <p>6- Que papel tem a escola na economia da região?</p> <p>7- Considera que a identidade regional inclui a E.T.E.O.? Porquê?</p>

Obrigada pela colaboração!

Entrevista a realizar à responsável pelo Gabinete do GOAIMT da Escola Técnica Empresarial do Oeste, Dr.^a Maria José Gomes

Introdução

Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação do Mestrado de Administração e Gestão Educacional e pretende investigar um problema relacionado com a existência e permanência da Escola Técnica Empresarial do Oeste no concelho de Caldas da Rainha.

Tendo em conta a evolução das diferentes áreas da sociedade em que nos inserimos, nomeadamente a educativa, bem como todos os circunstancialismos históricos, políticos, económicos e socioculturais que dão um forte contributo ao seu desenvolvimento, e considerando que a educação é uma área de grande sensibilidade na formação e crescimento dos cidadãos, pessoas ativas que são o futuro do nosso país, é de toda a pertinência investigar e compreender uma parcela, ainda que pequena, do sistema educativo português.

Desta forma, centrando este estudo no ensino profissional, mais concretamente na escola profissional de Caldas da Rainha, Escola Técnica Empresarial do Oeste, o objetivo é responder à pergunta de investigação formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», bem como compreender qual é o papel que a E.T.E.O. tem na região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Caracterização da entrevista

A entrevista vai ser do tipo semiestruturada, permitindo ao entrevistado respostas abertas que, não obstante a conversa centrar o seu foco principal no guião previamente elaborado, lhe permitem um determinado grau de liberdade. O objetivo geral da entrevista é aferir, do ponto de vista do GOAIMT da Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), qual o papel que a E.T.E.O. desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

A entrevista será realizada na E.T.E.O., no seu gabinete de trabalho, em data a definir, e terá o seguinte guião:

Guião da Entrevista

	Temas	Objetivos	Questões
Tema A	A razão de ser da E.T.E.O.	Definir o lugar da Escola no Concelho de Caldas da Rainha	<p>1- A que questões educacionais esta Escola visa responder?</p> <p>2- Como se justifica o crescimento da Escola?</p>
Tema B	Importância da E.T.E.O. na região	<p>Analisar o impacto que a Escola tem na região</p> <p>Verificar o contributo da Escola para a economia local</p>	<p>3- Como é o relacionamento que a Escola tem com as entidades que ministram formação em contexto de trabalho?</p> <p>4- Como se caracteriza a inserção dos alunos no mercado de trabalho?</p> <p>5- Qual é o papel da Escola na economia da região?</p> <p>6- Quais as estratégias que têm vindo a ser adotadas para a continuação da Escola?</p>

Obrigada pela colaboração!

Entrevista a realizar à representante da empresa Auto-Júlio, entidade que ministra formação em contexto de trabalho aos alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste, Dr.^a Zita Agostinho

Introdução

Este trabalho está a ser realizado no âmbito da dissertação do Mestrado de Administração e Gestão Educacional e pretende investigar um problema relacionado com a existência e permanência da Escola Técnica Empresarial do Oeste no concelho de Caldas da Rainha.

Tendo em conta a evolução das diferentes áreas da sociedade em que nos inserimos, nomeadamente a educativa, bem como todos os circunstancialismos históricos, políticos, económicos e socioculturais que dão um forte contributo ao seu desenvolvimento, e considerando que a educação é uma área de grande sensibilidade na formação e crescimento dos cidadãos, pessoas ativas que são o futuro do nosso país, é de toda a pertinência investigar e compreender uma parcela, ainda que pequena, do sistema educativo português.

Desta forma, centrando este estudo no ensino profissional, mais concretamente na escola profissional de Caldas da Rainha, Escola Técnica Empresarial do Oeste, o objetivo é responder à pergunta de investigação formulada no respetivo título: qual é «*O Impacto da Escola Técnica Empresarial do Oeste na Comunidade Educativa no Concelho de Caldas da Rainha*», bem como compreender qual é o papel que a E.T.E.O. tem na região, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

Caracterização da entrevista

A entrevista vai ser do tipo semiestruturada, permitindo à entrevistada respostas abertas que, não obstante a conversa centrar o seu foco principal no guião previamente elaborado, lhe permitem um determinado grau de liberdade. O objetivo geral da entrevista é aferir, do ponto de vista de uma empresa da região que ministra formação em contexto de trabalho a alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste (E.T.E.O.), qual o papel que a E.T.E.O. desempenha na região em que se insere, nomeadamente no concelho de Caldas da Rainha.

A entrevista será realizada na E.T.E.O., no seu gabinete de trabalho, em data a definir, e terá o seguinte guião:

Guião da Entrevista

	Temas	Objetivos	Questões
Tema A	Importância da E.T.E.O. na região	Analisar o impacto que a Escola tem na região Verificar o contributo da Escola para a economia local	1- Como é que a Escola se relaciona com as empresas que ministram formação em contexto de trabalho, nomeadamente com a empresa Auto-Júlio? 2- Como caracteriza a formação ministrada pela E.T.E.O.? 3- Qual é o papel da Escola na economia da região?

Obrigada pela colaboração!



**ESTATUTOS
DA
ESCOLA TÉCNICA EMPRESARIAL DO OESTE**

**CAPÍTULO I
Criação, duração, regime, objeto e local do estabelecimento**

**Artigo 1º
Criação, duração, regime, e tutela**

1. A APEPO – Associação Para O Ensino Profissional do Oeste, adiante designada por APEPO, é uma pessoa coletiva de direito privado, de utilidade pública geral e sem fins lucrativos, titular do Cartão de Pessoa Coletiva nº 504577484, cujos Estatutos constam de escritura pública, de 30 de julho de 1999, lavrada no Primeiro Cartório Notarial de Caldas da Rainha.
2. A APEPO cria por tempo indeterminado, a escola profissional denominada Escola Técnica Empresarial do Oeste, adiante designada por ETEO, constituindo-se, para todos os efeitos legais, como sua entidade proprietária.
3. A ETEO rege-se pela lei que estabelece o regime das escolas profissionais privadas, pelos presentes Estatutos e, nos casos omissos, pelos Estatutos da APEPO.
4. ETEO está sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação.

**Artigo 2º
Objeto e Atribuições**

1. A ETEO tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas no âmbito do ensino e formação profissional.
2. A ETEO pode, ainda, organizar outras atividades de educação e de formação para aproveitamento dos seus recursos e em resposta às necessidades locais.
3. São atribuições da ETEO:
 - a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
 - b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais, do respetivo tecido económico e social;
 - c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
 - d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a implementação de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento regional e local;

- e) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos;
 - f) Contribuir para o desenvolvimento cultural e científico da região, promovendo seminários e colóquios de interesse geral, em parceria com as instituições locais e regionais.
4. Para realização das suas atribuições, a APEPO confere, nos termos previstos na lei, diplomas de certificação profissional que garantem uma qualificação no mercado de trabalho e, bem assim, desenvolve medidas de inserção na vida ativa com finalidade de promover a integração e o acompanhamento profissional dos seus diplomados.

Artigo 3º **Local do estabelecimento**

A ETEO tem o seu centro de atividade, em estabelecimento situado na Rua Cidade de Abrantes, nº 8, em Caldas da Rainha.

CAPÍTULO II **Órgãos, composição e competências**

Artigo 4º **Órgãos da Entidade Proprietária**

Os órgãos da APEPO exercem competências sobre a ETEO, sem prejuízo das especificidades relativas à Direção Técnico-Pedagógica.

Artigo 5º **Órgãos da ETEO**

São órgãos da ETEO:

- a) A Direção Técnico-Pedagógica;
- b) O Conselho Pedagógico;
- c) O Conselho Geral

Artigo 6º **Direção Técnico- Pedagógica**

1. A Direção Técnico-Pedagógica é composta por:
 - a) Presidente da Direção;
 - b) Diretor Pedagógico;
 - c) Um Professor designado pela Direção da APEPO.
2. A Direção Técnico-Pedagógica deve ser assumida por professores habilitados para o exercício da docência ao nível do ensino secundário ou do ensino superior e com habilitação ou experiência pedagógica;
3. São competências da Direção Técnico-Pedagógica:
 - a) Organizar e oferecer os cursos e demais atividades de formação, incluindo definir o

- perfil de acesso, promover as inscrições e selecionar os candidatos, e certificar os conhecimentos adquiridos;
- b) Conceber e formular o projeto educativo da ETEO, adotar os métodos necessários à sua realização, assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos alunos e realizar práticas de inovação pedagógica;
 - c) Representar a ETEO junto do Ministério da Educação em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 - d) Elaborar os normativos específicos respeitantes à Formação em Contexto de Trabalho, à Prova de Aptidão Profissional e outros de natureza pedagógica;
 - e) Planificar as atividades curriculares;
 - f) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
 - g) Garantir a qualidade de ensino;
 - h) Efetuar a avaliação de desempenho do pessoal docente;
 - i) Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos professores e alunos da ETEO, promover diligências e emitir parecer sobre questões de natureza disciplinar.
4. As deliberações da Direção Técnico-Pedagógica são tomadas por maioria.
 5. As competências previstas no número 3. do presente artigo, serão asseguradas na sua aplicação pelo Diretor Pedagógico, ou na sua falta ou impedimento, pelo Presidente da Direção;
 6. A Direção Técnico-Pedagógica é responsável pelos atos praticados no exercício das suas funções.

Artigo 7º

Conselho Pedagógico

1. O Conselho Pedagógico é composto por:
 - a) Presidente da Direção;
 - b) Diretor Pedagógico;
 - c) Coordenadores de Curso.
2. O Conselho Pedagógico é um órgão consultivo, que se pronuncia sobre as matérias submetidas ao seu parecer pela Direção Técnico-Pedagógica, designadamente sobre:
 - a) O Projeto Educativo da ETEO;
 - b) Os cursos profissionais e outras atividades de formação;
 - c) As atividades curriculares e sua planificação;
 - d) Os regulamentos específicos da Formação em Contexto de Trabalho e da Prova de Aptidão Profissional.
3. O Conselho Pedagógico é presidido pelo Diretor Pedagógico.
4. As deliberações do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria dos membros presentes.
5. O Conselho Pedagógico reúne, ordinariamente, duas vezes por período letivo, e extraordinariamente, sempre que necessário, dispensando-se todas as formalidades, salvo a que se refere à indicação da ordem de trabalhos.

Artigo 8º

Conselho Geral

- 1- O Conselho Geral é um órgão consultivo composto por:

- a) Um representante de cada associado da APEPO;
 - b) Os membros da Direção da APEPO;
 - c) Três representantes dos docentes;
 - d) Dois representantes dos pais e/ou encarregados de educação;
 - e) Dois representantes dos alunos.
2. O Conselho Geral é presidido pelo Presidente da Direção e as suas deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.
 3. O Conselho Geral exerce competências consultivas sobre as seguintes matérias:
 - a) Projeto Educativo da ETEO;
 - b) Cursos profissionais;
 - c) Outras atividades de educação e de formação.
 4. O Conselho Geral reúne uma vez por ano, ou quando o Presidente da Direção, por sua iniciativa ou a pedido da Assembleia Geral da APEPO, o considerar necessário para apreciação das matérias objeto das suas competências.

CAPÍTULO III Funcionamento

Artigo 9º Disposições Gerais

Sempre que a ETEO desenvolver, no âmbito dos seus estatutos, atividades sujeitas a regime legal diferente daquele que consta neste capítulo, será elaborado um regulamento específico.

Artigo 10º Candidaturas

Os requisitos das candidaturas serão divulgados anualmente, de acordo com o tipo de formação oferecida e regulamentos aplicáveis.

Artigo 11º Organização do Calendário Escolar

1. A duração normal dos cursos é de três anos letivos.
2. Cada curso está organizado em três componentes: sociocultural, científica e técnica.
3. Cada componente por sua vez, está organizada em áreas disciplinares e cada área disciplinar é formada por um conjunto de módulos.
4. O ano letivo, em regra, terá início em setembro e terminará em julho. Será organizado em trimestres letivos, ocorrendo o momento da formalização da avaliação no final de cada um

deles, em Conselho de Turma.

5. As interrupções letivas, corresponderão, sempre que possível, às estabelecidas para o ensino regular, no que diz respeito ao Natal, Carnaval e Páscoa.
6. A ETEO, quando necessário, criará períodos especiais para conclusão dos cursos (módulos em atraso e/ou Prova de Aptidão Profissional) que decorrerão em prazo a definir, obrigando-se os alunos ao cumprimento dos calendários fixados e ao pagamento de propinas, definidos em cada ano letivo.

Artigo 12º

Estrutura Modular

1. As disciplinas dos planos de estudos dos cursos da ETEO organizam-se por módulos, que constituem unidades mínimas de aprendizagem significativa.
2. A estrutura modular implica o seu desenvolvimento integrado, permitindo a constituição de macromódulos ou módulos integradores, que resultem do trabalho de planificação da equipa de professores do curso, na procura de experiências transversais no currículo, com vista à produção de uma aprendizagem mais significativa e motivada, e de uma racionalização no processo de ensino.

Artigo 13º

Sistema de avaliação

1. A avaliação tem por objetivo central, fornecer ao aluno elementos que lhe permitam gerir da melhor forma o seu próprio processo de aprendizagem e fornecer dados, que possibilitem ao professor uma melhor monitorização do processo de ensino e à ETEO ou a qualquer dos seus intervenientes, identificar as mudanças necessárias, com vista ao sucesso e à melhoria das condições de ensino/aprendizagem.
2. Neste sentido a avaliação deve ser contínua, diversificada e participada, de modo a que não se diluam as responsabilidades de todos os seus intervenientes internos e externos.
3. A avaliação deve referir-se essencialmente, aos objetivos cognitivos, técnicos e relacionais, predefinidos para cada módulo, depois de identificados os pré-requisitos e competências de partida.
4. No final de cada módulo, é registada a respetiva avaliação para efeitos sumativos; o aluno deve ser informado sobre as suas dificuldades e estratégias para superação das mesmas.

Artigo 14º

Progressão

1. O regime de progressão é por módulos, sendo apenas publicada nos finais de período, a nota de cada módulo igual ou superior a 10 valores.
2. Os módulos em atraso, deverão ser concluídos nas duas semanas seguintes, ao momento em que o aluno tiver conhecimento da não obtenção de aprovação (1ª Prova de recuperação por falta de aproveitamento), ou não sendo possível, logo que a Escola tenha

condições para organizar os recursos adequados para o efeito.

3. Em caso de não conclusão, a sua repetição deverá ser feita em épocas especiais, a definir pela Direção Técnico-Pedagógica.
4. A repetição de módulos deverá ser solicitada pelo aluno, através de requerimento dirigido ao Diretor Pedagógico.
5. A segunda repetição de um módulo e seguintes, implicará o pagamento de propina definida anualmente.

Artigo 15º

Formação em Contexto de Trabalho e Prova de Aptidão Profissional

1. A Formação em Contexto de Trabalho (FCT), faz parte do Plano de Estudos de cada Curso, realiza-se em empresas ou noutras organizações de acordo com um Plano Individual de Formação previamente definido para o aluno, e engloba um conjunto de atividades profissionais que são desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da Escola e visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais, relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado.
2. A FCT será realizada nos termos de regulamento interno específico, elaborado com base nas orientações da Direção Técnico-Pedagógica onde está definida a organização e desenvolvimento da mesma, bem como a sua avaliação.
3. A realização da FCT, implica sempre, a assinatura pelas partes envolvidas de um Protocolo, de que faz parte integrante o Plano Individual de Formação do aluno.
4. A Prova de Aptidão Profissional (PAP) faz parte integrante da avaliação e constitui um momento final no processo de desenvolvimento curricular previsto no Plano de Estudos do Curso e faz parte integrante da avaliação.
5. A PAP deverá possuir, nos termos da legislação em vigor, uma natureza de projeto interdisciplinar integrador de todos os saberes e capacidades desenvolvidas ao longo do curso.
6. A PAP será realizada nos termos de regulamento interno específico, elaborado com base nas orientações da Direção Técnico-Pedagógica.

Artigo 16º

Regime de Faltas e Assiduidade

1. É obrigatória a frequência de todas as áreas disciplinares, previstas no Plano de Estudos de cada curso.
2. Tendo em conta o carácter profissionalizante da ETEO, considera-se a pontualidade e a assiduidade como elementos indispensáveis na formação cívica e no sentido de responsabilidade, que deverão integrar a avaliação dos alunos.
3. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa, caso tenha havido lugar a inscrição.

4. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.
5. São consideradas justificadas, as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a) Doença do aluno, devendo a escola ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
 - b) Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
 - c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar, previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
 - d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
 - e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
 - h) Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
 - i) Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - j) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
 - k) Cumprimento de obrigações legais, que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - l) Outro fato impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pela direção da escola ou pelo diretor de turma;
 - m) As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
 - n) Outros factos previstos no regulamento interno da escola;
6. Todas as faltas dos alunos, deverão ser justificadas, sendo o pedido de justificação de faltas apresentado pelos pais ou encarregado de educação ou, quando o aluno for maior de idade, pelo próprio, ao diretor de turma, por escrito, em impresso próprio fornecido pela ETEO.
7. O diretor de turma, deve solicitar, aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno, quando maior, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, qualquer entidade que para o efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.
8. O pedido de justificação de faltas é apresentado previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3º dia útil subsequente à verificação da mesma.

9. Nos casos em que, decorrido o prazo referido no número anterior, não tenha sido apresentada justificação para as faltas, ou a mesma não tenha sido aceite, deve tal situação ser comunicada no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito, aos pais ou encarregado de educação ou, quando maior de idade, ao aluno, pelo diretor de turma.
10. Considera-se como limite de faltas (justificadas e ou injustificadas), 10% do número de horas de cada módulo de cada disciplina e de 5% do número de horas da Formação em Contexto de Trabalho.
11. Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos no número anterior, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são convocados à escola, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma;
12. O aluno que ultrapassar o limite de faltas, previsto nos números 10. e 11. nas aulas teóricas e teórico-práticas, terá de efetuar um Plano individual de trabalho que incidirá sobre a disciplina ou disciplinas em que ultrapassou o referido limite de faltas e que permita recuperar o atraso das aprendizagens.

Artigo 17º **Certificação**

1. No final do curso, o aluno receberá um diploma, que é simultaneamente certificado de qualificação profissional e habilitação académica equivalente ao 12º ano de escolaridade, com acesso ao ensino superior.
2. A ETEO poderá, desde que os órgãos competentes assim o entendam, e nos termos da lei em vigor, concorrer a cursos com outros níveis de certificação.

Artigo 18º **Propinas**

1. No ato da matrícula, há lugar ao pagamento de uma propina de matrícula.
2. Os alunos com o curso incompleto, nomeadamente, módulos em atraso e/ou Prova de Aptidão Profissional, terão de pagar uma propina, cujo valor será calculado por módulo ou P.A.P.

Artigo 19º **Serviços de Apoio**

A ETEO tem os seguintes serviços de apoio a funcionar nas suas instalações: Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção na Vida Ativa; Biblioteca, Reprografia, Bar, Laboratório de Fotografia, Laboratório de Físico-Química, Estúdios de Multimédia e de Fotografia, Salas de Informática e Auditório.

Artigo 20º **Gabinete de Orientação e Apoio à Inserção na Vida Ativa**

São competências do Gabinete de Orientação e Apoio À Inserção na Vida Ativa, assegurar a

articulação da ETEO com o mercado de trabalho, nomeadamente:

- a) Divulgar o Projeto Educativo e os técnicos diplomados;
- b) Recolher e divulgar ofertas de emprego;
- c) Acompanhar o percurso dos alunos pós-formação, a nível da sua inserção profissional e da articulação entre a formação recebida e o seu desempenho;
- d) Identificar e selecionar empresas/instituições, para a realização da Formação em Contexto de Trabalho, em colaboração com os coordenadores de curso, bem como, preparar os respetivos protocolos.

Artigo 21º **Funcionamento da Biblioteca**

1. A Biblioteca da ETEO, embora aberta à comunidade, destina-se prioritariamente, a apoiar as atividades dos alunos e professores.
2. A requisição para leitura e consulta domiciliária, salvo situações excecionais, apenas será permitida, ao último tempo do dia e para o fim-de-semana; as entregas terão de ser efetuadas ao primeiro tempo do dia útil seguinte.

Artigo 22º **Utilização do Laboratório de Fotografia, Estúdios de Multimédia e Fotografia e Salas de Informática a Auditório.**

É permitida aos alunos e professores, no decurso do natural desenvolvimento das suas atividades escolares, a utilização do laboratório de fotografia, estúdios de multimédia e de fotografia, salas de informática e auditório, bem como do seu equipamento, mediante requisição própria e individualizada e desde que tal utilização não colida com o normal funcionamento das atividades letivas.

Artigo 23º **Afixação de Informação**

A afixação da informação, autorizada pela Direção, deverá ser feita nos lugares próprios, nomeadamente, na sala dos professores e no átrio de entrada/corredores.

Artigo 24º **Proibição de Fumar e Consumir Bebidas Alcoólicas**

É proibido fumar na ETEO, bem como o consumo de bebidas alcoólicas ou drogas.

Artigo 25º **Direitos e Deveres dos Alunos**

1. Todo o Aluno tem o direito a:
 - a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa;
 - b) Receber os ensinamentos em condições de efetiva igualdade de oportunidades e de harmonia com o Projeto Educativo e com os Planos de Estudo dos Cursos;
 - c) Usufruir do ambiente e do Projeto Educativo que proporcionem as condições para o

seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico;

- d) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;
- e) Beneficiar de um seguro que cubra danos emergentes de acidentes sofridos no decorrer da formação;
- f) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
- g) Usufruir de boas condições de segurança e higiene;
- h) Ser informado sobre os Estatutos da Escola e sobre os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente, sobre o Plano de Emergência e Primeiros Socorros;
- i) Participar e apresentar sugestões, tendo em vista a melhoria contínua do Projeto Educativo e do funcionamento da ETEO;
- j) Utilizar os equipamentos e materiais, quando para tal autorizado;
- k) Organizar-se em Associação de Estudantes ou outra forma representativa e fazer-se representar, nos termos previstos no presente Estatuto;
- l) Participar no processo de avaliação, nomeadamente, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;

2. Todo o Aluno tem o dever de:

- a) Ser assíduo e pontual e empenhar-se no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
- b) Respeitar a ETEO e os seus representantes, bem como professores, pessoal não docente e colegas;
- c) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
- d) Não prejudicar o direito à educação dos restantes colegas;
- e) Cumprir com zelo e diligência as obrigações resultantes do plano de estudos do curso, nomeadamente, participando nas avaliações relativas aos conhecimentos teóricos e desempenho das tarefas práticas que lhe venham a ser indicadas;
- f) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- g) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, mobiliário, material e espaços escolares;
- h) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- i) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola;
- j) Usar os equipamentos e materiais, de acordo com as regras de segurança;
- k) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
- l) Conhecer o estatuto do aluno, bem como os estatutos da escola/ regulamento interno da escola e subscrever declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.
- m) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- n) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos, passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;
- o) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola

em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;

- p) Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso de, qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- q) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captadas nos momentos letivos e não letivos, sem autorização da direção da escola;
- r) Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
- s) Apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- t) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados;
- u) Cumprir em tudo mais as regras internas de funcionamento e de disciplina na Escola.

Artigo 26º **Direitos e Deveres dos Professores**

1. Todo o Professor tem o direito a:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa;
- b) Participar em atividades de formação contínua ;
- c) Utilizar o material e equipamento existente e disponível, necessário ao bom desenvolvimento das aulas;
- d) Ser informado sobre aspetos relacionados com a vida escolar;
- e) Usufruir de boas condições de segurança e higiene e de informação sobre o Plano de Emergência e Primeiros Socorros;
- f) Expressar as suas opiniões.

2. Todo o Professor tem o dever de:

- a) Respeitar a ETEO e qualquer membro da comunidade escolar;
- b) Promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, quer nas atividades na sala de aula, quer nas demais atividades da ETEO;
- c) Exercer a sua autoridade dentro e fora da sala de aula, no âmbito das instalações escolares ou fora delas, no exercício das suas funções;
- d) Ser pontual e assíduo, sendo o primeiro a entrar e o último a sair da sala de aula;
- e) Contribuir para a consolidação e desenvolvimento do Projeto Educativo da Escola;
- f) Conhecer e aplicar a legislação em vigor, nomeadamente, os estatutos da escola, a relativa aos cursos que leciona, e os regulamentos e outros normativos internos;
- g) Registrar os sumários e marcar as faltas dos alunos nos suportes administrativos existentes para o efeito, nomeadamente nos respetivos livros;
- h) Assegurar-se de que a sala ficou em condições de ser utilizada, devendo comunicar ao funcionário responsável qualquer anomalia;
- i) Colaborar com os Diretores de Turma, prestando-lhes informações sobre o

- aproveitamento e comportamento dos seus alunos;
- j) Estar presente em todas as reuniões para que seja convocado e apresentar sugestões para um melhor funcionamento da ETEO;
- k) Participar no processo de avaliação do desempenho do pessoal docente.

3. São ainda deveres do Coordenador de Curso:

- a) Acompanhar todos os aspetos específicos do curso relevantes para o seu funcionamento;
- b) Promover a atuação integrada dos docentes do curso, presidindo às reuniões destinadas a tratar de assuntos nesse âmbito;
- c) Planificar o trabalho da equipa de professores do curso, nomeadamente, no que diz respeito a atividades interdisciplinares;
- d) Definir estratégias globais para a superação de possíveis situações de insucesso no processo de ensino/aprendizagem;
- e) Representar o curso no Conselho Pedagógico;
- f) Propor a aquisição de materiais, bibliografia e equipamentos específicos;
- g) Coordenar toda a atividade de desenvolvimento da Prova de Aptidão Profissional;
- h) Organizar e coordenar contactos com entidades externas, com vista ao desenvolvimento de projetos no âmbito do curso;
- i) Organizar atividades de intercâmbio nacional e internacional envolvendo professores e alunos.

4. São deveres do Diretor de Turma:

- a) Adotar medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo;
- b) Estabelecer e aprofundar a relação Escola-Família, articulando a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação e colaborando com estes no sentido de prevenir e resolver os problemas comportamentais ou de aprendizagem;
- c) Presidir aos Conselhos de Turma;
- d) Tomar conhecimento e dar seguimento, sempre que necessário, a questões de ordem disciplinar;
- e) Registrar a assiduidade dos alunos.

Artigo 27º

Direitos e Deveres do Pessoal Não Docente

1. Todo o funcionário tem o direito a:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa;
- b) Apresentar aos órgãos da ETEO, sugestões que visem melhorar o seu funcionamento;
- c) Ser informado sobre qualquer assunto que lhe diga respeito;
- d) Participar em ações de formação contínua;
- e) Usufruir de condições de segurança e higiene e de informação sobre o Plano de Emergência e Primeiros Socorros.

2. Todo o funcionário tem o dever de:

- a) Respeitar a ETEO e qualquer membro da comunidade educativa;
- b) Contribuir para a consolidação e desenvolvimento do Projeto Educativo da Escola;
- c) Colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa;
- d) Assegurar a execução do expediente relativo aos serviços, nos termos

- regulamentares;
- e) Ser assíduo e cumprir as funções que lhe são atribuídas, responsabilizando-se pelo seu correto cumprimento;
 - f) Informar a Direção de todos os factos relevantes ocorridos, ou sobre os quais aquela os questione no interesse da Instituição;
 - g) Atender com correção o público, professores, alunos e suas famílias;
 - h) Comunicar à Direção as faltas dos professores, no âmbito das suas funções;
 - i) Evitar a interrupção das aulas salvo em circunstâncias especiais;
 - j) Participar na avaliação do desempenho do pessoal não docente.

Artigo 28º

Responsabilidades dos Pais ou Encarregados de Educação

1. Aos pais ou encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.
2. Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais ou encarregados de educação, em especial:
 - a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino na escola;
 - c) Diligenciar para que o seu educando beneficie, efetivamente, dos seus direitos e cumpra rigorosamente os deveres que lhe incumbem, procedendo com correção no seu comportamento e empenho no processo de aprendizagem;
 - d) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola;
 - e) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos;
 - f) Reconhecer e respeitar a autoridade dos professores no exercício da sua profissão;
 - g) Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando para tal forem solicitados;
 - h) Contribuir para o correto apuramento dos factos em procedimento de índole disciplinar instaurado ao seu educando e, sendo aplicada a este medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
 - i) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e psicológica de todos os que participam na vida da escola;
 - j) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando -se e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
 - k) Comparecer na escola sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado;
 - l) Indemnizar a escola relativamente a danos patrimoniais causados pelo seu educando;
 - m) Manter constantemente atualizados os seus contactos, bem como os do seu educando;
 - n) Conhecer o estatuto do aluno, bem como os estatutos da escola/ regulamento interno e subscrever declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.

3. Os pais ou encarregados de educação são responsáveis pelos deveres de assiduidade, pontualidade e disciplina dos seus filhos e educandos.
4. O incumprimento pelos pais ou encarregados de educação, relativamente aos seus filhos ou educandos menores ou não emancipados, dos deveres previstos nos números anteriores, de forma consciente e reiterada, implica a respetiva responsabilização nos termos da lei e do presente Estatuto.
5. Constitui incumprimento especialmente censurável dos deveres dos pais ou encarregados de educação:
 - a) O incumprimento dos deveres de matrícula, frequência, assiduidade e pontualidade pelos filhos e ou educandos, bem como a ausência de justificação para tal incumprimento;
 - b) A não comparência na escola sempre que os seus filhos e ou educandos atinjam metade do limite de faltas injustificadas, nos termos de nº12 do artigo 16º, ou a sua não comparência ou não pronúncia, nos casos em que a sua audição é obrigatória, no âmbito de procedimento disciplinar instaurado ao seu filho ou educando, nos termos previstos nos artigos 1º e 2º do Regulamento Interno do Procedimento Disciplinar;
 - c) A não realização, pelos seus filhos e ou educandos, das medidas de recuperação definidas pela escola, das atividades de integração na escola e na comunidade decorrentes da aplicação de medidas disciplinares corretivas e ou sancionatórias, bem como a não comparência destes em consultas e terapias prescritas por técnicos especializados.
6. O incumprimento reiterado, por parte dos pais ou encarregados, dos deveres a que se refere o número anterior, determina a obrigação, por parte da escola, de comunicação do facto à competente comissão de proteção de crianças e jovens.
7. O incumprimento consciente e reiterado pelos pais ou encarregado de educação de alunos menores de idade dos deveres estabelecidos no n.º 5 pode ainda determinar por decisão da comissão de proteção de crianças e jovens ou do Ministério Público, na sequência da análise efetuada após a comunicação prevista no número anterior, a frequência em sessões de capacitação parental, a promover por equipa multidisciplinar.
8. Nos casos em que não existam equipas multidisciplinares constituídas, compete à comissão de proteção de crianças e jovens ou, na sua inexistência, ao Ministério Público dinamizar as ações de capacitação parental a que se refere o número anterior.
9. Tratando-se de família beneficiária de apoios sociofamiliares concedidos pelo Estado, o facto é também comunicado aos serviços competentes, para efeito de reavaliação, nos termos da legislação aplicável, dos apoios sociais que se relacionem com a frequência escolar dos seus educandos e não incluídos no âmbito da ação social escolar ou do transporte escolar recebidos pela família.
10. O incumprimento por parte dos pais ou encarregados de educação do disposto na parte final da alínea b) do n.º 5 do presente artigo presume a sua concordância com as medidas aplicadas ao seu filho ou educando, exceto se provar não ter sido cumprido, por parte da escola, qualquer dos procedimentos obrigatórios previstos nos artigos 1.º e 2.º do Regulamento Interno do Procedimento Disciplinar.

CAPÍTULO I V

Disciplina

Artigo 29º

Medidas Corretivas e Medidas Disciplinares Sancionatórias

1. As medidas corretivas e medidas disciplinares sancionatórias, prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração.
2. As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do Projeto Educativo da Escola.
3. Na determinação da medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar, deve ter -se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias, atenuantes e agravantes apuradas, em que esse incumprimento se verificou, o grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.
4. São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno o seu bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o seu reconhecimento, com arrependimento, da natureza ilícita da sua conduta.
5. São circunstâncias agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, a gravidade do dano provocado a terceiros, bem como a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência, em especial se no decurso do mesmo ano letivo.

6. Medidas Corretivas:

As medidas disciplinares corretivas são as seguintes:

- a) Advertência;
 - b) Ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
 - c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo, para o efeito, ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória, do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades;
 - d) O condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
 - e) A mudança de turma, caso exista no mesmo curso.
7. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
 8. Na sala de aula, a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
 9. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica marcação de falta ao aluno e a permanência do aluno na escola, competindo ao professor definir quais as atividades que o

aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo.

10. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 6 é da competência da direção da escola que, para o efeito, procede à audição do diretor de turma, da turma a que o aluno pertença.
11. Compete à direção da escola identificar as atividades, local e período de tempo durante o qual as mesmas ocorrem e, bem assim, definir as competências e procedimentos a observar, tendo em vista a aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea c) do n.º 6, cujo cumprimento se realiza em período suplementar ao horário letivo.
12. Obedece igualmente ao disposto no número anterior, com as devidas adaptações, a aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea d) do n.º 6, a qual não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano escolar.
13. A aplicação das medidas corretivas previstas no n.º 6 é comunicada ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.
14. Medidas Disciplinares Sancionatórias:
As medidas disciplinares sancionatórias, são as seguintes:
 - a) A repreensão registada;
 - b) A suspensão até 3 dias úteis;
 - c) A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;
 - d) A transferência de escola;
 - e) A exclusão da Escola;
15. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, sendo da direção da escola nas restantes situações, averbando -se no respetivo processo individual do aluno a identificação do autor do ato decisório, a data em que o mesmo foi proferido e a fundamentação, de facto e de direito, que norteou tal decisão.
16. A suspensão até três dias úteis, enquanto medida dissuasora, é aplicada, com a devida fundamentação dos factos que a suportam, pela direção da escola, após o exercício dos direitos de audiência e defesa do visado;
17. Compete à direção da escola, ouvidos os pais ou encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades pedagógicas a realizar, com corresponsabilização daqueles, podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
18. Compete à direção da escola a decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão entre 4 e 12 dias úteis, após a realização do procedimento disciplinar, podendo previamente ouvir o conselho de turma.
19. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete à direção da escola, após a conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 31.º, mediante pedido prévio de orientação ao diretor-geral de educação quanto à transferência de escola com fundamento na prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.

20. A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicável desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento de ensino situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público ou escolar.
21. A aplicação da medida disciplinar de expulsão da escola, compete, à direção da escola, após a conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 31º mediante pedido prévio de orientação ao diretor-geral de educação e consiste na retenção do aluno no ano de escolaridade que frequenta quando a medida é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.
22. A medida disciplinar de expulsão da escola é aplicada ao aluno maior quando, de modo notório, se constata não haver outra medida ou modo de responsabilização no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.

Artigo 30º **Cumulação de medidas disciplinares**

1. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas a) a e) do n.º 6 do artigo 29.º é cumulável entre si.
2. A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 31º **Procedimento disciplinar**

1. O procedimento disciplinar rege-se pelo “Regulamento Interno do Procedimento Disciplinar”

Artigo 32º **Responsabilidade civil e criminal**

1. A aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória prevista, não isenta o aluno e o respetivo representante legal da responsabilidade civil a que, nos termos gerais de direito, haja lugar.
2. Sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais, quando o comportamento do aluno menor de 16 anos puder constituir crime, deve a direção da escola comunicar o facto ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores.
3. O início do procedimento criminal pelos factos que constituam crime e que sejam suscetíveis de desencadear medida disciplinar sancionatória depende apenas de queixa ou de participação pela direção da escola, devendo o seu exercício fundamentar -se em

razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.

Caldas da Rainha, 12 de março de 2013.